



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**Wellington de Pinho Alvarez**

**GEOGRAFIA E VIOLÊNCIA NOS AGLOMERADOS  
DE EXECUÇÃO NA CIDADE DE MARITUBA 2011 A 2013.**

**Belém / PA**

**2015**



**Wellington de Pinho Alvarez**

**GEOGRAFIA E VIOLÊNCIA NOS AGLOMERADOS  
DE EXECUÇÃO NA CIDADE DE MARITUBA 2011 A 2013.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará como requisito à obtenção do grau de Mestre em Geografia.

**Linha de pesquisa:** Dinâmicas Territoriais na Amazônia

**Orientador:** Prof. Dr. João Márcio Palheta da Silva

**Belém / PA**

**2015**



**Wellington de pinho Alvarez**

**GEOGRAFIA E VIOLÊNCIA NOS AGLOMERADOS  
DE EXECUÇÃO NA CIDADE DE MARITUBA 2011 A 2013.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará como requisito à obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Linha de pesquisa: Dinâmicas Territoriais na Amazônia

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Conceito: \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Dr. João Márcio Palheta da Silva – UFPA/PPGEO

Orientador (Presidente)

---

Prof. Dr. Christian Nunes da Silva– UFPA/PPGEO

Examinador Interno

---

Prof. Dr. Marcelo Galvão - UFPA

Examinador Externo

## Epigrafe

A fé de Abraão,

A perseverança de Moisés

A paciência de Jó,

A coragem de Paulo, e

O Amor de Cristo.

## AGRADECIMENTOS

Tantos são os a agradecer que não caberia em texto algum. Em justiça a tudo que me foi feito, devo começar pelos amigos Cesar Pereira, Diego Luiz, José Figueiredo, Luís Mendes, Fabio Ferreira, Elexandre Martins, Andréia Lira, Jeane Veiga, Roseane Serra, Paulo Henrique e Alexander Onish, todos vocês meus irmãos, foram imedidos em conselhos e paciência, quais são fundamentais para o sucesso de qualquer pesquisa acadêmica. Da mesma forma agradeço a todos os amigos do INPE/EMBRAPA, vocês são importantíssimos em minha vida, pois, mais que trabalho, discutimos, brincamos e, aprendemos constantemente. Agradeço também a empatia, generosidade e sinceridade de Jadson Queiroz.

A todos que ajudaram na construção e elaboração deste trabalho, em especial ao meu grande amigo Professor Maciel Teixeira, ao Professor Anilton Ribeiro, as Professora Lilian e Elisana, Professor Roberto Pires a Sandra Lucia.

Ao deputado SD. Tercio Junior Nogueira, sua amizade ao longo destes anos converteu-se em reponsabilidade, empatia, sua luta representa a voz dos oprimidos e segregados.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos de Mestrado.

A meus professores, em especial ao professor Dr. Cristhian Nunes que me oportunizou aprendizado, ao professor Dr. Clay Anderson Chagas pelas orientações e amizade, ao Professor Dr. João Marcio Palheta pela orientação, paciência e oportunidade, o senhor foi fundamental para este trabalho tornar-se realidade.

Aos demais professores do Programa de Pós-graduação em Geografia. Ao Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO), sua existência é fundamental para o desenvolvimento científico e social na Amazônia.

A minha família, que em todos os momentos me apoia e que está comigo em tudo, energizando minha vida, dando sentido aos meus dias. A minha mãe Maria do Socorro que é ancora e porto, guerreira que me ensonou a perseverança e a polivalência. A minha esposa, Renata Ribeiro sua fibra e paciência são essenciais para minha sobriedade, não por acaso, és a sustentação de nossa casa.

A Maria de Nazareth, sua doçura e felicidade permanecem aqui.

A você que me apoiou e lutou todas as minhas batalhas.

## RESUMO

A violência é por essencial fruto de conflitos, na maioria das vezes ela está conectada a realidade local de uma determinada sociedade, por isso, cada sociedade manifesta um tipo comum de violência. Nossa realidade, ou melhor, a sociedade que integramos apresenta em sua gama de ações violentas, a refutação dos códigos em inúmeras instancias, tanto que, viabiliza e mantém a insalubridade de espaços e o subdesenvolvimento humano. Por efeito, a resistência, adequa a insalubridade da vida social e o transforma em oportunidade, isto, aproxima as práticas ilegais na vida cotidiana, a ponto de transformar-se em referência, neste sentido, as relações sociais sofrem transformações que proporcionam a particularização das formas de sociabilidade e conseqüentemente a territorialidade violenta. Esta pesquisa trata de um estudo qualitativo e quantitativo da violência, tendo como procedimentos metodológicos o questionário e a observação participante, os métodos de interpretação foram o materialismo histórico e dialético, bem como o estruturalismo. O referencial teórico alinha-se aos métodos e estão conectadas ao poder, a formação e manutenção constituição da periferia urbana e a violência. As principais conclusões apontam que i) o poder é intrínseco a todas as relações sociais e esta presente de forma multiescalar, ii) que o espaço periférico, ou melhor, o espaço periférico da Região Metropolitana de Belém (RMB), sua produção, organização e desenvolvimento é fruto de conflitos e acordos sociais, onde verifica-se segregação e insalubridade e, iii) que a violência e ocorre por um complexo processo de socialização que alinha formas de territorialidade tendo como referência a violência e a atividade criminosa.

**Palavras-chave:** Poder. Periferia. Território.

## **ABSTRACT**

Violence is essential for the result of conflicts, most of the time she is connected to local reality of a given society, therefore, each society is a common type of violence. Our reality, or rather, the society that we integrate presents in its range of violent actions, the refutation of the codes in numerous instances, both that makes and maintains the unhealthiness of spaces and human underdevelopment. For effect, the resistance, suitable for unsanitary conditions of social life and transforms it into an opportunity, this approaches the illegal practices in everyday life, to become a reference, in this sense, social relations suffer transformations that provide the individualizing of forms of sociability and consequently the violent territoriality. This research is a qualitative and quantitative study of violence, resulting in methodological procedures the questionnaire and the participant observation, the methods of interpretation were dialectical and historical materialism, as well as structuralism. The theoretical framework aligns the methods and are connected to power, the formation and maintenance of the urban periphery and violence. Key findings show that i) power is intrinsic to all social relations and this gift so multiscale, ii) peripheral space, or rather the peripheral space of the metropolitan region of Belém (RMB), their production, organization and development is the result of conflicts and social agreements, where there is segregation and unsanitary and, iii) that violence and occurs by a complex process of socialization that aligns shapes of territoriality with reference to violence and activity criminal.

**Key words:** Power – Periphery - Territory.

## LISTA DE ANAMORFOSES

ANAMORFOSE 01 - População em aglomerados subnormais no município de Marituba – Pará.....	73
ANAMORFOSE 02 - Homicídios por bairro no município de Marituba – Pará, de 2011 a 2013.....	97

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 - Domicílios particulares ocupados total e em aglomerados subnormais e população residente em domicílios particulares ocupados total e em aglomerados subnormais nos municípios com 20% ou mais de domicílios ocupados em aglomerados subnormais – 2010.....	71
FIGURA 02 - Índice de bem-estar urbano nas regiões metropolitanas – 2010.....	76
FIGURA 03 - Ranking dos piores índices de bem-estar urbano nas regiões metropolitanas – 2010.....	77
FIGURA 04 - Índice de Bem-Estar Urbano – Região metropolitana de Belém – 2010.....	78
FIGURA 05 - Mobilidade Urbana – Região Metropolitana de Belém – 2010.....	80
FIGURA 06 - Condições Ambientais Urbanas - Região Metropolitana de Belém – 2010.....	81
FIGURA 07 - Condições Habitacionais urbanas – Região Metropolitana de Belém – 2010.....	82
FIGURA 08 - Atendimento de Serviços Coletivos Urbanos – Região Metropolitana de Belém – 2010.....	83
FIGURA 09 - Infraestrutura Urbana – Região Metropolitana de Belém – 2010.....	84

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 - Evolução dos Homicídios na RMB - 2011 a 2013.....	90
GRÁFICO 02 - Execuções por sexo no município de Marituba, 2011 a 2013.....	104
GRÁFICO 03 - Vítimas de homicídio por faixa etária em Marituba, 2011 a 2013.....	105
GRÁFICO 04 - Agregação de faixa etária para vítimas de homicídio em Marituba, 2011 a 2013.....	107
GRÁFICO 05 - Evolução dos homicídios por grau de instrução em Marituba, 2011 a 2013.....	110
GRÁFICO 06 - Núcleo familiar no bairro Almir Gabriel, 2011 a 2013.....	113
GRÁFICO 07 - Testemunhas de roubo e uso de arma de fogo no bairro Almir Gabriel, 2013 a 2014.....	114
GRÁFICO 08 - Manuseio de arma de fogo e cometimento de crime no bairro Almir Gabriel, 2013 – 2014.....	115
GRÁFICO 09 - Testemunha de crime, amigo de vítima e amigo de usuário de drogas.....	117

## LISTAS DE MAPAS

MAPA 01 - Aglomerados subnormais na Região Metropolitana de Belém.....	62
MAPA 02 - Aglomerados subnormais no município de Marituba - Pará.....	70
MAPA 03 - Quantidade de homicídios por bairro em Marituba – Pará de 2011 a 2013.....	95
MAPA 04 - Aglomerados de execução no município de Marituba - Pará, 2011 a 2013.....	99

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 - Vítimas por faixa etária no município de Marituba, 2011 a 2013.....	104
QUADRO 02 - Vítimas de homicídios por sexo e grau de instrução no município de Marituba de 2011 a 2013.....	108

## LISTA DE TABELAS

TABELA 01 - População residente em domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais, município de Marituba (RMB) – 2010.....	67
TABELA 02 - Distribuição dos homicídios por batalhões de Polícia Militar e por município de 2011 a 2013.....	90
TABELA 03 - Registro de vítimas de homicídio por bairro no município de Marituba de 2011 a 2013.....	93
TABELA 04 - Meio empregado para o cometimento de homicídios em Marituba, 2011-2013.....	101
TABELA 05 - Local de ocorrência dos homicídios no município de Marituba em 2011 – 2013.....	102
TABELA 06 - Registro de vítimas de homicídios por sexo no município de Marituba, 2011 – 2013.....	103

## **LISTA DE SIGLAS**

**AISP** – Área Integrada de Segurança Pública

**IBEU** – Índice de Bem-Estar Urbano

**CAPES** – Cooperação Acadêmica para o Desenvolvimento da Pesquisa

**CPRM** – Comando de Policiamento da Região Metropolitana

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**INPE** - Instituto Nacional de Pesquisas espaciais

**RISP** – Região Integrada de Segurança Pública

**RMB** – Região Metropolitana de Belém

**SIG** – Sistema de Informações Geográficas

**SISP** - Sistema Integrado de Segurança Pública do Pará

**SSPP** – Sistema de Segurança Pública do Pará

**ZPOL** – Zona de Policiamento

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>2. O PODER E A ORDEM SOCIAL: A PORTES TEÓRICOS PARA O ENTENDIMENTO DA RELAÇÃO ESPAÇO E TERRITÓRIO E A VIOLÊNCIA URBANA.....</b>	<b>29</b>
2.1. PODER E HEGEMONIA NA TEORIA SOCIAL.....	29
2.2. O PODER: A HEGEMONIA, ORDENAÇÃO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO.....	35
2.3. A DESINTEGRAÇÃO DO SOCIAL: REALINHANDO O PODER NA VIDA SÓCIO-ESPACIAL.....	40
2.4. O PODER E A PERSPECTIVA TERRITORIAL.....	48
2.5. O TERRITÓRIO E A VIOLÊNCIA URBANA.....	53
<b>3. A PERIFERIA, NO OLHO DO FURACÃO.....</b>	<b>57</b>
3.1. A DESORDEM E A PERIFERIA URBANA.....	57
3.2. A ORDEM QUE ESCAPA: A PERIFERIA É A REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM.....	60
3.3. DE AGLOMERADO SUBNORMAL A ANORMALIDADE SOCIAL.....	65
3.4. A INSALUBRIDADE URBANA, CONDIÇÕES DE VIDA E BEM-ESTAR NA RMB.....	74
<b>4. NA ALÇA DE MIRA: SOCIABILIDADE E TERRITORIALIDADE VIOLENTA EM MARITUBA.....</b>	<b>85</b>
4.1 – VIOLÊNCIA HOMICÍDA NA PERIFERIA.....	85
4.2 – AGLOMERADOS DE EXECUÇÃO E AS VITIMAS MARIUARA.....	91
4.3 - SOCIABILIDADE E TERRITORIALIDADE NO BAIRRO ALMIR GABRIEL.....	109
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>122</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>123</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>127</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Há tempos, questões que envolvem as relações sociais e seus reflexos é tema de discussão pela intelectualidade mundial. Muitos pesquisadores (MARX, 1980; FOCAULT, 2012; LEFEBVRE, 2011) se debruçaram sobre diferentes particularidades da vida social. Grandes expressões internacionais para o desenvolvimento da ciência tentaram, por diversas formas, interpretar a realidade concreta. Em sentido paralelo as objeções e as descobertas indutivas sobre a formação e as interconexões dos processos sociais, políticos e econômicos, estabelecem infinitas possibilidades de ação e materialização, tanto que, novos movimentos sociais, principalmente os promovidos de forma diretiva, quando postos a ação, cristalizam-se, ganham destaque e validade, principalmente nas formas de apropriação/exploração dos recursos humanos e naturais, concebendo as mais diversas relações sociais e suas materializações.

O avanço do pensamento no meio social em suas múltiplas frentes aproximou dos olhos as articulações necessárias para o aproveitamento máximo da força humana. Neste sentido, o desenvolvimento intelectual e, principalmente as lutas sociais, não se realizaram para construção de um espaço necessário à mudança social e ao desenvolvimento pleno do indivíduo, muito embora constatemos a gestação de experiências sociais que muito tentaram reinventar algumas dinâmicas sociais, porém sem o sucesso esperado. Mesmo assim, os avanços interpretativos incutidos sob a lógica social são incalculáveis, principalmente quanto à constatação do pensamento social e suas materializações em diversos contextos da vida sócio-política da humanidade.

Inúmeras formas de apreensão da realidade surgiram com o desenvolvimento das ciências sociais e humanas, destacando-se a incomensurável contribuição da análise dialética reconhecida em Hegel, posteriormente desenvolvida de forma primorosa por Karl Marx (1980), tornada pública em sua maior obra O Capital (1980), qual da relevo as contradições sociais, a produção da mais-valia e a miséria humana. De forma a denunciar toda exploração e o desenvolvimento das forças sociais, onde ganha destaque a dominação, a riqueza e a construção da ordem geral e a necessária reprodução da pobreza, como afirma (MARX, 1980, p. 153):

Numa nação livre, onde a escravatura é proibida, a mais segura riqueza consiste na multidão de pobres trabalhadores. Esses pobres constituem uma fonte inesgotável para o recrutamento de sua frota e de seu exército; sem eles não haveria

possibilidade de produzir as riquezas, e não se poderia a produção de qualquer país. Para que a “sociedade” (isto é, naturalmente, os não trabalhadores) seja feliz, para que o povo viva contente mesmo numa situação miserável, é preciso que a maioria permaneça pobre e ignorante (MARX, 1980, p. 153).

A reprodução da pobreza constitui elemento fundamental no movimento das engrenagens da dominação e exploração, onde a pobreza constitui a condição *sine qua non* para geração de riqueza. O destaque dado aos argumentos de (MARX, 1980) se valida devido à atualidade das questões levantadas por este grande pesquisador, principalmente quando da interpretação da realidade social e as superposições entre classes, de maneira que hoje sua proposta mantém-se viva.

Ora, a exploração atual ainda se inscreve pelo viés da apropriação do trabalho humano, constitui principal alvo do laço dominante, torna-se elemento fundamental para formação da mais-valia, que induz conseqüentemente, a obtenção de mais trabalho. Isto ocorre devido a necessidade impositiva de auto-reprodução do sistema capitalista de produção, o que se refletirá em novas atitudes que se agregam a novas articulações sociais, isso ocorre devido a busca de mais valor e de mais-valia, assim “ao mesmo tempo que seu próprio valor, a força de trabalho cresce ao produto da mais-valia, encarnação do trabalho não-pago” (MARX, 1980, p. 252).

Ao apontar os desalinhos promovidos pelos movimentos de dominação, Marx (1980) delineia uma das bases fundamentais da ação de dominação entre classes, o adestramento da população mais pobre, bem como, sua adequação aos desígnios dos dominantes, assim “O marxismo descobriu a realidade natural histórica e lógica das contradições” (LEFEBRVE, 2011, p. 13). A forma expressa destas ações supõe Marx (198), é o empobrecimento absoluto, isto quer dizer a imperiosa necessidade de tornar o povo menos letrado, ou melhor, menos detentor de saber. Neste contexto, o autor inicia as argumentações de um dos elementos essenciais desta abordagem.

O poder é inscrito pelo e para conquista dos elementos fundamentais como a consciência, o reconhecimento e a validade social. A agregação destes pode vir a tornar-se fio condutor de práticas sociais e que podem contribuir também para o nascimento de movimentos dissonantes, por isso, a perpetuação da dominação é fundamental, pois sua capacidade deformativa alinha-se ao movimento de supressão de outras manifestações de poder. Este incute novas aspirações e desejos, ou melhor, o saber “aumenta e multiplica nossos desejos, e quanto menos um homem deseja, tanto mais fácil se torna satisfazer suas necessidades” (MARX, 1980, p. 154).

Sobre isso, as ações diversas tendem a impor-se necessariamente no vivido, pela constituição de uma consciência social, mesmo que deturpada, mais que viabilize toda gama de movimentos e que reafirme uma sustentação superior e estanque qualquer movimento contrário, pois na convivência social e em sua indiscutível determinação “que o ser humano necessariamente trava, porque não se pode isolar, constituem o ser social de cada indivíduo. É o ser social que determina a consciência e não a consciência que determina o social” (LEFEBVRE, 2011 p. 63).

Consciência social é o grande alvo das medidas de reafirmação do poder de dominação, é por meio desta que os indivíduos internalizam as determinações superiores e as transformam em valor-verdade. Por esta, o movimento de ação e reação se estabelece para (re) afirmação das bases que compõe a sociedade, quer dizer, da existência de movimentos direcionados a frear qualquer tipo de insurgência que conduza a uma nova ordem social, ou seja, dificultar a formação de um espaço político que viabilize a ocorrência do despertar social da grande maioria.

Paralelo a isso, as bases teóricas provindas, principalmente, da dialética, ou melhor, a apreensão da realidade pelo método materialista histórico e dialético contribui de maneira decisiva para a clarificação das relações de dominação e exploração entre humanos, pois retira o véu que cobre as ações implementadas pelos grupos dominantes, torna clara as bases de sustentação do sistema de ordem e ação social, de forma a deixar o “rei nu” à frente dos súditos. Por outro lado, à denúncia reatualizou os usos do sistema em gerar dominação e riqueza, mesmo assim, obras como a de Marx (1980) trouxeram à tona as reentrâncias da exploração humana para a conquista do lucro máximo e sua conseqüente usurpação dos valores humanos, retirando das sombras a exploração e, fundamentalmente fazendo emergir todo um complexo contexto de dominação de classe e a necessária criação de mecanismos de perpetuação deste domínio e reprodução.

Denunciar a miséria humana ou a miséria da vida para grande maioria dos humanos só foi possível devido a complexa análise da realidade concreta, Marx reajustou a dialética hegeliana e a transformou em método mais complexo de apreensão da realidade. Tal importância dada ao método se deve a sua praticidade e a seu desprendimento. A dialética marxista propõe, além da análise dos contrários, o retorno às condições históricas que originaram a existência de um fenômeno, assim “O método dialético retorna as condições concretas dessa determinação simples, em lugar de isolá-las e considerá-las separadamente. Tais condições, apanhadas do movimento real, são históricas” (LEFEBVRE, 2011. p. 37).

Por meio do método, expõe-se a dominação social e a complexa forma de alienação inerente e necessária para sua manutenção, elemento fundamental para a criação dos valores morais estabelecidos como verdade por toda maioria, proporcionando o aparecimento da ordem e fazendo dela necessária para manutenção da vida em sociedade. Neste contexto, a emergência de valores deve ser promovida a todo custo, sua aceitação permeará as instâncias da vida social, ou melhor, a incorporação de valores de classe significa o cultivo pleno da mente, expressa a dominação em um somatório complexo entre o poder e a ideologia, bem como o poder nas suas múltiplas aplicações. Por efeito, a alienação é uma constituição diversa, que se reconhece pela ocultação ou pela desconstrução do real, destaque cabal das implicações do poder pela força do saber, tornando o processo de incorporação da moral classista mais profícuo aos desígnios da dominação.

O obscurecimento da mente torna os homens menos de si para constituírem-se mais do grande grupo, alienando-se, regulando-se pela lógica maior, prendendo-se, a ponto de desejá-la. Enfim, quando o homem “se prende ao “outro”, que não ele mesmo, ele depende desse “outro”, ou seja, ele se aliena, isto é, torna-se louco, delirante, infeliz, absurdo, portanto desumano ou demasiadamente humano” (LEFEBVRE, 2011, p. 40).

A alienação não pode ser encarada somente pelo cunho abstrato ou pelo movimento ideológico. Esta é, antes de tudo, uma ferramenta necessária para a implantação de práticas sociais, pois ao tornar-se viva possibilita a ratificação e a permanência de diversas práticas, o que quase sempre se converte em ações dirigidas. Ao firmar a ação nas instâncias sociais, é fundamental destacar sua implicação na prática diária, ou ainda, na vida cotidiana pela supressão e exploração da pobreza.

No plano do real, as condições de existência estão interligadas com a sobreposição de valores, delineada pela justaposição ideológica, onde o poder se expressa na conquista da mente e em sua transformação, tornando natural, ou mesmo invisibilizar a mais terrível mazela, não obstante:

A alienação do homem se descobre assim em sua extensão terrível e em sua real profundidade. Longe de ser somente teórica (metafísica, religiosa e moral, em resumo, ideologia), ela é também, e acima de tudo, prática, econômica, social e política. No plano da realidade, ela se manifesta pelo fato de que os seres humanos são entregues a forças hostis, ainda que estas não sejam mais do que os produtos de suas próprias atividades lançadas contra eles e carregando-os para destinos desumanos – crises, guerras e convulsões sociais de todo tipo (LEFEBVRE, 2011, p. 43).

O vetor que aponta para a dominação também estabelece o contato com o movimento do real. A exploração e as variadas formas de segregação representam a materialidade sentida e palpável das ações alienativas, bem como seu poder de subverter o concreto. O caminho percorrido até o estabelecimento dos valores dominantes é cercado por um mundo irreal e concebido para sustentar a exploração, a dominação e principalmente em fazer da vida, irreal, suprasumo das determinações superiores.

Mais que a dominação, mais que impor-se sobre a maioria, o movimento organizador e gestor que racionaliza a ação, novamente, o poder em diversas linhas ou vetores ratifica a ordem social, a manutenção, a incontinência reativa e o constante restabelecimento hegemônico. A hegemonia é uma busca incessante, retomada diariamente, pois o vínculo à ordenação e a determinação é a própria sobreposição social por meio do poder que se aplica.

Sobre a hegemonia e sua dinâmica, destaca-se a capacidade articulativa das classes no poder, estas mais que uma sobreposição de mandos e ordem, promovem um emaranhado de ações que visa principalmente sua manutenção e liderança, sem embargo, a dominação é bem mais que a aplicação de força sobre força, é uma ação sobre ação, ou mais, é estratégia que se impõe sobre outra estratégia, de tal felicidade que a conquista se faz principalmente pela manutenção de sua hegemonização, de seu poderio político e econômico, bem mais que isso, é o alinhamento de seus interesses e dos demais na mesma agenda política, de maneira a estabelecer seus interesses sobre os demais, logo a hegemonia estabelece e sustenta uma dominação bem mais enraizada, que conseqüentemente se manifesta em inércia.

A hegemonia e a classe hegemônica:

Así, para Gramsci, una clase hegemónica no es (como para Althusser), una clase que impuso su ideología de clase a los otros grupos sociales gracias al control que se ejerce sobre los aie, sino aquella que fue capaz, através de la lucha ideológica, de articular a su principio hegemónico la mayoría de los elementos ideológicos importantes de una sociedad dada. (MOUFFE, 2015, p. 130).

A hegemonia possibilita bem mais que uma maior racionalidade política do poder, ela credencia os já hegemônicos a um sempre novo processo de recondução ao poder, mais que isso, oportuniza o diálogo entre hegemônicos e hegemonzados, de forma a sustentar a sonhada equidade, que se estabelece somente no ar das articulações e das ordenações.

Sobre o veio da hegemonzação e, sob os elementos necessários à perpetuação do poder, faz-se necessário pensar nas instâncias criadas para legitimar a ordem, a lei e a punição. Todos estes conjuntos de elementos comuns na sociedade surgiram a partir da vontade e do clamor público, onde a necessidade criada e o desejo da equidade são os

catalisadores do processo. É legítimo pensar que as grandes questões dos ordenamentos sociais testificam as posições de classe, bem como a afirmação de inúmeros sujeitos no movimento histórico da sociedade não se limita a renegar as lutas sociais a um movimento linear.

O movimento de sobreposição necessariamente necessita da inscrição de uma empatia popular e da vontade de estabelecimento de uma ordem, ou melhor, do surgimento de um valor social, verdadeiro e que represente as aspirações da grande maioria da população, de forma que se torne necessária e condição obrigatória para a vida diária. Articulada e legitimada torna-se desejo e clamor geral, mesmo que relegue a miséria e a morte dos quem a proclamam. Sobre isso, Foucault (2012a, p. 140) contextualiza a ordem e a legitimidade de sua aplicação no período do totalitarismo fascista, para deixar clara a sobreposição dos poderes e a exploração proveniente da aceitação de um determinado valor e de uma tal verdade:

Acontece que as massas, no momento do fascismo, desejam que alguns exerçam o poder, alguns que, no entanto, não se confundem com elas, visto que o poder se exercerá sobre elas e em detrimento delas, até a morte, o sacrifício e o massacre delas; e no entanto, elas desejam esse poder, desejam que esse poder seja exercido (FOUCAULT, 2012a, p. 140).

O vetor de hegemonização e a constituição de sua ordenação caminham juntas e, por isso, legitimam e naturalizam a realidade, bem como tornam normal e compreensível a exploração, a miséria e alguns conflitos sociais. Estas questões percebidas a partir da interpretação provinda do processo descrito como sobreposição de classes, ou melhor, sobreposição que conduz a uma hegemonização, torna-se expressão na vida social, estes valores de classe se fazem verdade, se transforma em condição necessária para o estabelecimento da ordem geral, plenamente aceita e, por dizer, necessária, proclamada e desejada pela sociedade.

As manobras políticas implantadas nos discursos viabilizam a institucionalização dos valores. Sua a firmação é necessária, condição indispensável para as deliberações de quem exerce liderança, aceita e desejada pela maioria. Não obstante, o valor só pode ser aceito se corresponder a uma necessidade geral da comunidade, na condição de verdade, correspondente a uma deliberação do povo em geral. Eminentemente, tal condição é a pedra fundamental das ações de legitimação da classe hegemônica, que lhe insere a outros valores a ponto de tornar-se clamor e desejo da maioria.

A aparição da verdade inter-classe, ou seja, a verdade geral a todas as classes constitui elemento necessário à constituição da moral. Ela estabelece e direciona as relações sociais, destarte, a constituição de uma moral geral ratifica a hegemonização a um plano superior, de forma a tornar ilegítimo e imoral qualquer ação que vá contra a moral constitucional. Deste jeito, sanciona a exploração, dificultando movimentos de negação e revolta, aperfeiçoando a hegemonização e a exploração, pois:

As condições de existência sancionadas pelas morais permitiam e justificavam sempre essa dominação, que as formulações morais vinham a seguir a coroar, sancionar e aperfeiçoar (do mesmo modo que nas fórmulas jurídicas eclesiásticas). Assim que os dominadores conseguiram introduzir nos costumes e nas morais dos dominados seus próprios valores (por exemplo, o respeito e o culto ao trabalho na época moderna), esses valores logo se metamorfoseavam em instrumentos de exploração (LEFEBVRE, 2011, p. 54).

A validação moral das aspirações da minoria corresponde à validação de suas vontades e desígnios, bem como aparece como a forma mais emblemática de subjugação e de aceitação da maioria. A exploração do homem imprime como já mencionado, ações na vida real. As relações inter-classe também são estabelecidas no solo, na superfície terrestre, sendo estas diferenciações promovidas pela exploração humana, quais são ainda mais evidentes, ou melhor, são bem mais visíveis aos olhos pela disjunção dos espaços habitados por quem hegemoniza e ou é hegemonizado - isto claro ocorrendo de forma multiescalar, mesmo que o segundo não compreenda desta forma. O espaço, local onde as relações sociais se delineiam, torna pública toda diferenciação entre ricos e pobres. É também neste que as ações de dominação, mais que isso, hegemonização se inscrevem e tomam formas.

O espaço ganha destaque por uma combinação de elementos sociais e naturais, cheio de técnica e de vida. Esta materialidade, por assim dizer, constitui elemento visível e palpável da hegemonização na exploração humana, uma vez que na produção do espaço as forças de hegemonização também podem ser vistas, deste modo, destaca-se a imperiosa necessidade de analisar o espaço, no que couber as representações sócio-espacial da hegemonização, bem como, seus reflexos na vida cotidiana, pois admite-se inconcebível uma determinação de poder que não se materialize em um contexto espacial. Esta relação “o que se denomina “ideologia” só adquire consciência intervindo no espaço social, na produção, para ai se ganhar corpo” (LEFEBVRE, 2011, p. 39).

Os movimentos empreendidos pelas classes nos múltiplos contextos da vida social são amplamente palpáveis na espacialidade, assim, as relações inter-classes se realizam. Para que

as aspirações de classe realmente sejam implementadas na vida social, torna-se necessário também sua materialização no espaço, fundamenta-se como elemento para a ratificação do poder da minoria hegemônica. Deve-se, por isso, destacar que o espaço, neste contexto, torna-se elemento fundamental para afirmação da hegemonização, pois concretiza espacialmente as diferenciações de classe, bem como, na maioria das vezes impossibilita sua reação.

Bem mais que um conjunto de objetos organizados na superfície da terra, o espaço humano se delinea como uma soma de atributos, que vão desde os elementos naturais até as criações sociais. Neste sentido, o espaço é a essência do humano, constituído por força e pela necessidade de afirmação de poder. O espaço geográfico é por assim dizer, um espaço social, isto quer dizer, suas forma e concretude exprimem as relações sociais, onde cada elemento é constituinte de um conjunto de ações desenvolvidas e materializadas com objetivo de cumprir sentidos e funções. Desta forma, o espaço social reverbera as relações implantadas na vida cotidiana.

Na afirmação anterior destaca-se o espaço como eminentemente social, logo produção social, ou seja, o espaço é produzido a partir da necessidade de afirmação por meio de lutas e sobreposições de poder ou mesmo da refutação destas, neste contexto, as lutas de classe:

(...) intervém na produção do espaço, produção da qual as classes, frações e grupos de classes são os agentes. A luta de classes, hoje mais que nunca, se lê no espaço. (...). As formas dessa luta são muito mais variadas que outrora. Dela fazem parte, certamente, as ações políticas das minorias (LEFEBVRE, 2006, p 46).

As ações políticas implementadas no espaço fazem com que este cumpra o papel para que fora criado, reafirmando a hegemonia. Opondo-se a isso, o espaço social pode tornar-se grande trunfo no contexto das lutas:

Visto que o espaço assim produzido serve tanto de instrumento ao pensamento, como à ação, que ele é, ao mesmo tempo que um meio de produção, um meio de controle, portanto de dominação e de potência – mas que escapa parcialmente, enquanto tal, aos que o servem. As forças sociais (estátistas) que engendram tentam domina-lo e não conseguem; aquelas mesmas que levam a realidade espacial em direção a uma espécie de autonomia impossível de dominar se esforçam para esgotá-la, para fixá-la a fim de submetê-la (LEFEBVRE, 2006, p 27).

Mesmo servindo as forças de hegemonização, o espaço social é também campo aberto a lutas diversas e a contestação de poder, tornando-se ponto fundamental a “subversão” da ordem estabelecida e a descontinuidade. Mesmo sendo campo aberto para variadas formas de lutas, o espaço não deixa de ser elemento constituinte e materialização das determinações sociais diversas, diz-se que:

Há, contudo, aqueles locais que parecem “especializados” na reprodução do poder, no exercício da força e/ou na difusão de normas de conduta. Objetiva-se, através deles, um controle mais eficaz dos segmentos tidos como anômalos ou “desviantes” à normatização dominante (os doentes, os loucos, os “marginais”) ou que necessitam ser adestrados para que façam cumprir os valores impostos e reconhecidos como imprescindíveis à reprodução social (...) (HAESBAERT, 2012, p. 84).

O espaço neste contexto é constituído por relações de poder que se materializam nas ações dos grupos, principalmente na tentativa de adestramento dos grupos desviantes, seja pela punição seja pela segregação. Neste sentido, o poder é desdobrado para constituir formas de coerção no espaço, para isso, este se metamorfose-a em saber, que incide sobre as dinâmicas sociais, de tal forma que:

As representações do espaço seriam penetradas pelo saber (conhecimento e ideologia misturadas) sempre relativo e em transformação. Elas seriam, portanto, objetivas, ainda que revisáveis. Verdadeiras ou falsas? A questão não tem sempre um sentido definido. A perspectiva é verdadeira ou falsa? Abstratas, certamente, as representações do espaço entram na prática social e política, as relações estabelecidas entre os objetos e as pessoas no espaço social representado dependendo de uma lógica que faz, cedo ou tarde, explodir porque incoerentes (LEFEBVRE, 2006, p. 37).

Lefebvre (2006) critica a forma como Foucault (2012) interpreta as implicações do poder nas relações sociais. Para ele, Foucault expressa o poder com analogia aos termos de um jogo, como se este pudesse ser relacionado aos movimentos geralmente precisos e coesos como em um jogo de xadrez. No entanto, compreender-se-á o saber e o poder como fundamentais para apreensão da realidade social, com vista à hegemonização, principalmente em escalas interpretativas diversas. Neste sentido, poder e saber constituem elementos fundamentais para compreensão da complexa realidade social no âmbito dos multirrelacionamentos e das diversas escalas de ação do poder. Tal complexidade destaca o “poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda trama sociedade” (FOUCAULT, 2012, p. 131).

De maneira simplificada, a constituição de uma “microfísica do poder” (FOUCAULT, 2012), está intimamente ligada à existência de redes diversas, não somente ligadas as dominantes, como também as redes existentes intercaladas, difundidas na sociedade, principalmente nos espaços periféricos do poder dominante (HAESBAERT, 2012). A constituição do poder e, por assim dizer, do saber na vida social determina múltiplas

aplicações, bem como, instala diversos vetores de atuação das forças sociais, verdadeira bifurcação do poder em escalas variadas do contexto social.

As questões relevantes à aplicação do poder sob as condições de existência replicam na diferenciação dos grupos nos espaços, torna possível interação e identificação de múltiplas formas de uso deste, que se delineiam principalmente em espaços periféricos marginalizados: social, política e economicamente, de maneira que colabore para constituição de culturas particulares, ou melhor, de sociabilidades singulares, principalmente em ambientes urbanos, onde a segregação e a exploração são contundentes. A constituição de espaços diferenciados é imperativa quando da produção do mesmo pelo veio das relações entre classes. Deste modo, diferenciar espaços é constante e inerente às relações de classe. A formação de espaços destoantes relaciona-se a impossibilidade dos pobres em viverem em espaço de alto valor econômico e social, isto ocorre, pois:

(...) se decidiu dividir o espaço urbano em espaços pobres e ricos. A coabitação em um mesmo tecido urbano de pobres e ricos foi considerada um perigo sanitário e político para a cidade, o que ocasionou a organização de bairros pobres e ricos, de habitações ricas e pobres. (FOUCAULT, 2012, p. 166)

A diferenciação do espaço urbano quanto ao estabelecimento de locais específicos para os ricos e para os pobres é a forma de explicar a origem das periferias, principalmente àquilo que se compreende no contexto urbano. A periferia urbana basicamente surge do descolamento da população da cidade, da parte central para espaços no entorno do centro, não raro também no centro, assim:

Ao mesmo tempo, essa contínua diferenciação da malha urbana e a experiência muitas vezes assustadora do desconhecido e do inesperado levam o indivíduo a recriar laços de identidade e enraizamento, fortalecendo grupos e/ou delimitando novos territórios – os guetos, ai, constituindo a expressão mais incisiva dessas comunidades, que procuram reproduzir-se endogenicamente e criar todo um repertório cultural comum e exclusivo (HAESBAERT, 2012, p. 92).

Os laços apresentados nos relacionamentos espaciais intra-urbanos evidenciam os liames entre a manutenção da vida nos espaços periféricos e a exploração que o originou. A periferia caracteriza-se como o espaço urbano repleto de carências, principalmente no que concerne às condições de existência e desenvolvimento. No espaço periférico toda qualidade de problemas sociais é visível e muito mais latente. É no espaço periférico urbano que a grande maioria da população pobre habita, ou melhor, luta para sobreviver.

A sobrevivência é a principal identificação entre os indivíduos, sobreviver é lutar diariamente por espaço e por um lugar dentro do sistema de lutas, já que, viver excluído do mesmo é torna-se invisível, é praticamente deixar de existir como ente que compõe o sistema social. Como componente das lutas de classe, a segregação gera também luta pela permanência; indivíduos ou grupos permanentemente criam formas de relação com o espaço a ponto deste torna-se parte do corpo do indivíduo ou do grupo. Tal processo constitui uma das formas de estabelecer a organização da vida e da sociedade, principalmente no contexto local, pois “(...) se o processo de territorialização parte do nível do individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios” (HAESBAERT, 2004, p. 344).

Os problemas sociais inscritos principalmente nos espaços ocupados pelos mais pobres, geralmente a periferia urbana, apresenta-se como lócus principal de habitação dos hegemonizados, que buscam algum tipo de hegemonização. É principalmente nestes espaços que ocorrem as principais violências: a exploração econômica, social e política. Desta forma, o processo de sobreposição dos poderes, ou melhor, sua manifestação em face de territorialização, cria espaços dicotômicos, constitui um dos artifícios proveniente das relações de hegemonização social, onde gênese do “território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvem o domínio ou o controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados.” (HAESBAERT, 2004, p. 121).

O espaço segregado da periferia urbana abre campo para diferentes formas de territorialidade, ou melhor, possibilita inúmeras formas de territorialização tanto de cunho econômico, cultural, político, bem como possibilita a territorialização pelo laço de identificação com um determinado grupo e sua estratégia de sobrevivência, ou de hegemonização. É na periferia urbana, principalmente nos espaços criados para abrigar os pobres expulsos do centro urbano, que ocorre de forma constante todo tipo de violência estabelecida como crime pela moral dominante, este se descreve como toda ação que aplicada desafie os princípios sociais já estabelecidos, o crime é então umas das formas de coagir ações que cominem com a “desordem”.

No entanto, mesmo com o estabelecimento do crime e sua constituição punitiva evidenciam-se nestes espaços, principalmente nos periféricos urbanos, a grande ocorrência da violência, mais frequentemente os crimes contra o patrimônio e contra a vida. O homicídio é hoje o crime que mais chama atenção da sociedade, por ser o tipo violência que se dirige

contra o maior de todos os patrimônios: a vida. Deste, dar-se-á enfoque as relações anteriores ao crime, de forma a compreender o nascedouro particular deste problema social, o crescimento contínuo da violência homicida.

Dentre as diversas formas de hegemonização, o poder é a manifestação mais emblemática e aguda, fruto da lucidez e devaneios do convívio social, por ele diversos vetores de ação são possíveis, o que leva a seguinte pergunta: O crime ou a criminalidade homicida na periferia urbana pode ser compreendida como uma complexa estratégia social de sobrevivência e hegemonização, onde a territorialidade violenta constituir-se em matriz da exponencial violência homicida?

Da mesma forma, pergunta-se:

A crescente violência homicida e sua aglomeração podem denunciar um conflituoso processo de sociabilidade próprios a periferia, particularmente ao bairro Almir Gabriel na cidade de Marituba?

Para elucidar os questionamentos elencados acima, tem-se como objetivo geral desta pesquisa:

- Analisar como a hegemonização manifesta-se na produção, organização e manutenção do espaço periférico urbano e seu embricamento nas relações sociais, como a sociabilidade e a territorialidade violenta no bairro Almir Gabriel na periferia da cidade de Marituba entre os anos de 2011 e 2013.

O objetivo geral da pesquisa desmembra-se nos seguintes objetivos específicos:

- Verificar a relação entre poder e território, a fim de compreender como estes se vivificam no espaço e como contribuem para formação de territorialidades violentas na periferia da cidade de Marituba;
- Constatar através de dados sociais e estatísticos a violência homicida, bem como sua aglomeração, afim de, estabelecer conexões entre espaço, socialização e a territorialidade violenta no espaço periférico do bairro Almir Gabriel na cidade de Marituba nos anos de 2011 a 2013.

Para tornar possível a realização dos objetivos descritos, faremos uso dos seguintes procedimentos metodológicos de investigação:

- Revisão bibliográfica de assuntos pertinentes ao contexto desta pesquisa, onde as lutas de classe e seus reflexos na produção do espaço e na vida social, abordadas

principalmente pela teoria marxista, com apoio na leitura de Marx (1980); Gramsci (1978), Foucault (1996, 2012a, 2012b); Lefebvre (2004, 2006, 2006, 2011) a perspectiva da produção do espaço segundo a teoria do espaço socialmente produzido e sua possível relação com a teoria da multiterritorialidade proposta por Haesbaert (2004, 2012) e Arendt (2009).

- Levantamento de dados primários e secundários, além de fontes documentais sobre a temática da pesquisa. Os dados primários foram obtidos a partir de pesquisa de campo, através da aplicação questionário em pessoas de 12 a 26 anos no bairro Almir Gabriel no município de Marituba. Quanto aos dados secundários, o Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP) e o Boletim de Informações Policial Militar (BOPM) forneceram dados criminológicos, referentes a ocorrência de homicídio, também foram utilizados dados do Observatório das Metrópoles, no relatório nomeado de Índice de Bem-estar Urbano, como foco na Região Metropolitana de Belém (RMB).
- Promover a espacialização de dados espaciais e especializáveis, de forma a possibilitar conexões diversas, como a existência de uma superfície contígua e aglomerada de homicídios.

Para explicar as questões anteriormente levantadas, formular-se seguinte hipótese:

- A exploração e a hegemonização materializadas no espaço social, principalmente na formação e manutenção do espaço urbano periférico, na especificidade do bairro Almir Gabriel, como uma ordem que estabelece desordem, a ponto de possibilitar o aparecimento de formas de socialização, estratégias de sobrevivência e territorialidade, onde a violência ou o crime é o ponto de indução, posto que se realiza na constituição de uma territorialidade violenta.

As análises serão estabelecidas a partir da lógica dialética marxista, pela descompactação histórica do fenômeno e sua posterior reconstituição, bem como pelo conflito de elementos contrários, inerentes ao objeto, ainda destacar-se-á o estruturalismo como forma de entendimento do poder e de suas manifestações para além das questões de classe, principalmente referendado em pequenas escalas, isso quando o campo de análise ultrapassar o debate entre as interposições classistas.

## **2. O PODER E A ORDEM SOCIAL: APORTES TEÓRICOS PARA O ENTENDIMENTO DA RELAÇÃO ESPAÇO E TERRITÓRIO E A VIOLÊNCIA URBANA.**

O poder e a ordem aparecem de forma conjugada, expresso na propulsão das relações sociais, na socialização e principalmente na constituição de ordens em forma escalar. Isso acontece para que a vida social seja mais que a aglomeração de indivíduos, tornado, meio de organização, referência e influência, que por consequência, deve coincidir com a formação relações sociais propensas a manutenção e a reprodução da estrutura geral da sociedade, por isso, espaço, território e violência aparecem de forma conjunta, isto porque, o poder se manifesta em ordem e desordem, presente na concretude espacial, da mesma forma não há espaço social sem relações sociais e sem conflitos, logo não há relações sem a particularidade e singularidade das formas de conquista, sobrevivência e influência, por isso, há no espaço múltiplas, convergentes e divergentes escalas de territorialização, por efeito, este deve realizar-se por meio de estratégias, reconhecimento, identificação e socialização, descrevendo ações de hegemonização na combinação particular de espaço e sociedade.

### **2.1. Poder e Hegemonia na Teoria Social.**

O poder é o mais cobiçado dos desenvolvimentos e das formas de manobras possíveis em contextos sociais, a saber, este é mais que uma força, uma virtude, um recurso, ou mesmo uma estratégia que se realiza, o poder é um somatório de aspirações e desejos, desígnios que se manifestam e se realizam continuamente em multitemporalidades, se realiza de forma multi-escalar, atuado sob qualquer contexto social.

O poder é movimento, e ação que se realiza sobre outra ação, é um componente social que está sempre vivo, realiza-se a todo instante e em todo o espaço social, isto contribui decisivamente para razão das ações e das materializações que por meio de múltiplas hegemonizações se cristalizam quase sempre em território e também em espaço.

Sob essa ótica, as grandes matrizes interpretativas, mais especificamente, os métodos de interpretação, o materialismo histórico e dialético, baseado principalmente na proposta marxista (1980) e do estruturalismo cunhado especificamente por Foucault (2012a). Compreensão particularizada da realidade social, necessária devido à impossibilidade interpretativa da realidade social como um todo por um único método de interpretação, daí,

marxismo se enquadra nas perspectivas das lutas e das reações, dos processos reconstitutivos social e historicamente e, do estruturalismo, vivo na lógica da sobreposição de classes e das atividades dos poderes em todos os setores, principalmente na particularidade das relações e da sociabilização.

A constituição de uma diversa abordagem metodológica, eclética, mais especificamente alinhada aos anseios e aos questionamentos que norteiam esta pesquisa, e que por isso necessitam de um enfoque que possa mais que se alinhar a uma realidade, mas que fundamentalmente contribua decisivamente para a interpretação do real e da questão problema que funda esta observação, uma conexão do concreto, o vivo e manifesto e o entendimento teórico-metodológico de sua racionalidade laboral em pesquisa.

A concretude, a validade de uma abordagem multi-método, não é apenas uma condução racional e o encaixe da pesquisa sob uma linha específica de interpretação, mais que isso, é um compromisso a ao desencaixe, uma ratificação retificadora, mais, o desalinhamento racionalizado que permita uma compreensão maior e adequada a particularidades, especificidades que se manifestam e constituem um emaranhado de representações sociais e que fundam um todo complexo, quase incompreensível e imedido.

Se as lutas de classe se destacam em sua concretude, em sua vivacidade, principalmente nos grandes embates promovidos pelos grupos sociais organizados, a saber, os comitês populares, principalmente organizados em centros comunitários, os grupos de lutas vinculados aos direitos estudantis, aos idosos; bem mais que isso, as classes gerais, os pobres que sempre articulados promovem a cada dia uma nova agenda de debates, de políticas e qualidades a conquistar. Estas articulações, mais que promover um processo agregador de mais clamor e mais debate promove um verdadeiro redimensionamento de estratégias de hegemônicos e hegemonzados, sempre em um novo processo de retificação e ratificação em lutas, derrotas e vitórias.

Não obstante, pensamos o materialismo histórico e dialético como método fundamental para efetiva compreensão das estratégias organizativas, bem como sua fundante organização e gênese. Tal modo interpretativo permite focar nas lutas e nos embates que sempre contrários se materializam, tornando-se representações sociais dos choques de ordem e conseqüente promoção da desordem.

Manifestando sua empatia frente aos métodos, o materialista histórico e dialético, Lefebvre (1999), dá destaque aos movimentos contraditórios, a saber, a unidade dos

contrários, engenhosidade promovida e sempre recriada ao longo do processo histórico, desta maneira,

La unidad de los contradictorios no existe más que en las formas concretas y específicas. La contradicción y la unidad presentan grados. Una contradicción más profunda se manifiesta en una exigencia más profunda de unidad. La contradicción y la unidad son históricas: atraviesan fases. La contradicción no es, en sí", más que la destrucción pura y simple de lo existente. En su relación y su lucha con la unidad, se determina más concretamente como diferencia y diferenciación, pasaje de un término al otro y posición (contradicción latente); como antagonismo (contradicción exasperada) y, en fin, como incompatibilidad momento de la. resolución y de la Superación) (LEFEBVRE, 1999, p. 23).

Da mesma forma que a lutas e o movimento dos contrários são fundamentais para a promoção de uma concretude teórica equivalente ao movimento do real, a concepção materialista se alinha a produção material, bem mais que econômica, uma produção da vida, a produção diária de um real altamente complexo. De forma impar, esta materialidade, ou melhor, a representação real da lógica das contradições é a fomentação da produção em diversidade de manifestações sócias, tal como a produção de ambiente político, econômico e também de uma ordem social hegemonzante, por efeito:

La concepción materialista de la historia "consiste, partiendo de la producción material de la vida inmediata, en desarrollar el proceso real, en concebir la forma de las relaciones ligadas con el modo de producción y creadas por él (la sociedad civil en sus diferentes grados) como base de la historia; em expresarla en su acción como Estado; em explicar a partir de ella los productos y formas. de la onciencia, La religión, la filosofía, la moral, etc.. . . El medio forma a los hombres y los hombres forman el medio (LEFEBVRE, 1999, p. 50).

Mais do que o Estado, bem mais que uma produção material ligada ao poderio produtivo, isto quer dizer, a economicidade da vida social, as lutas e as ordenações se agrupam e não podem ser unicamente representativas de uma forma de apreensão de determinada realidade, desta forma, o materialismo histórico e dialético, sem duvida, torna-se rarefeito quando da interpretação de uma lógica social que se articule para mais que a produção social, no sentido restrito aos valores incutidos a necessidade de econômica e suas reverberações na vida social, desta maneira, a agregação de uma lógica que some a já forte e poderosa reconstrução de movimentos e de suas contradições, valoriza argumentação de que as organizações sociais promovem para além das lutas de classe, isso não como uma crítica a marxismo propriamente dito, mais de verdade, uma (re)ambientação de que as lutas e as

formas de interpretação ligadas ao produtivo e suas generalizações não podem sozinhas desvendar a totalidade do real e de suas cotidianas problemáticas.

Isso não é esgotar e de forma alguma significa uma superação que se estabeleça querendo mitigar, ou desalinhar, ou mais, desqualificar o materialismo histórico e dialético desenvolvido por Marx (1980), isto não ocorre pois o que se busca é na verdade uma elevação, uma verdadeira ratificação da concepção de mundo que fundou a denuncia dos processos sociais que conduzem a cada vez mais exploração, miséria e desumanidade.

A questão da retificação se advoga a favor de uma atualidade e da maior vivacidade do método ou dos métodos aqui em destaque, desta forma, a possível atualização da doutrina metodológica não ser ultrapassada, mais que isso, deve-se realinhar a um novo mundo, a realidades semelhantes e significativamente particulares.

Para fortalecer esta argumentação, destacamos o labor interpretativo em apoio ao método atualizado pelo pai do novo materialismo histórico e dialético, por essa linha, as proposições de Lefebvre (2011) vinculam reentrâncias interpretativas do mundo, que couber as relações sociais estabelecidas com vistas a um tipo de dominação, superposição de classe, o referido autor desdobra-se em argumentos que tornam o marxismo plenamente operante e vivo, assim, ele desenvolve a problemática do Estado e suas ações em meio aos diversos interesses de classe, assim ele descreve:

O Estado democrático tem um duplo caráter dialético e contraditório. Uma vez que implica a existência das classes e de sua luta, por um lado ele exerceu a expressão de uma ditadura efetiva, isto é, a da classe dominante, enquanto por outro lado ele se viu obrigado a permitir a expressão dos interesses e dos objetivos políticos das classes dominadas (LEFEBVRE, 2011, p. 96).

As argumentações em destaque contribuem não só para uma contextualização da vida e das práticas do método, mais ainda, reconfigura e realinha o materialismo a um novo campo interpretativo, o das articulações para uma possível dominação, que na visão de Mauffe (2015), apoiadas em Gramsci (1978), o termo dominação precisa ser revisto, esta revisão advém quando da sobreposição da dominação pela hegemonização, termo que expressa um movimento e uma possível continuidade de uma classe de forma a tornar-se hegemônica. A hegemonia como descreve:

Gramsci define la hegemonia como “dirección política, intelectual y moral”. Hay que distinguir en realidad dos aspectos en esta definición: em primer lugar el aspecto más propiamente político, que consiste en la capacidad que tiene una clase dominante de articular a sus intereses los de otros grupos, convirtiéndose así em el

elemento director de una voluntad colectiva, y también el aspecto de la dirección intelectual y moral, que indica las condiciones ideológicas que deben ser cumplidas para que sea posible una semejante voluntad colectiva, la manera en que ésta será “cimentada” (MAUFFE, 2015, p. 130).

A proposição levanta por Gramsci e defendida na citação anterior restabelece e revigora o materialismo, de forma a reorientar o método não a um novo paradigma, mas a possibilidade de apreender a realidade sob um aspecto novo, sem com isso refutar o método.

A possibilidade da abordagem hegemônica, não rechaça as classes, mais que isso, estabelece a possibilidade de uma interpretação mais contundente e por isso bem mais próximo da realidade, justamente porque, a introdução de uma abordagem com vista a hegemonização amplia o horizonte interpretativo, pois, rearticular a compreensão das estratégias sociais principalmente por superar - isso não quer dizer excluir, o veio da dominação social para o aprimoramento das estratégias sociais que resultam em algum tipo de hegemonia.

Dito isto, a proposição de uma hegemonização viabiliza interpretação múltiplas, principalmente ao que couber a interpretações singulares ao nível individual, bem como, a possibilidade de uma abordagem escalar e multidimensional.

A proposta de uma hegemonização viabiliza a introdução do elemento essencial para o desenvolvimento teórico, que torne possível a compreensão da realidade pela lógica destacada por Gramsci, a hegemonia é o processo pelo qual indivíduos e classes desenvolvem políticas ou estratégias para manter-se no controle das ações e dos ordenamentos sociais.

O poder, estratégia gestada por um indivíduo, grupo ou classe, cuja, finalidade é antes de tudo se promover e promover ações que viabilizem a inércia, ou melhor, mantenha ou dificulte a possibilidade de um movimento que se transforme em mudança, ou quem sabe, na revolução.

A problemática do poder torna-se ainda mais contundente quando relacionada aos processos ligados as aplicações e as ações empregadas na vida social para gerar um ambiente de ordenação, a lógica dos poderes, sua metamorfose, para além das lutas de classe, não rechaça toda uma série de manifestações que podem estas ser elucidadas, no entanto, o poder se manifesta e se realiza em todo lugar, de toda maneira, quase sempre promovendo algum tipo de ordenação e de uma provável hegemonização. Isso para vir a tornar-se realizável, as lutas sociais não podem ser abandonadas, execradas de validade sócio-histórica, as lutas e as interpretações do materialismo histórico e dialético possibilitam análises mais concretas,

estabelecidas, e desenvolvidas segundo um referencial, segundo um ponto de apoio, desta maneira:

Esse tema de luta, só se torna operatório se for estabelecido concretamente e, em relação a cada caso, quem está em luta, a respeito de que, como se desenrola a luta, em que lugar e com quais instrumentos e segundo que racionalidade. Em outras palavras, se o objetivo for levar à sério a afirmação de que a luta está no centro das relações de poder, é preciso perceber que a brava e velha lógica não é de forma alguma suficiente para elucidar os processos reais (FOUCAULT, 2012a, p. 342).

A firmar que as lutas de classes não podem sozinhas explicar toda a problemática do poder e suas transformações na vida social, não empobrecem de forma alguma o debate, tão pouco diminui o método quando da introdução de argumentações do filósofo Michael Foucault (2012a), qual aponta sua propensa articulação ao Estruturalismo, longe dos ismos e, das manipulações pessoais ou de grupos, destacamos o entendimento de que o poder pode ser entendido pelo veio do materialismo, assim como pela propenso estruturalismo, no entanto, o destaque a possibilidade da multi-compreensão pela multi-interpretação do real em situações e em escalas diferentes.

Assim, o enlace metodológico desta pesquisa é a sobreposição e a interconexão de métodos com o intuito agregador e que por isso estabeleça uma conexão com o real de forma satisfatória. Sobre os desígnios e o processo de hegemonização que está descrito e amplamente destacado pelos pesquisadores já mencionados, visto que, sob a ótica do poder, as classes sociais, ou mesmo indivíduos, promovem uma eterna articulação e ordenação de ações e movimentos por sua manutenção hierárquica, e conseqüentemente hegemonização, isto conduz ao seguinte apontamento:

A burguesia compreende perfeitamente que uma nova legislação ou uma nova constituição não serão suficientes para garantir sua hegemonia; ela compreende que deve inventar uma nova tecnologia que assegurará a irrigação dos efeitos do poder por todo corpo social, até mesmo em suas menores partículas. E assim que a burguesia fez não somente uma revolução política; ela soube instaurar uma hegemonia social que nunca mais perdeu. (FOUCAULT, 2012a, p. 331).

Não só a burguesia criou formas de perpetuação hegemônica, as diversas classes sociais, grupos ou indivíduos em variadas escalas promovem estratégias que se manifestam em ações que potencialmente podem conduzir a manutenção da lógica e dos ordenamentos sociais particularizado nas escalas.

As lutas sociais se realizam e se cristalizam na coalizão ou na desagregação que o poder em diversas instancias da vida social pode causar, ai destaca-se o movimento escalar,

pois a impossibilidade de uma hegemonização ocorre sem que haja influencia nas estratégias sociais de outros grupos, ou classes, que por influência deste promova a mudança e a retificação de outros poderes vinculados aos sociais diversos e que podem determinar a produção de espaços que articulem e se manifestem em uma incomensurável forma de representação e também relações, exatamente por isso, os processos de hegemonização corroboram para formação de incalculáveis números de relações sociais, o qual o maior destaque são os processos que articulam a produção de um espaço e de infinitas formas de territorialidade.

## **2.2. O Poder: a Hegemonia, Ordenação e a Produção do Espaço.**

Não importa onde, as referencias espaciais são variadas, pois as dinâmicas sociais quase sempre respondem a mesmas determinações sociais, políticas e econômicas, elevações que, articula-se nos fazeres e então se converte em um conjunto de praticas que irremediavelmente contribuem decisivamente para constituição da alma dos espaços.

Das almas ou mesmo nos espíritos vagantes, o espaço constitui e revela as ações mais finas, das benevolências às torturas, no e pelo espaço, grande quantidade de movimentos são possíveis, no fausto o luxo, glamour e encanto; na pobreza, a obra, o sonho, a vida, fundamentalmente luta e resistência. Contrários, dialéticos, paradoxais, os movimentos de gestação dos espaços revelam a fúria e os esforços para realização de processos sociais complexos, destacar-se-á a ação subliminar, bem como sua efetiva realização material.

Destarte, as simbioses inerentes a construções sociais do espaço, a forma material e seu espírito criador, decriptam lutas diversas, convergem os espaços em prova-denuncia das ordenações da vida em sociedade. Assim, a periferia: as palafitas, os subúrbios e a favela respondem a lógica da ordem maior, representam a materialização dos poderes da parte hegemônica, tão logo, equalizam e reverberam em desordem nos poderes sobrepostos, manifestados na produção e organização de espaços dissonantes, sua malevolência e desorientação, as ordenações nunca obterão a totalidade, pois o fim lhe escapa.

Os diferentes graus de força e energia incutidos nos arranjos sociais revelam não só as desigualdades, as segregações e as dores, os espaços criados quase sempre se libertam destas designações para tornarem-se suor e vida.

Isso porque ele foge pelos poros da dominação e organizam a insurreição na qual o espaço é a principal arma, mesmo com a potência representado na força do Estado, não há prisão capaz de lhe suprir sua natureza.

As periferias, os subúrbios e as favelas, constituem formas espaciais que respondem a mesma lógica dos poderes, mais que isso, de uma incessante redefinição de hegemonizações e de sobreposições dos poderes sociais, o que sem dúvida evidencia que “múltiplas relações de poder perpassam, caracterizam, constituem o corpo social” (FOUCAULT, 2005, p. 29).

As periferias urbanas, principalmente as próximas dos centros foram e são ainda formas espaciais oriundas das ordenações do espaço central em busca de sua viabilidade, nada menos que uma incessante luta social com vista a algum tipo de hegemonização. A periferia constitui uma necessidade criada, uma ordem quase impossível de não realização, sua existência representa uma necessidade da ordem hegemônica e a contestação do ordenamento hegemônico, a saber, representa a gestação das designações dos hegemônicos, bem como da resistência e bravura dos hegemônizados (GRAMSCI, 1978). Assim desprende-se o espaço periférico como realidade impositiva, não menos subversiva, um espaço pensado não a revelar, mas milimetrado e articulado com as dinâmicas sociais, desta forma, não é possível compreender as periferias metropolitanas como espaços desordenados, pois sua ordem é a própria desordem.

Assim, a constituição do espaço periférico está intimamente ligada às determinações sociais e as dinâmicas conflitivas entre os diversos sujeitos sociais, versado nos poderes e nas ações dispostas a efetividade e a realização, desta forma, os movimentos que conduziram a formação de uma centralidade aí, destaca-se a produção, serviços e o emprego, também foram às mesmas que condicionaram a formação do espaço marginal. Logo a marginalidade, o aspecto empobrecido da periferia e desalinhado são características de sua ação criadora.

Neste sentido, é válido afirmar que o espaço da favela e sua mitificação como lócus da instabilidade política e social constituem, uma ação social de cunho hegemônico, que visa essencialmente crepitar as relações originárias deste e assim, fetichizar a relações políticas, econômicas e sociais, sua gênese e condição atual, bem como, assombrar os poderes diversos em oposição neste espaço.

Acompanhando e regredindo ao movimento que possibilitou sua gênese espacial, destacando realidades particulares e diversas, conectadas a constante política social de desconstrução social, cultural e política da periferia de maneira geral, destacamos a seguir a particular denominação do espaço, relacionada aos movimentos de ordem e desordem por

meio da contestação, desta forma este espaço social (LEFEBVRE, 2006), se particulariza encaixado nas ações nos movimentos dos poderes visando sua realização. Inegavelmente o espaço criado pelo movimento de contra-ação, ou ação sobre ação, tipifica a luta de poderes como bem descreve Foucault (2012b).

Há nos movimentos que criam os espaços como à periferia metropolitana, ações que só podem ser compreendidas como movimentos dos poderes dos diversos entes sociais, assim, as periferias invariavelmente são uma criação social, representando a necessidade de um tempo social, desta forma, ganha destaque a afirmação que o espaço comumente conhecido como desordenado, é criação de ordem anterior, fundamental para o desenvolvimento social, econômico e político da elite hegemônica, não menos, significa resistência e luta materializada na conquista da moradia pelos hegemonzados, como fica exposto a seguir:

Para os trabalhadores sem acesso ao sistema formal de habitação, a ocupação de terra urbanas e a auto-construção de suas moradias foi a saída das classes mais pobres para reduzirem custos com aquisição ou aluguel de moradia, até pela situação de instabilidade de emprego que viviam, não podendo ter garantias de arcar com custos de habitação num prazo previsível. As favelas significaram um à redução considerável de custos com transportes de casa ao trabalho.

Assim, a formação das favelas deve ser entendida no âmbito do processo econômico e político, que abrange a produção do espaço urbano da cidade, refletindo na terra urbana e na forma da moradia a segregação que caracteriza as classes sociais. A sub-habitação, entendida como a falta de acesso a um padrão de habitação determinado, objetivamente, foi o ponto de partida do qual os favelados tiveram que lidar para atuarem na sociedade como uma categoria com interesses e conflitos próprios na esfera urbana. (BRUM, 2001, p 37)

Não fosse a resistência, força e energia, próprios dos que já nasceram para lutar, teríamos centenas de milhares de nômades urbanos, pois as práticas espaciais adotadas pela classe hegemônica os conduziram sempre a novos espaços, cada vez mais longínquos dos centros, o que sem dúvida desarticulava ainda mais sua capacidade política e organizacional. Além disso, destacamos os movimentos empreendidos nos espaços como bem mais que reverberações das necessidades do sistema produtivo, muito mais do que isso, “A sociedade se orienta ideologicamente e praticamente na direção de outros problemas que não aqueles da produção” (LEFEBVRE, 2001, p. 17). Da mesma forma “O poder não tem por função única reproduzir as relações de produção. As redes de dominação e os circuitos de exploração se recobrem se apoiam e interferem uns nos outros, mas não coincidem” (FOUCAULT, 2012a, p. 255).

Desta maneira, revela-se a histórica estratégia social, principalmente dos poderes hegemônicos materializados na figura final do Estado ou nas instituições privadas, objetivo

aponta o solapamento da moral, dos valores e da articulação sócio-política dos entes sociais habitantes da periferia, assim sendo, a ação dos poderes em diversas frentes, constituem a forma criadora e primeira de germinação e enraizamento dos apontamentos hegemônicos sobre o espaço e seus habitantes. Assim, é valoroso destacar a afirmação de que o poder só se evidencia quando se constitui em ação ordenada, mesmo que ação conduza a inanição de movimento ou de mais ação, assim “uma relação de poder é um modo de ação que não age direta e imediatamente sobre os outros, mas que age sobre um corpo ou sobre as coisas” (FOUCAULT, 2012b, p. 287).

Desta maneira é necessário destacar que os poderes, seus agentes e ações irremediavelmente conduzem a sua materialização, desta forma, acreditamos que o poder é inerente a vida social e claro, dos entes sociais, deverá proporcionalmente revelar a criação de um espaço que é marca do conflito entre eles, ou melhor, que materializa, na linha cutânea da terra habitada, um espaço representativo dos poderes e das ações, pois “O espaço é fundamental em todo exercício do poder” (RABINOW; DREYFUS, 1995, p. 219).

Compreendendo o laborioso trabalho empreendido por Foucault (2012b), podemos destacar que há na periferia, bem como, nos morros uma forma de ocupação espacial que não represente de maneira cristal os embates entre os diversos poderes sociais, logo, o espaço da favela ou da periferia, com suas habitações estratégicas, seus emaranhados de vias com pouquíssima infraestrutura urbana valoriza a resistência por meio da articulação dos poderes dos hegemonzados, logo, estrutura e a paisagem da periferia revelam a ordem e a ação, não por acaso, a ação pode ser também uma inanição, como pode ser visível nas questões imbricadas no abandono destas áreas pelo Estado.

Sob o plano arquitetural, os espaços quase sempre se destacam pelas suas características estratégicas, o centro e suas proximidades revelam de forma impar sua organização e os poderes criadores. De maneira análoga o plano arquitetural tem como finalidade organizar os espaços de maneira econômica e usual no que couberem os recursos e os viveres. Facilmente perceptível, no espaço urbano da cidade os planos arquitetônicos diversos presentes em modernidade ou em rugosidade (SANTOS, 2008), expõe no tempo presente, estratégias históricas, quase sempre sobrepostas no meio social, de forma que a arquitetura contribui para o ordenamento e distribuição de pessoas e objetos (LEFEBVRE, 2006), além de possibilitar conexões entre si, desta maneira, este saber contribui para ordenação e para a (des)ordenação.

A arquitetura, seus planos e linhas, representam também os planos do poder, pois suas ações se constituíram em representações materiais, destacadas nas formas, paisagens e nos usos, no que couber a toda a vida de relações constitutivas no plano da ação social. A arquitetura, sobre diversas combinações é de forma impar o meio intelectual criado para pensar e executar movimentos, por meio da racionalização dos usos e da reinvenção do espaço social. Por este saber, diversa foram às racionalidades pensadas para o espaço nos seus diversos eixos, constitui historicamente uma variedade de ações nas periferias com objetivo de gerar desestabilidade, desorganização que quase sempre inviabiliza que os poderes locais se defrontem com os centrais. Essa forma poderosa de ação e implementação das valorizações hegemônicas, constitui parte dos saberes que se manifesta em forma e movimento e, que conduz nos meios criados as ações e mesmo inanição na política dos poderes por meio das estratégias, logo, esta manifestação do labor acadêmico:

O urbanismo não passa de uma ideologia que se considera e se proclama “arte”, “técnica”, “ciência”, conforme os casos e as conjunturas. Essa ideologia acredita ser e se proclama clara; ela encerra o dissimulado, o não dito: o que ela encobre, o que contém, enquanto vontade tendendo para a eficácia. (LEFEBVRE, 2008, p. 143).

O que Lefebvre destaca como eficácia, é uma confecção da forma que inspira beleza, organização e que incuti práticas sociais ajustadas, não menos, cumpre seu papel como fundador de nova racionalidade, quase sempre se converte no mausoléu das contestações.

“O espaço social é o da sociedade” (LEFEBVRE, 2006, p. 16), este meio concebido para servir de abrigo aos homens, sua organização e produção não são idealizados somente pelos desejos do sistema produtivo, do Estado na figura de seus planos e planejamentos ligados às concepções de higiene, segurança, beleza e mercado, tão pouco, o espaço é produzido somente pela vontade e, pelas articulações dos poderes hegemônicos, o espaço social é por si mesmo, liberto, libertador e denunciante. As variedades de espaços sociais como as favelas, as baixadas, as periferias e os centros são representações destas ilimitadas relações sociais e de conflitos e sobreposições de ações de cunho livre e poderoso, no que referir aos vários poderes inerentes as macro e as micro relações de poder existentes na sociedade como um todo.

A periferia, a criação e exemplo crucial destas práticas, quase sempre surgem nas redondezas de diversas centralidades sócio-temporais, como a favela que cresce sobre a “cabeça” dos abastados, que irremediavelmente conduz a novas estratégias para sua

desintegração, estas praticas, podem ocorrer de forma violenta, porém normatizada e gestada na redução dos poderes hegemonzados, quase sempre com seu apoio popular.

### **2.3. A Desintegração do Social: realinhando o Poder na vida sócio espacial.**

A ordem, os movimentos, as ações, as práticas e as representações são inerentes à vida social, por conseguinte, as mediações conclamadas e erigidas nos avivamentos, dos tempos e nos espaços podem ser mais bem destacadas nas cristalizações, ou mais, na possibilidade do contraste por meio dos sentidos e da análise. Desta maneira, compreendemos os processos que solapam as periferias, que as torna espaço dilacerado pela sobreposição de forças, onde os ordenamentos são multi-escalar, mesmo que as ações sobre estes espaços quase sempre ocorrem de forma unilateral, movimento deveras inquestionável e irrefutável, na pratica, verifica-se a desconstrução da periferia intimamente ligada a conexões de interesses entre hegemônicos e hegemonzada, mesmo quando em sentidos opostos.

Para tanto é tangível que as praticas direcionadas a destruição da periferia, bem como sua ocupação, devam por racionalidade ser empreendidas a nível institucional, principalmente no que couber aos movimentos dos poderes e suas realizações, de maneira a enfraquecer os poderes dissonantes, desta forma, as praticas hegemônicas devem ser pautadas no enfraquecimento e na sobreposição dos poderes relacionado aos hegemonzados, isto se constata pelo múltiplo relacionamento e, pela imperiosa a constituição de normatizações para o uso da força por meio da positividade legal das praticas, bem como pela instrumentalização do poder, assim:

o quadro de um poder que torna decisões, de sorte que interesse (aqueles de minorias: classes, frações de classe) se impõem, a tal ponto que eles passam por interesses gerais. De acordo, mas é preciso ajuntar: quadro espacial. Se não se tem em conta este quadro espacial, e sua potência, não se retém do Estado senão a unidade racional, Volta-se ao hegelianismo. Somente os conceitos do espaço e de sua produção permitem ao quadro do poder (realidade e conceito) atingir o concreto. É neste espaço que o poder central se erige acima de outro poder e o elimina. É neste espaço [...]; o espaço onde se exerce uma tal instituição se define por decretos e regulamentos de aplicação no espaço estatista e político. Ao contrário, este quadro estatista e o Estado como quadro não se concebem sem o espaço instrumental do qual eles se servem (LEVEBVRE, 2006, p. 94).

A instrumentalização do espaço não é somente uma ação de rotina política, é incontestavelmente uma estratégia social que se revela pela necessidade de sobreposição entre diversas estratégias sociais.

Historicamente o movimento de desconstrução ou ocupação do espaço da periferia foi iniciado por meio da coerção, na forma de imposição pelo uso da força (leia-se energia aplicada na forma de violência), mais precisamente pelos implementos mecânicos referidos principalmente ao uso da arma de fogo, bem como, por todo instrumental técnico.

Dos primeiros processos de destruição de espaços marcados pela pobreza, se destaca a demolição dos cortiços, neste período, a utilização da força por meio de implementos facilitou a conquista dos resultados espaciais desejados, o que significa a desocupação de parte do espaço urbano, tornando-o livre para aplicação da racionalidade material da minoria hegemônica. A demolição do cortiço põe à tona as disjunções inerentes às relações sociais, não obstante, clarifica a profunda desigualdade no nível de ordenação dos poderes, dando substância para reafirmar sua íntima ligação com as questões de classe.

A gestão da diferença (CHALOUB, 1996), na forma das segregações e auto-segregações é própria da produção de um espaço diferenciado, mesmo quando se tem em vista as destruições anteriores, processo inerente às lutas sociais, logo de hegemonização, refratando principalmente no somatório das forças políticas que constituem as uniões sociais e, não menos potenciam o poder. Neste complexo, já bastante debatido, nunca plenamente esgotado, “a luta de classes [...] precisa abarcar e se concentrar no ponto vulnerável: a produção do espaço, a estrutura territorial de exploração e dominação, a reprodução espacialmente controlada do sistema como um todo” (SOJA, 1993, p. 115). De forma que não há prática social descolada de uma prática espacial.

As práticas sócias hegemônicas, a saber, suas intervenções tendem a produção de formas espaciais que denunciam suas energias, põe à tona, seus movimentos e articulações, bem como apontam a solidificação de sua hegemonia. Assim, diversas são as maneiras utilizadas para manter o posto de mando, para tanto, necessitam de estratégias que necessariamente devam estar articuladas a concepção de parceria que possibilite obter o apoio dos hegemonzados, logo tornar-se-á indispensável à proposição de parceria, não por acaso é fator preponderante para constituição de uma instrumentalização legal e para institucionalização da política espacial, e para melhor compreender as lutas sociais e políticas é imperioso, tomar parte a hegemonia pela ótica de Gramsciana:

En efecto, si definimos hegemonía como la capacidad de una clase para articular a sus intereses los de otros grupos para articular a sus intereses los de otros grupos sociales, entonces veremos que esto puede hacerse en dos sentidos muy distintos; pueden articularse los intereses de estos grupos en tal forma que se los neutralice evitando así el desarrollo de sus reivindicaciones específicas, o bien pueden

articularse em forma tal que promoveu su pleno desarrollo y conduzca a la solución final de las contradicciones que ellos expresan (MOUFFER, 2015, p. 192-193).

A capacidade de articulação é fundamental para a sobreposição dos desígnios referendado pela articulação política no campo das relações de poder, desta forma, a arte do fazer, referente a múltiplas negociações, constitui uma prática concisa e quase sempre vitoriosa, o que não quer dizer inquestionável, pois estas não conduzem a uma equidade nas condições sócio-espaciais.

Não obstante, o efeito da articulação entre questões das diversas classes no campo da ação política ganha destaque devido ao efeito que causa a participação e principalmente as conquistas sociais. Desta forma, a compreensão e o avanço no campo das interpretações dos movimentos meticolosos das linhas de poder, elucidam a complexa operação espacial que realizam.

Destarte, o agrupamento de interesses, dito de outra forma, a incorporação dos desígnios de outras classes aos interesses da minoria hegemônica, reafirma o emprego das premissas políticas na vida em sentido prático. Desta maneira, um emaranhado complexo de ações sociais pode ser pensado e executado com o mínimo de contestação, pois as estratégias no emprego e nas ações de classe quase sempre são pensadas para inviabilizar a refutação da maioria, isto porque, nos discursos as ações se deflagram para o bem comum.

Despontando neste plano, o poder como forma de conduzir, de organizar e gerenciar as dinâmicas de classe, de modo que, prevaleça a vivência e a “vontade geral”, daí a necessidade de destacar sua forma e ação:

O poder sobre é a força de propagação de uma vontade às outras vontades, graças à mediação de uma vontade comum e à possibilidade de aplicar sanções socialmente aceitas, ou seja, sob o fundo dessa vontade comum, o poder pode dispor das outras vontades, em limites variáveis. E, com seu poder de agir, orientá-las e informá-las, segundo os modos e os fins de uma ação em comum que pode ser passageira ou constituir o quadro permanente da existência coletiva (CASTRO, 2005, p. 101).

A primazia destas articulações visa à criação de um meio social favorável e disciplinado, destarte, ocorre à positivação legal sob a égide das normativas jurídicas que possam sempre que necessário desequilibrar a balança e se constitua em um importante meio de reafirmar a hegemonia por meios dos poderes sociais normatizados.

Este quando constituído, baliza a tomada de decisão e de forma impar a ponta para maneira adequada de articular os interesses e assim sobrepor os poderes, dessa maneira, as ações no espaço podem ser implementadas com maior agilidade, principalmente com apoio

popular, logo, as classes desenvolveram ações políticas que nos enunciados tendem em primeira instância ao desenvolvimento humano e da justiça social.

Diversas foram as políticas que durante muito tempo tentaram sobre inúmeros argumentos a reorganização da vida social e a prática espacial no sítio urbano, neste complexo contexto, as periferias tornara-se alvo de ações sobre diversas frentes, pois, a instrumentalização do poder materializado em código e instituições torna racional a ocupação e reordenação dos espaços sob diversos flancos, cada ponta, uma ação, um instrumental e uma representação espacial.

Sob o viés do poder, milésimas formas de ação e sobreposição de poderes são possíveis, se destaca as praticas econômicas, estas, por conseguinte, conduz a novas praticas sociais, a manifestações e representações no perfil espacial, não menos, quase sempre são consideradas indutoras e organizadoras dos movimentos e das ações no espaço, no entanto, a verificação a destacar é a ilusão que as manifestações do poder causa, principalmente quando as articulações de cunho contestador sofrem com a desorientação pela mitigação das ordens no contexto das manifestações do poder.

De forma equiparada, a compreensão do espaço como um elemento superior em relações aos objetos criados, proposição desenvolvida por Lefebvre (2006), garante ao espaço seu primado sobre todos os outros meios de uso e troca, e mais, somente o espaço tem o poder para desmascarar o movimento e a sobreposição dos poderes, bem como suas realizações, esta assertiva revela o primado do espaço no seio das lutas sociais e, por isso, das estratégias de implementação da hegemonia por meio da constituição articulada dos poderes, de tal forma que, a produção do espaço não pode ser assombrada pelas praticas inerentes à economia política, seria uma desqualificação e diminuição das dinâmicas sociais que dão vida e forma a diversas manifestações da coletividade humana.

Voltando ao campo da ação, a estratégia sociopolítica que une mesmo na diferença as forças sociais, de forma relacional agrega e, revalida os movimentos e os desígnios das diferentes classes sociais. Logo a ação, na forma das estratégias sociais no plano dos poderes se deflagra por meio de mais ação que conseqüentemente reverbera em diversos vetores de atuação, no entanto as representações do espaço social e as relações sociais que tange a materialização dos poderes lhe denunciam.

A constituição de diversas ações no espaço da favela ou da periferia, evidência o movimento de ordem e desordem constituído por meio da materialização dos poderes, a dialética em que se inscrevem estas ordens e desordens só podem ser vivificadas quando

institucionalizadas para tomar forma cristal, logo, compreende-se o longo processo que originou o espaço da periferia ou mesmo da favela, sua desconstrução ou sua ocupação. A seguir, destacamos movimentos que se ocuparam em constituir diversas praticas relacionadas principalmente ao complexo relacionamento entre diversos agentes sociais, em favor de movimentos e ações para o surgimento de diversos espaços sociais, na forma complexa centro e periferia.

Vê-se grande leva de ações impetradas pelo Estado no espaço periférico, desprende-se a forma intempestiva como a ação dos poderes se deflagra e, que norteiam as práticas sociais, por isso, e materializa nas diversas políticas públicas de ordenação desses espaços. De forma marcante, as políticas de ordenação do espaço, adequadas as aspirações sociais, não só dos hegemônicos como também dos hegemonzados, representa um descontínuo, uma miragem social, pois, as comunidades viventes na periferia desejam e lutam por desenvolvimento sócio-espacial.

Todas as medidas, de forma paulatina se encaixam em políticas que visam à desocupação dos espaços, ou melhor, a remoção das famílias viventes, não obstante, sua permanência pode revelar estratégia de desalinho e de enraizamento paulatino. Logo ganha destaque, movimento político e sua corresponde ação, assim variadas são as estratégias, que conectada aos ordenamentos de seu contexto sócio-político, produzem incontáveis ações sócio-políticas com vistas a oportunidades nascentes de perpetuar uma tal hegemonzação, nesta emergem estratégias sociais para a sobrevivência mesmo que possam ser ilegais.

Desta forma, é coerente a proposições de inter-relação nas práticas dos poderes, pois, estes, ou melhor, a sobreposição dos poderes é ainda mais concisa, já que as práticas políticas na periferia são variadas, tornando-as ainda mais tangíveis a obtenção do respaldo popular, pois:

Una clase es hegemónica cuando logra articular a su discurso la abramadora mayoría de los elementos ideológicos característicos de una determinada formación social, en particular los elementos nacional-populares que le permiten convertirse en la clase que expresa el interés nacional. Por lo tanto, la hegemonía de una clase es un fenómeno más complejo que el de la simple dirección política: esta última es, en efecto, la consecuencia de otro aspecto que posee una importancia primordial. (MOUFFE, 2015, p. 216).

Desponta nestes argumentos, a necessidade de adequar e promover ações apropriadas aos anseios dos hegemonzados, ou seja, dos mais pobres, de forma que, não se pode perceber a sociedade e o Estado a partir de uma ótica maniqueísta, pois o que se apresenta na vida

social, é a própria luta pelo viés da hegemonização, tendo como principal vetor o poder e sua representação na vida.

Ainda sobre as relações que constituem os movimentos sociais no campo das estratégias adotadas pelos diversos entes sociais, denotamos que a constituição na forma descrita por Gramsci (1978), representa a forma menos dolorosa, uma dominação ideal, destacada estratégia de hegemonização por meio do campo político, materializado na readequação dos processos e necessidades dos diversos setores de sociais, que possibilita, ou mais, o acolhimento dos desígnios dos hegemonizados.

Desta forma, os processos de ordenação e sobreposição dos poderes por meio de estratégias políticas, ocorrem quase sempre de forma amistosa, e isso não quer dizer que não se realizem pela imposição, em processos dolorosos e por isso algumas vezes violento na forma de ação e ordenação.

A grande questão é a forma dissonante como estas práticas comumente revela na materialidade do espaço social, exatamente por isso, as materializações dos poderes são incomensuravelmente denunciáveis, não obstante, a delação energiza o já supérfluo corpo humano, no entanto, sua alma o instiga para o questionamento, a identificação da diferença, lhe convida a não conformidade e estimula a pergunta.

Desta forma, os espaços; a periferia, e a favela são corpos materiais, perecíveis, pois, são de passíveis de dissolução e desorganização, tanto pelos poderes hegemônicos quanto pelos hegemonizados, porém é indiscutível organização política dos dominantes e sua ação de ordenar e desordenar os mesmos. No entanto, a alma dos espaços, digo, as relações sociais que lhe constituem são suas armas, uma forma suprema de realinhar a força de contestação.

O movimento de contestação por meio das relações sociais é de forma milimétrico deformado, pois se realiza de maneira singular nas práticas dos poderes na forma mais sensível, na vida social, para tanto ensejam diversas estratégias de hegemonização, logo os movimentos sociais sofreram influência de organização o que respectivamente refletirá de maneira impar nas práticas e nas lutas pela sobrevivência.

Os movimentos sociais quase sempre procuram fazer corte no cordão que lhe uni as grandes determinações sociais, também quase sempre sem êxito, tal vez por isso não conseguem dar corpo, ou melhor, ter apoio social para tornar-se politicamente decisivo, que possibilite a constituição de uma nova consciência que seja liberta dos ordenamentos hegemônicos e assim torne-se também um libertador social.

Longe do idílio, vivemos a realidade; os meio criados para potencializar a ordenação nem sempre são felizes em seus movimentos, pois grande quantidade de ordenações são criadas e justificadas por meio de inúmeros argumentos historicamente validados, quase sempre anunciados pela vontade geral, se realizam plenamente sem obter o resultado social esperado, logo o destaque se dá pela negativa, quando no transcurso da ação decorrente das estratégias de poder, entretanto, o social escorrega pelos poros dos ordenamentos e converter-se em energia potencial para rebelião.

A rebeldia humana tem localização, ela está em cada palmo de terra ocupado sem o apoio, materializado nas casas e na incansável capacidade de modificar a estratégia de sobrevivência.

A periferia urbana, é a prova material do movimento de ordem que impossibilitou a grande maioria das populações de habitarem os centros urbanizados, tiveram então, de se equilibrar em suas necessidades, no básico, de habitarem em espaços insalubres ou perigosos.

O movimento dos poderes em suas infinitas articulações renomeia os espaços marcados por estratégias de sobrevivências infinitas, assim espaços como invasões, ilegais e, principalmente os criados sem planejamento são na atualidade denominados de aglomerados subnormais, ou seja, “áreas conhecidas ao longo do país por diversos nomes, como favela, comunidade, grotão, vila, mocambo, entre outros” (IBGE, 2010, p. 2). Está é a forma moderna de identificação destes espaços pelos hegemônicos, esta denominação é adequada as novas estratégias, pois (re)significa os espaços, de forma a deixá-lo irreconhecível ou mesmo irreal, além disso possibilita a readequação deste por meio dos acordos e, de estratégias políticas que incluem os desígnios e os interesses dos hegemonzados.

Sobre esse poder, grande quantidade dos desígnios hegemônicos se realiza, pois permite o movimento, a ação sobre os hegemonzados, por meio de argumentos e mesmo a força, quando necessária, sendo respaldada pelo interesse geral.

O poder constitui uma prática, o movimento dos tentáculos, estratégia eficaz à medida que coaduna diversas ações individuais ou em bloco, para então emergir novas práticas, assim para que ocorra o desenvolvimento deste, um grande aparato é desenvolvido, normativo, histórico e social, organizado para funcionar como articulador de movimentos, o poder simbólico possibilitar a renovação das técnicas de coerção, mesmo se estas ocorrerem de forma pacífica, isso é possível, pois o enraizamento das ordenações ocorre nas profundezas da vida social de forma a invadir o psíquico, a ponto de converter o contrario em anormalidade e desordem.

Assim, podemos pensar de forma mais minuciosa a refração das praticas de ordenação que conduziram a formação de espaços marcados pela insalubridade, dizendo de outra forma, de espaços denominados oficialmente de aglomerados subnormais, favelas ou as infinitas periferias, espaços reconhecidos e descritos como ambientes criados desordenadamente.

Seria impossível uma forma de contestação geral, um tipo de insurreição que movesse a grande maioria, quica a totalidade dos viventes destes ambientes sem o poder de denuncia dos espaços, o argumento hegemônico denigre o real para transformar os espaços desordenados em prova cabal da ingerência da maioria.

Daf periferia, palafitas e favelas são marcos de ordenamentos sociais incutidos sobre a matriz do poder que constitui argumentos, razões práticas e legais que se justificam por meio do controle e da produção de um real plenamente provável, desta maneira, as periferias desaparecem como espaços de resistência e, transformam-se em espaço abrigo de novas racionalidades que irremediavelmente serão produzidas no tempo social necessário.

Desta forma, torna-se mais visível as ordenações que incutidas na pratica conduziram a movimentos políticos e sociais que validaram a desconstrução do espaço a ser reordenado, este correlacionamento estabelece parâmetros com o real. Destacando a periferia urbana como representativo e, abrigo de inúmeras relações sociais, ambiente necessário para a produção e reprodução de múltiplas relações. Assim, ele se caracteriza como meio social parcamente desenvolvido, marcados por uma economia menor, o circuito inferior da economia (SANTOS, 2004), espaço de práticas sociais impares, onde o destaque maior geralmente é a luta pela sobrevivência, onde a violência é em geral representante de sua marca maior, não obstante, está apto ao novo, ordenação e, por isso, a novo movimento.

Inúmeras foram às formas de adequar a urbanização das periferias aos desígnios urbanísticos dos hegemônicos, muros, teleféricos, reordenação das habitações e remoções, praticas comuns e facilmente visíveis, a saber, estes movimentos quase sempre constitui o sonho dos morados, um desejo cujo relacionamento direto se dá para com a melhoria da qualidade de vida, não obstante, a nova gestão do espaço lhe transforma em palco de uma nova produção social, distante das estratégias de vida dos hegemonizados, que fundamentalmente, lhe torne em abrigo para expansão dos mercados e, do embelezamento espetacular, ou melhor, da construção de um meio social idealizável no plano urbanístico, que encante mesmo aquele aquém lhe expulsou.

Estes espaços não podem ser compreendidos de forma una, como pela inter-relação de desígnios e poderes das diferentes classes sociais. Acreditar na intervenção política destes

espaços como conquistas sociais é quase uma infantilidade, uma fantasia, pois, o que se instala é a luta e a rebeldia social, mais especificamente a sobreposição dos poderes, sempre em realinhamento, sempre nova, para contiguidade da ordem social. A pressão ou insurgência das classes hegemônicas, torna as estratégias políticas de sobreposição dos poderes mais cônica e articulada, porém esta ambientação estratégica dos poderes de forma alguma tentará equacionar os desígnios de hegemônicos e hegemônizados. O que se verifica é a oportunidade política criada e, a estratégia adotada faz referência à oportunidade nascente.

O que não quer dizer que lutas sociais e o engajamento sejam impotentes, a verdade que é poderosa, no entanto a organização social preconiza uma produção e uma organização espacial, cujo foco primeiro deva ser a dissolução das estratégias sociais hegemônicas e mesmo a de hegemônizados que se realize contra o desenvolvimento geral do corpo social, este deve rechaçar todo e qualquer nível de imposição hegemônica e mesmo de territorializações que promovam qualquer tipo de sangria social não importando a escala de análise.

#### **2.4. O Poder e a perspectiva territorial.**

Não por acaso, o debate em torno do território é direcionado para a relevância do controle, das ordens, ou mais profundamente do poder, este mais do qualquer outro elemento social constitui sua alma fundante, bem como, compõe o campo principal de articulação e direcionamento dos movimentos sociais, que couber a estabilização ou na conquista de determinado território.

O território, bem como a territorialização são conquistas, meio ou atitude que reverbera em afirmação, reconhecimento, dominação e principalmente hegemônica, além disso, o território também pode constituir-se no referencial primeiro de organização e reconhecimento social, não menos, os movimentos produzidos pelos entes sociais quase sempre se realiza pelo e para indução de algum tipo de território, desta maneira, as ações executadas nos inúmeros contextos sociais se deflagram primordialmente pelo e para territorialização.

Esse raciocínio amarra o território e a territorialização em um emaranhado de movimentos de uma quase impossível medição, isso se verifica pela constatação da existência de movimentos simultâneos de cunho territorializador em todo tipo de ação social, esta constatação se vivifica à medida que a racionalidade escalar se apresenta, ou melhor, quando

a interpretação dos movimentos dos poderes se constata pela interposição dos mesmos em diversas escalas de ação, assim sendo, a realização, a efetividade e a finalidade de algum tipo de territorialização não pode ser apreendida senão pela expressão multi-escalar e em rede, e com vista a algum tipo de processo de hegemonização.

A ocorrência de movimentos paralelos dissolve qualquer tipo de entendimento do território como um fixo, uma individualização material da vontade de algum ente social. O movimento paralelo prioriza a racionalidade dos inúmeros processos territorializadores, principalmente o reordenamento do poder na prática social, o que representa nada menos que a refração de uma ação territorializadora sobre outra ação territorializadora, o que significa sobre o mesmo território, afirmação que apoia-se na convicção de que o território pode ser mais que um recurso, ou um trunfo (RAFFESTIN, 1993), para tornar-se vida e morte, a saber, este pode converter-se em algum tipo de estratégia para laço social, que pode significar agregação ou desagregação social e, principalmente constituir-se em algum tipo de ação hegemonzadora.

A conectividade e a refração dos poderes em diversas escalas e em rede, implica que todo movimento ordenador com vista a territorialização implica em outro movimento territorializador em outra escala, o que refrata em mais ação e estratégias de ordenação dos poderes, neste argumento, o destaque é a racionalidade das infinitas escalas de ação, o que significa em milésimas escalas de poder, e quer dizer que, uma ação territorializadora ou hegemonzadora provocará uma outra ação que pode ser uma possível refutação ou mesmo ação originada pela refração de alguma territorialização.

Cada ente social pode ser acionado a uma nova ação territorializadora à medida que um movimento em uma escala maior ou menor de territorialização acontece, é a ratificação da sobreposição dos poderes, de forma mais refinada, uma sobreposição escalar dos poderes. Esta verificação implica em (re)ambientação do território e da territorialização, pois, “O território, como espaço dominado e/ou apropriado, manifesta hoje um sentido multi-escalar e multidimensional que só pode ser devidamente apreendido dentro de uma concepção de multiplicidade, de uma multiterritorialidade (HAESBAERT, 2004, p. 19).

Equiparadamente, a afirmação destacada por Haesbaert (2004) está intimamente relacionada aos multirrelacionamentos do poder na prática social, o que significa uma multiplicidade de ações possíveis sob a égide do poder em diversos momentos da vida social, assim sendo, a compreensão do território multidimensional só é possível quando articulado a multidimensionalidade do poder, bem como sua imperativa realização em rede.

Não obstante, o realinhamento do território aos moldes do poder representa a reafirmação do poder na vida social, assim como, o vivifica sobre inúmeros campos, então:

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas, os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer esse poder e de sofrer sua ação; nunca são alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles (FOUCAULT, 2012a, p. 284).

O território como um dos vetores do poder, realinha-se na rede, na realização multiplicada dos diversos avivamentos, por acréscimo, a funcionalidade do poder em forma de cadeia também constata a realização de diversas formas de territorialização também sequenciais e escalares. O poder empreendido na forma de rede, na ordenação e na sobreposição das ações hegemônicas viabiliza o reenquadramento das práticas pela reangulação da vida social, principalmente devido à reprojeção social dos ordenamentos hegemônicos, desta forma, o poder na prática social constitui meio de ação e movimento de territorialização, que nunca é unidirecional ou mesmo invariável.

A possibilidade de variação e reordenação dos movimentos representa a própria matriz do poder e por consequência o território, pois, se a vida social implica em um emaranhado incomensurável de estratégias de afirmação, de realização da vida, também o território não pode ser outra coisa senão uma realização do poder por meio de estratégias de territorialização que só se realizam quando se sobrepõe a outras estratégias de territorialização, logo, “(...) o território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou um controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados” (HAESBAERT, 2012, p. 121). Desta forma, a realização de ações no espaço, descrevem a forma concreta de realização e afirmação de um movimento social coletivo ou individual que tem por finalidade se estabelecer como hegemônico em determinado contexto e escala, ratificando a territorialidade como forma geográfica de poder (SACK, 1986).

O poder se manifesta na ação, se realiza para constitui um tipo de ordenação, esta quase sempre a ratificação ou reconquista de um território, por isso, é ação que resulta na influência ou na organização de pessoas e no controle de recursos (SACK, 1986) de forma a constituir-se em territorialidade. A territorialidade é a forma geográfica de poder que se

realiza na (re)operacionalização do espaço e na readequação do mesmo ao novo território organizado.

O poder na forma multi-escalar, bem como sua realização em rede permite que diversos entes sociais realinhem suas energias com vistas a realização de um tipo de territorialidade que se hegemonize, logo, o realinhamento de inúmeras formas de territorialização está intimamente ligadas a ocorrência de ações de territorializações em escalas multivariadas, dito de outra forma, a territorialidade como forma de poder pode implicar em reordenação de outras territorialidades, pois, a medida em que uma ação se realiza sua influencia territorializadora pode acarretar na retificação de outras territorialidades sob o mesmo âmbito, assim como, sob escalas de decisão diferentes. Isto ocorre devido à característica escalar e de rede que o poder esta imerso, isto contribui decisivamente para realinhamento das estratégias de territorialização na complexa vida social.

Pois se o território não pode ser entendido desprendido do poder e se este poder se realiza materialmente por meio de estratégias de hegemonização que se instalam por meio de uma ação territorializadora, então temos o território como uma manifestação geográfica do poder, deste modo, o “Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação”. (HAESBAERT, 2004, p. 1).

A questão da apropriação do território está assentada na observação de Lefebvre (2006), sobre a apropriação hegemônica, relacionada a forma de mitigação e de ordenamento dos usos, pela racionalização das funções e das práticas espaciais, de forma direcionar sua funcionalidade, o que garante sua incompatibilidade para apropriações sociais diversas (LEFEBVRE, 2006).

De forma contundente as ordenações sociais cujo desenrolar é estabelecido por meio do poder, suas reentrâncias sociais forma um complexo emaranhado de posições e movimentos no corpo social que intuitivamente se estabelece com vista à organização e produção de um tipo de territorialidade que conduza perda de movimento e ação no corpo social. Esta convicção aponta uma duplicidade envolvente, que se realiza quando a ação por meio do poder que se desempenha, logo, o movimento, a ação estabelecida e norteadas pelo poder em uso certamente induzirá a ordenação do corpo social, que na prática incutirá movimento, organização ou desorganização do espaço social, de tal forma que sua obra denuncie sua ação, constituiu tal ordenação, que organicamente não é menos que um processo

de territorialização, desta maneira destaca-se o poder que “(...) não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação” (FOUCAULT, 2012a, p. 274).

Assim também o território é uma manifestação espacial de uma ação, de uma ordem, do poder, de forma análoga o espaço também se insere nestas articulações, não obstante as questões sobre o espaço e sobre o território se particularizem infinitamente quando analisados com vista sua peculiaridade, pela diversidade e principalmente segundo uma escala de ação sobre qual poder se exerce.

Este princípio depõe a favor da compreensão multi-escalar dos ordenamentos, pois “a Territorialidade ocorre em vários graus e em inúmeros contextos sociais. Ela é usada nas relações do dia-a-dia e nas organizações complexas. A Territorialidade é uma expressão geográfica do poder social” (SACK, 1986, p. 6). Por isso, os ordenamentos e a territorialidade que se gesta por meio da ação, contribuem de forma decisiva para uma miríade de novos processos de territorialidades sob um mesmo espaço, porém com objetivos de territorialização diferentes.

A afirmação anterior conduz a compreensão que sob um mesmo espaço social existem incontáveis processos de territorialização estão em ação, e mais, conectam-se a particularidade e a diversidade das microrrelações de poder (FOUCAULT, 2012a) e dos micro-ordenamentos.

A constituição das inter-relações dos poderes e principalmente da rede qual estabelece sua ação, conduz a realidade milhares de processos de territorialização que ocorrem a cada instante na sociedade com vista a algum tipo de hegemonização ou de integração a uma determinada lógica social e territorial, mesmo que conecte-se a um tipo de ordenação simbólica e cultural.

Caminhando nesta racionalidade, os processos de territorialização destacados até aqui, agregados a rede, o entrelaçamento destes contribui decisivamente para formação de uma realidade social e política que viabilize a constituição de um meio social que possibilite inúmeras ordenações e claro, da continuidade das hegemonizações já em curso.

Destarte, as sobreposições com vista a territorialidade produzem cada vez mais novos processos de territorialização que nem sempre ocorrem com vista a um tipo de criação espacial, que se manifeste pela representação de um meio espacial que imbrigue de maneira lógica uma área delimitada, mesmo em rede, o territórios com vista a predominância, o controle e a hegemonização sobre um meio com valor político, econômico e social, o que ratifica a validade dos argumentos de que “ (...) a territorialidade não é um instinto ou

impulso, mas invés disso uma estratégia complexa para afetar, influenciar e controlar o acesso de pessoas, coisas e relações. Sua alternativa geográfica é o comportamento não-territorial” (SACK, 1986, p. 255).

Se a alternativa a um processo de territorialização é um comportamento não territorial, sua efetividade só é possível quando da constituição de um tipo de racionalidade que possibilite um tipo de territorialidade onde o destaque seja bem mais que os usos e recursos de um território, este comportamento não territorial é também um tipo de ação desenvolvida no âmbito dos poderes, qual a relevância é a própria identificação cultural, fraterna ou simbólica correspondente às valores histórico-culturais da sociedade local.

Esse comportamento não-territorial como já mencionado só pode vir a tornar-se realidade quando do reconhecimento de que o território e a territorialidade são fundamentais para constituição do exercício sócio-político em qualquer escala da vida, entretanto um movimento ou uma ação que se desenvolva com o intuito de estabelecer uma ação de cunho não territorial só é possível quando há necessidade de se territorializar por meio de estruturas que não estejam ligadas diretamente com um determinado território, assim é verdadeira a proposição de Sack (1986), porém este comportamento não territorial se constrói e se realiza com o intuito de contestar a ordem territorial em vigor e mais, um comportamento não territorial é a forma primordial de territorialidade reacionária e mesmo, em deterioração e consequente violência.

## **2.5. O Território e a Violência Urbana.**

A violência por muito tempo foi mitificada, grande destaque se dava a alguns movimentos, ou melhor, a ações criminosas, ainda hoje muito se culpa o trafico de drogas, consequentemente a figura do traficante é sempre lembrada quando do alinhamento de sua atividade e a crescente criminalidade, não obstante, estamos diante de um complexo problema social, por isso, de difícil compreensão e análise. De fato, o problema da criminalidade quase sempre é relacionado a problemas sociais ou econômicos.

O crime é próprio do humano, que ao cometê-lo vivifica a desumanidade, mas a maldade não é a força motriz da crescente onda de violência não importando a escala. Crime e criminalidade se apoiam em pilares onde trafico não é razão, mas reflexos destas possibilidades, dito isto porque, das muitas atividades criminosas existentes as mais destacadas e debatidas são o trafico de entorpecentes e o comercio ilegal de armas de fogo,

mesmos estes não podem ser encarados como ancoras ou mesmo como atores principais, na verdade fazem parte de uma cena onde as ações permitem sua refração por todo espaço social, o destaque é dado a estes vetores viabiliza somatório incomensurável de possibilidade em medidas e ações por parte de diversos entes sociais.

É de certa forma comum associar a violência urbana a algum tipo de marginalização social, é o que quase sempre ocorre para explicar a origem de tantos atos criminosos ocorridos, principalmente na periferia das cidades. Para tanto, faz-se um relacionamento direto entre a pobreza e a falta de acessos à construção de um ambiente social fadado a “subversão”, assim sendo:

A violência costuma ser relacionada à pobreza, à exclusão social, à omissão do Estado, ausência de serviços públicos urbanos e ao próprio processo de urbanização que cria os enclaves de pobreza e as periferias. A complexidade e o crescimento da violência nas cidades têm levado a considerá-la como o resultado da junção de todos esses aspectos, facetas do processo social (FERREIRA; PENNA, 2005, p. 157).

O relacionamento complexo entre pobreza e a violência geralmente está no centro do debate sobre a criminalidade, somadas a isso, ganha destaque também o espaço ocupado por esta população carente, qual espaço é quase sempre reconhecido como abrigo de criminosos e seus correlatos.

O problema da violência e sua latência, principalmente na periferia urbana se dá devido a um complexo implicamento de ações que proporcionam sua materialização no espaço e que possibilita diversas formas de refutação da ordem social, ai espaço contribui decisivamente para formação de um complexo sistema de relacionamento social e isto se traduzirá em uma sociabilidade complexa.

A violência em sua forma mais dolorosa, não pode ser analisada despojada de sua matriz fundante, todo ato criminoso principalmente as execuções, latrocínios não podem ser explicadas plenamente por e simplesmente em seu ato final, um crime surge muito antes de sua concretização, está intimamente relacionado complexidade social, sobre isso o sistema de segurança pública em sua atual forma de organização e atuação, não tem poder algum. Esta afirmação se alicerça na realidade social, os crimes e a criminalidade estão intimamente ligados aos espaços e as relações sociais foram enraizadas no individuo promotor de tal crime, referente a isso, um complexo processo de territorialização e de hegemonização estão na raiz da violência que afeta vitimas e criminosos.

O processo de territorialização é um emaranhado movimentos e ações com vista a afirmação, tornar-se hegemônico em um determinado contexto socioespacial, logo as diversas relações sociais existentes em um determinado espaço somado ao complexo processo de sobreposição de ações com vista a territorialização proporcionando a ocorrência de ações que atentam contra o direito de outro ser humano.

O aumento do crime contra a vida deflagra diariamente uma guerra, qual não há vencedores, sobre está destaca-se a forma de ação e principalmente de reação que Estado e sociedade promovendo mais ódio, dor, rixa e conflitos, sobre isso o:

Crescimento constante da violência urbana ao longo dos últimos 30 anos é, sem dúvida, um indicador eloquente da gravidade das circunstâncias nas quais estamos mergulhados. Desde a última década, nas grandes e médias cidades brasileiras, nos “habitamos” a estancar o ouvido para os estampidos de armas potentes usadas na guerra incessantemente travada, logo ali, não distante das nossas janelas (MENEGAT, 114, p. 2005).

O distanciamento ou ainda a ignorância sobre a violência promove um modelo de ação que lhe direciona quase exclusivamente a questão policial e conseqüentemente lhe distância do debate sócio territorial.

O circuito da violência urbana ou pior o ciclo da violência urbana é sem duvida uma das principais questões a resolver por Estado e sociedade, a supremacia da força, principalmente pelo uso de implementos como a arma de fogo difunde na vida social o medo, que estimula ações e usos, estes podem corroborar para formação de um estado de vingança e rixa permanente, e conseqüente mais ações violentas.

Sobre isso, ações irracionais são tomadas em todas as direções, assim espaços marcados pela criminalidade tornar-se-ão ainda mais violentos, pois um ciclo de valorização da violência pode se instalar e tornar-se meio de socialização entre os diversos entes sociais, desta forma o ciclo de violência:

Impõe um alto custo em termos socioculturais e políticos: espalha o medo, alterando os hábitos das pessoas que dela tentam sempre se proteger, estimula atitudes irracionais e agressivas na tentativa de estancá-la. Assim, a violência possui a propriedade perversa de perpetuar-se, pois tende a provocar reações igualmente violentas que realimentam o ciclo vicioso (CANO; RIBEIRO, 2007. p. 51).

O ciclo de violência promove ainda mais atos e isso pode corroborar para uma contumaz prática do crime, não obstante promover a uma incessante vivência com as práticas criminosas e sua customização.

A customização do crime, ou seja, o realinhamento das praticas criminosas a realidade local, pode difundir uma estratégia de sobrevivência que dilacera todo o conjunto social, assim, viver a sombra de ações criminosas é não significa compactuar mesmo acatar sou dinâmica, entretanto, é inegável a existência de estratégias sociais de sobrevivência que alinham-se as dinâmicas do crime, isso pode vir a converter-se em um processo lento de territorialidade neste espaço e que pode conseqüentemente vir a manifestar-se pela forma de ações criminosas ou violentas.

Isso “porque as dinâmicas sociais não respeitam fronteiras entre os espaços urbanos” (SOARES, 2006, p. 97), por isso, é imperioso compreender as relações sociais inscritas nestes espaços, pois uma ação que visa a territorialização quase sempre passa despercebida, isso poderá levar a uma desconexão do vivido pelas comunidades impactas pela violência e as análises e ações de Estado e sociedade, desta forma:

A visão territorial tem sido esquecida nos estudos da violência urbana e nas medidas de combate, que atuam igualmente em todos os lugares ignorando suas especificidades e as territorialidades criadas pela violência. É no território que a pobreza, a exclusão social, a omissão do estado, a violência e as carências tornam-se mais visíveis, mais presentes e escapam das máscaras que as médias e as abordagens setoriais lhes imprimem e minimizam (FERREIRA; PENNA, 2005, p. 155).

A percepção de que o problema da violência não remete pura e simplesmente atores econômicos constitui um avanço considerável, pois as dinâmicas sócio-territoriais intrínsecas em cada espaço social devem ser consideradas seja em uma análise acadêmica ou mesmo operacional.

A territorialidade quase sempre é posta sob um olhar cujo o foco está alterado, a verdade que a compreensão restrita do território, do espaço e conseqüentemente das relações sociais que fundam uma determinada realidade prejudicam consideravelmente análises e ações sobre estes, isto em muitos casos podem agravar ainda mais o quadro geral de violência e agregar novos valores a sociabilidade e a territorialidade cujo o crime é o principal norteador.

A problemática da territorialidade e sua relação com a criminalidade e conseqüentemente com a violência homicida devem estar na ponta de qualquer análise que vise bem mais que identificar espaços marcados pela criminalidade, mas fundamentalmente compreender sua manifestação e sua razão.

### **3. A PERIFERIA, NO OLHO DO FURACÃO.**

A periferia é parte do espaço urbano, muitas vezes é o próprio urbano, continuamente é foco de debates, principalmente devido aos grandes problemas que lhe acarreta, o espaço periférico é hoje o cerne das principais questões que envolvem a violência urbana. Não por acaso, ações com vista a organização e reconquista, a ponto de torna-lhe elemento central das dos embates, destacando o controle e vigilância policial, por isso, a periferia está na linha de ataque, entre alça e a massa, no foco das ações cujo objetivo é conter a violência que generaliza todo tecido urbano.

#### **3.1. A Desordem e a Periferia Urbana.**

A evolução dos sistemas sociais há muito vem engendrando modificações nos sistemas produtivos, estes derivam em novas modificações, qual torna determinante o refazer como elemento constante. Este refazer, incuti variações de ações e sua conseqüente materialização, quais se verificam na heterogeneidade do espaço social.

A heterogeneidade do espaço é manifesto e medido na estruturação, aparelhamento e oportunização que neste se verifica, não por acaso, a periferia representa a negatividade, de maneira geral, não apresenta estrutura urbana adequada, tão pouco possibilita grandes elevações sociais, a saber, a periferia é sobre maneira um aglomerado, espaço subdesenvolvido<sup>1</sup> e com caráter específico (SANTOS, 1980), aparentando exclusiva organização local, são socialmente conhecidos como favelas, baixadas, etc. O surgimento ou a concentração destas aglomerações denuncia a forma de ocupação do espaço citadino, tal que o espraiamento do povoamento dos núcleos pioneiros e até as áreas longínquas, a testa a ocupação pela necessidade e oportunidade, qual defini o caos da insalubre moradia na cidade, principalmente na periferia urbana.

Desta forma, o avanço das atividades produtivas na periferia do sistema capitalista, ou melhor, a dinamização e desenvolvimento industrial nos países em desenvolvimento, como no caso brasileiro, bem como o reflexo do desenvolvimento dos países centrais, fez com que as

---

<sup>1</sup> Espaço onde as forças de modernização e desenvolvimento alcança ao mesmo tempo que no centro, por efeito é impacto pelas forças do centro para máxima produtividade, estas quando emitidas dos centros mudam à medida que alcançam a periferia (SANTOS, 1980).

idades mudassem drasticamente para abrigar a dinâmica produtiva, principalmente industrial, de forma a concentrar expectativas e esperança, contraditoriamente, tornar-se-á polo concentrador e reprodutor de pobreza, qual o espaço periférico urbano emerge como espaço de ocupação dos pobres, mesmo que em condições sub-humanas (SANTOS, 2009). Além disso, a urbanização ligada às determinações sociais arroladas nos processos produtivos ratificou a polarização econômica existente, bem como consolidou os grandes centros regionais como áreas de maior verticalização econômica, o qual influenciou a imigração e conseqüentemente o crescimento populacional.

A grande cidade segue um caminho de ocupação e povoamento duradouro, verificado principalmente no século anterior, a saber, é neste que a periferia e centro emergem junto. Centro e periferia, pares, elementos desconexos de uma dialética dolorosa, pois a periferia é necessária, sua manutenção conecta-se a permanência da classe pobre, sua reprodução, bem como colabora decisivamente para o desenvolvimento e permanência de atividades múltiplas, qual a produção, o comércio e serviços necessitam. Assim a ocupação do espaço citadino descreve um processo dialético e corrosivo, verificado na constituição e na manutenção da aviltante realidade periférica, isto por que:

A cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico, de que é o suporte, como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (cortiços) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial. (SANTOS, 2009, p. 10)

A lógica de mercado instalada na cidade direciona o acesso e por isso usos do espaço urbano, o custo do centro empurra grande parte dos habitantes antigos e também os novos para outros espaços, geralmente nas redondezas. Devido à necessidade, instalam-se nos limites da infraestrutura urbana, geralmente em movimentos populares conhecidos como invasão, qual ocupam áreas particulares ou públicas, geralmente com fins de moradia, estas áreas geralmente não abrigam condições urbanas adequadas, porém são fundamentais para manutenção da ordem social.

Se a ordem social não construísse barreiras legais e mercadofilas que inviabilizassem o uso e ocupação de todos, o espaço social seria uníssono, abrigo verdadeiro de todas as classes sociais, isto conduziria a uma socialização plena dos usos, assim tornar-se-ia a periferia uma lenda, não obstante, a realidade prova o inverso. É verdade que há pobres no centro e ricos na periferia, essas exceções se explicam pela relutância do primeiro e a busca de amenidades

ambientais e econômicas do segundo. Sobre o processo de ocupação da periferia pela classe hegemônica (GRAMSCI, 1978), qual apoia-se principalmente nas intervenções públicas:

Enquanto os imóveis não têm valor como mercadoria, ou têm valor irrisório, a ocupação ilegal se desenvolve sem interferências do Estado. A partir do momento em que os imóveis adquirem valor de mercado (hegemônico) por sua localização, as relações passam a ser regidas pela legislação e pelo direito oficial (MARICATO, 1995, p. 12).

O desenvolvimento da periferia, ou a descoberta de amenidades ambientais socialmente valiosas (CORREA, 1989), tornar a periferia abrigo de ações de diversos agentes sociais, principalmente Estado e a iniciativa privada, ambas tentando ocupar a periferia urbana, ordena-la e, por conseguinte torná-la novo centro.

A ação empreendedora do Estado e Iniciativa privada visa homogeneizar materialmente seu poder transformando grande parte da cidade de acordo com suas prioridades, é neste contexto que a cidade ilegal (MARICATO, 1995) passa ser palco de ações vertiginosas de transformações materiais e novas ocupações sociais. Isto ocorre porque o espaço periférico é também um espaço de valor e largamente requisitado no contexto das novas necessidades sociais, estando à mercê das determinações dos hegemônicos.

Neste sentido, o urbano “Poderia, portanto, ser definido como lugar da expressão dos conflitos, invertendo a separação dos lugares onde a expressão desaparece, onde reina o silêncio, onde se estabelecem os signos da separação.” (LEVEBVRE, 1999, p. 158). Assim, a dissimulação do real faz a cidade ilegal, qual mesmo nascida de espoliação ficar sobre densa nevoa, somente rompida quando o caos instala-se e se deflagra para além de seus limites.

Constata-se que as lutas e as determinações sócias são responsáveis pela produção e reprodução do espaço, nas variações existentes. Centro e periferia conjugam e aglutinam possibilidades: espaço magnífico, moderno, a frente do tempo, ao espaço da pobreza extrema, da luta pela sobrevivência, de espaço marcado pela violência e das infinitas estratégias de sobrevivência.

A violência é a obra humana mais aterradora, a ação que determina o fim de um direito, um patrimônio, a vida, qual se realiza por infinitos motivos, onde o desejo de dominação, vingança e infelizmente por reconhecimento social são os mais recorrentes. Pelo medo grandes sistemas de vigilância- e proteção são montados na cidade, pois vigiar, proteger e policiar é fundamental na dinâmica do temor. Isto para criar estruturas “protetoras”, que determinem nos que a vejam, o temor da invasão, que por isso, impeça o cometimento do

crime. Invariavelmente estas estruturas são montadas tanto no espaço pomposo como no flagelado pela pobreza, o que os difere são estruturas e o grau de organização e resposta, principalmente ao que couber a segurança pública.

Assim, centro e periferia se conectam na necessidade de vigilância e proteção, por isso, a violência urbana é o foco central das políticas públicas, a periferia urbana vista como cerne do problema, pois geralmente é o local onde grande parte das ações violentas se realiza, por isso neste será incutida a maioria das ações para a “manutenção da ordem”. É, pois a periferia visualizada como espaço do temor, da atividade criminosa e da “desordem social”, qual o crime é também indutor transformações, tanto que a produção e reprodução deste, também se fará segunda determinações sociais provindas destas estratégias sociais, qual alinha-se a manutenção da vida, o que necessariamente promoverá a rearticulação da vida social.

### **3.2. A Ordem que escapa: a Periferia é a Região Metropolitana de Belém.**

O espaço urbano do município de Marituba é uma composição de conjuntos habitacionais e áreas de invasão, ou seja, uma conjunção de áreas de precária infraestrutura, qual lhe faz típico representante do espaço periférico metropolitano de Belém.

A formação e a periferização da região metropolitana de Belém, principalmente pelo vultuoso quadro segregador, ratifica e testifica a precariedade social dos viventes em grande parte da região metropolitana<sup>2</sup> de Belém, pois o processo social que expandiu o sitio urbano para além das áreas urbanizadas promove o surgimento de um entorno complexo, não somente desalinhado e subordinado, pois a fragmentação urbano qual cominou com a formação de uma rede espacial dispersa em toda região metropolitana, dando origens a diversos núcleos de ocupação principalmente nos municípios de Ananindeua e Marituba.

Assim inicia-se a construção de uma morfologia metropolitana, cuja característica principal é a ocupação extensiva de novas áreas e sua precarização, qual movimento tornar-se-á maior nas áreas de conurbação entre os municípios de Belém, Ananindeua, e Marituba, espaço constituinte da região urbana<sup>3</sup> (PENTEADO, 1968). Esta conjuntura promoverá a constituição de formas de ocupação que reeditará e reacomodará praticas da ocupação de

---

<sup>2</sup> Região metropolitana consiste numa realidade urbano-regional que se estende por um espaço geográfico dentro do qual se distinguem várias jurisdições político-territoriais, contíguas ou superpostas entre si, segundo o nível de competência, seja local ou regional, formando uma mesma unidade socioeconômica (Graus, 1975, p.25).

<sup>3</sup> Área urbana diretamente subordinada a Belém (Penteado, 1968).

terras para fins habitacionais, qual cenário é o da valorização do solo nas áreas centrais, tal que convergirá no surgimento vultuoso de novas áreas de ocupação em toda região metropolitana.

Assim a capital expandiu-se para além de seus limites, materializando o processo agregador de áreas a ocupação, que ocorreu sob influência das relações políticas, econômicas e sociais, principalmente das estabelecidas em Belém, logo a fragmentação urbana representa de maneira sensível produto as ações hegemônicas do centro à periferia, qual basicamente:

Se caracteriza pela expansão do tecido urbano, de forma intensa, mas descontínua, marcada pela desconcentração territorial que, por sua vez não pode ser compreendida pela negação da aglomeração, mas como condição e expressão de novas lógicas de localização, que engendram novas práticas sociais e se realizam redesenhando essa nova morfologia. (SPOSITO, 2008, p.31)

O movimento de fragmentação urbana ocorrido em toda grande Belém transformou a periferia urbana em um grande aglomerado sem infraestrutura, por isso, é a região metropolitana<sup>1</sup> que apresenta a maior concentração de aglomerados subnormais<sup>4</sup> em relação ao total de domicílios ocupados em todas as regiões metropolitanas do Brasil, um total de 52,5%, o que corresponde a maioria dos domicílios em toda grande Belém (IBGE, 2010), qual corresponde aos municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Barbara, como está representado no mapa dos aglomerados subnormais na Região Metropolitana de Belém.

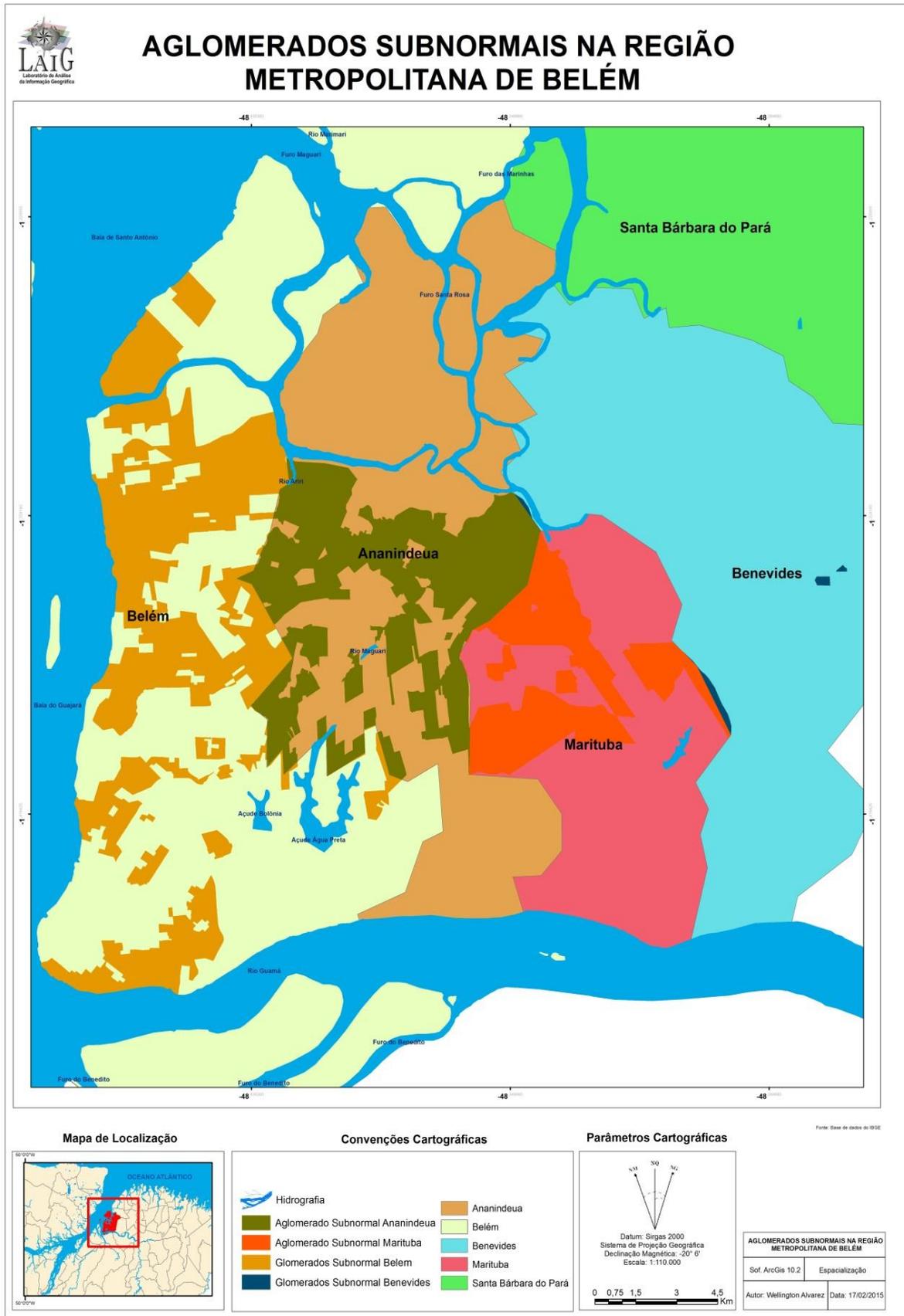
Para complementar o entendimento e principalmente proporcionar uma profícua observação e análise sob os aglomerados subnormais na Região Metropolitana de Belém, expõem-se à, o Mapa 01: Aglomerados subnormais na Região Metropolitana de Belém, onde destaca-se a contiguidade dos aglomerados que unem as cidades de Belém, Ananindeua e Marituba, apresentando a espacialização das ocupações ilegais em várias cidades ilegais (MARICATO, 2005), ou mesmo, um grande aglomerado metropolitano subnormal

---

<sup>4</sup> O setor especial de aglomerado subnormal é um conjunto constituído de, no mínimo, 51 (cinquenta e uma) unidades habitacionais (barracos, casas...) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa.

a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há dez anos ou menos); e b) Possuírem pelo menos uma das seguintes características: urbanização fora dos padrões vigentes – refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos; e precariedade de serviços públicos essenciais (IBGE, 2010, p.19).

MAPA 01 – Aglomerados subnormais na Região Metropolitana de Belém



Como é visível no mapa dos aglomerados subnormais na RMB, a área urbana é uma combinação de bairros que não são aglomerados e a maioria que é aglomerado, isto justifica o entendimento de que a RMB, ou melhor, que a maioria de suas áreas são carentes de infraestrutura e, por conseguinte desenvolvimento, o que corrobora para manutenção de sua insalubridade e segregação.

Não obstante, a constituição do espaço metropolitano é condição fundamental para a manutenção das atividades produtivas e não produtivas ligadas diretamente ao núcleo hegemônico central, por isso, a periferia metropolitana visivelmente representa a materialização das ordens e da segregação de seus habitantes, assim a periferia como corpo espacial degradado representa a predação social e política de seus integrantes, qual marcadamente se expressa na nova denominação dos espaços de exclusão e segregação, qual remete a solidificação da marginalidade e da incongruência social. Assim a seleção de ações, principalmente a organização das funções e dos usos no espaço metropolitano permite ordens e ações sociais no corpo espacial e social, pois:

A cidade constitui, em si mesma, o lugar de um processo de valorização seletivo. Sua materialidade é formada pela justaposição de áreas diferentemente equipadas, desde as realizações mais recentes, aptas aos usos mais eficazes de atividades modernas, até o que resta do passado mais remoto, onde se instalam usos menos rentáveis, portadores de técnicas e de capitais menos exigentes. Cada lugar, dentro da cidade, tem uma vocação diferente, do ponto vista capitalista, e a divisão interna do trabalho a cada aglomeração não lhe é indiferente. Assim, as diversas combinações infraestruturais correspondem diversas combinações supraestruturais específicas. (SANTOS, 2009, p. 125)

Tão logo se destaca o papel organizador das estruturas socioeconômicas sobre a cidade, manifestada principalmente na forma de reorganização e ordenamento dos espaços, cujo objetivo principal é potencializar a função econômica e política do espaço, isso por que, “Quanto mais intenso o processo de divisão do trabalho de que uma cidade é teatro, tanto maior será a sua subdivisão em espaços particulares, organizados para servir de suporte às atividades correspondentes” (SANTOS, 2009, p. 125), não fosse passivo, esta propulsão diretiva e as consequências dos saberes, tenderiam em movê-la a linha do mercado, logo repercutindo na sobrevivência diária das sociedades locais.

Sobre isso, diversos são os argumentos que relacionam a periferia com a força avassaladora do capital, cujo o raciocínio: mercado, consumo e trabalho derivam em ações operacionais sobre o espaço quase que total, e conseqüentemente, promovendo a

diferenciação deste e dos grupos que o habitam. Em relação das atividades econômicas na cidade, SANTOS (2009), afirma que nas:

Regiões metropolitanas se trabalha como se o poder fosse somente do Estado, o município ou entidades regionais. Todavia, o poder efetivo que se realiza sobre a atividade e os cidadãos, que muda as posições dos atores da economia e altera as posições dos próprios cidadãos dentro da região metropolitana, vem, em grande parcela, das firmas dominantes. (SANTOS, 2009, p. 128)

As proposituras de uma articulação em diversas linhas de atuação, ou melhor, em um campo de forças onde diversos agentes promovem e contribuem de forma decisiva para a organização da periferia metropolitana, de modo que, o embricamento das articulações políticas, qual constituem um complexo organismo social que dirige e que organiza e desorganiza espaços e relações sociais. O desmembramento dos entes hegemônicos e hegemonzados, e os conflitos entre ambos, submergem a conjectura das ações e o raciocínio organizador, qual simplesmente promove disparidades de acessos, estruturas, funções e usos do espaço metropolitano.

Por isso é imponderável desprender a expansão dos usos sobre o sitio urbano da metrópole e sua periferia, qual conjugados representam a realização de uma estratégia de ação qual o espaço periférico é foco de ocupação, assim a periferia urbana, emerge como espaço germinado por ações territoriais que promovem e potenciam sua ocupação e organização, desta forma:

O crescimento metropolitano resulta de um conjunto de processos sistematicamente interligados, entre os quais a integração do território, a desarticulação das economias tradicionais e dos cimentos regionais, os novos papéis da circulação no processo produtivo, o desencadeamento de grandes correntes migratórias, paralelamente ao processo de concentração das rendas. Esse conjunto de processos traz às grandes cidades numerosas levas de habitantes do campo e das cidades menores, que se instalam como podem e, via de regra, terminam por se aglomerar nas enormes periferias desprovidas de serviços e onde o custo de vida, exceto o da habitação assim conquistada, é mais caro que nas áreas mais centrais. (SANTOS, 2009, p. 53-54)

Posto nisto, o sistema hierárquico, manifesto no lado hegemônico, produziu as bases que fundam o espaço metropolitano periférico, tal como este se apresenta, onde o ordenamento transforma a necessidade de moradia e o apelo popular em ação concreta, cujo movimento teve por efeito a muralização do centro e a ocupação do entorno. Tal relacionamento mantém a fidelidade e a correspondência hegemônica, bem como sua supremacia social, por isso a manutenção da estrutura central situa-se como prioridade, assim a periferia urbana surge como polígono calculado, alicerçado em processos que mitigam

direitos, fundando um espaço onde as relações sociais e políticas são em linhas gerais, invisibilizadas ou ignoradas, pois as ações desenvolvidas como exterioridade por Estado e iniciativa privada quase sempre ferem a ordem local.

Destarte surge neste contexto de desconstrução política da sociedade local, cristalizada cidade ilegal<sup>5</sup> (MARICATO, 1995), onde um avassalador processo de territorialização se delineia de maneira multiescalar, ordenado para desconstrução e desorganização política de seus integrantes, colaborando para o surgimento de inúmeras estratégias sociais de sobrevivência e organização.

Como anteriormente descrito, a construção política e social da periferia metropolitana significa por sinônimo a desconstrução política e social das populações locais, pois vê-se a crescente destruição humana pelo alimento da incoerência e da antipatia política qual fruto primeiro é a maturação de uma cidadania solitária cujo direcionamento é a constituição de um espaço marcado para separação e subdesenvolvimento, cujo o vazio é a raiz e o produto, a disputa predativa, isso possibilitou que o espaço periférico abrigasse relações sociais com vista a sobrevivência, ainda que seja ilegal e violento.

Na periferia, comumente convive-se com todo tipo de carência, principalmente educação, saneamento básico, segurança, mobilidade, entre outras, não obstante, a resistência e a necessidade, faz com que seus habitantes convivam e promovam dia a pós dia uma renitente cruzada pela sobrevivência, mesmo que aviltante. Assim, verifica-se a constituição de uma sociabilidade marcada pela resistência, empatia com o meio qual lhes abriga. A periferia metropolitana não é euclidiana, pois o processo social que lhe cria, mantém a reprodução da força de trabalho e da ordem social, porém a última e lhe escapa.

### **3.3. De Aglomerado Subnormal a Anormalidade Social.**

Os aglomerados urbanos, em geral cumprem o papel que justificam sua constituição e forma, a gênese desse processo fundamenta a organização e a manutenção do sistema social, pois as conjecturas de manutenção desta marginalização congelam e fazem das populações figuras da segregação. Por efeito, o espaço periférico metropolitano de Belém, em especial o município de Marituba, destaca-se pela propulsão das necessidades gerais e das carências sociais, não por acaso a realidade política deste município é tão questionável, qual se manifesta na condição de vida de seus moradores.

---

<sup>5</sup> Ocupações de forma clandestina, onde se tem o direito de ocupar e não o direito a cidade.

As condições de vida aos que residam na periferia da cidade de Marituba são semelhantes a outros espaços da periferia metropolitana, isto porque, a cidade, com um todo é uma conjugação de espaços sub-urbanizados, onde prevalece a ineficiência dos principais serviços públicos: como a moradia, saúde, saneamento básico, educação, mobilidade e a segurança pública.

Tal como descrito, os bairros que compõe o município de Marituba são um somatório de áreas que em geral não possibilitam o desenvolvimento humano, isto contribui de forma decisiva para a desorganização política, que por ressonância pode fomentar a construção de relações sociais a margem dos ordenamentos hegemônicos, isto quer dizer dos termos da lei.

A partir deste pressuposto, torna-se necessário o enquadramento do espaço organizado em bairros nesta cidade como um grande aglomerado subnormal (IBGE, 2010), pois a quase totalidade das unidades administrativas desta cidade situam-se em aglomerados. Qual organização ou desorganização do espaço na cidade indica o intenso processo de ocupação do sítio municipal e a ineficácia das políticas públicas que pudessem organizar e ordenar o desenvolvimento destas áreas.

Nota-se, que a periferia é rigorosamente como espaço desorganizado e desarticulado as necessidades de seus habitantes, assim sendo, na malha urbana da cidade a ocupação qual a estruturação urbana não é eficaz, realidade que expressa nas inúmeras áreas de ocupação que se agregam as mais antigas e que fazem desta cidade um verdadeiro aglomerado subnormal em escala municipal, isto se verifica na quantificação de aglomerados subnormais por bairro no referido município, como exposto na tabela 01 – População residente em aglomerados ocupados em aglomerados subnormais no município de Marituba (RMB) – 2010, onde é possível visualizar o total de a população residindo em aglomerados subnormais:

Tabela 01 - População residente em domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais, município de Marituba (RMB) – 2010.

Marituba: quantidade de população vivendo nos 22 aglomerados subnormais	
Aglomerado Subnormal	População
Agrovila Riacho Doce	456
Agrovila São Pedro	846
Almir Gabriel	12.512
Bairro Novo	6605
Beija Flor	4862
Centro	2195
Conjunto Jardim Imperial	2672
Conjunto Nova Marituba	3531
Dom Aristides	6372
Invasão do Decouville	903
Invasão Guara-Suco	3005
Invasão Vida Nova	350
Invasão Santa Clara	3245
Invasão Santa Lucia I e II	438
Invasão Uriboça	1969
Mario Couto	2698
Marituba I	2924
Nova União	15525
Novo Horizonte	2273
Parque das Palmeiras	2674
Pedreirinha	4278
São Francisco	3035
<b>Total</b>	<b>83368</b>

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico 2010.

Modificado: ALVAREZ, W. P., 2014.

Na tabela 01, os aglomerados subnormais em sua maioria, são também circunscrições de bairros, estes apresentam quantidade considerável de populações que vivem em condições surreais de sobrevivência. A degradação dos espaços é uma co-manifestação da participação deste grupo nas atividades diretivas, de forma que, os viventes nos aglomerados subnormais estão a margens de políticas públicas de organização urbanísticas e de desenvolvimento social.

De sorte, a realidade deste configura um embricamento entre as necessidades dos grupos viventes e sua manutenção. Os espaços marcados pela desorganização urbana são extremamente repulsivos, qual também é responsável pela instável permanência dos moradores. A tabela 01 descreve o real cenário da infraestrutura na cidade, bem como apresenta um retrato da ocupação do sitio municipal, qual os aglomerados subnormais correspondem a mais de 70% da área urbana do município, que abrigam grande contingente

populacional quais convivem com graves problemas infraestruturais e sociais. Com um contingente populacional de 110.000 Hab. (IBGE 2010), destes aproximadamente 84.000 vivem em aglomerados subnormais, ou seja, quase a totalidade dos moradores do município habitam em espaços precários, mais de 70% dos habitantes vivem em área identificadas como aglomerados subnormais.

Tal representatividade é ainda mais constrangedora, pois a adjetivação de um aglomerado subnormal é a “precariedade de serviços públicos essenciais” (IBGE, 2010, p.19), significando a ineficácia de ações públicas com vista a recondução deste a uma realidade socialmente favorável e que possa reorganizar a vida de seus habitantes. Ao que parece a institucionalização deste espaço em aglomerados subnormais, reinventa termos e reconstitui, baixadas e favelas em termo anormal, manifestando a anormalidade e a ilegalidade que os produziu, assim a ação de ocupação do espaço e a organização deste é a manifestação de um movimento anormal e ilegal de seus habitantes.

O raciocínio conduz a percepção de que estes amontoados desorganizados, com inúmeros adjetivos, são por si mesmo explicados, tal que sua desorganização reflète a desconsideração das normativas legais constituindo este em prova irrefutável do descontrole geral, principalmente de uma antipatia com as regulações sociais, tal que “a ocorrência de um grande número de ocupações de terra, fruto de ações coletivas que faz surgir novas favelas da noite para o dia.” (MARICATO, 1995, p. 11), quase sempre vem acompanhada da culpabilidade de seus habitantes.

Tendo visto a existência de inúmeros aglomerados no sítio urbano das cidades, quais representativamente dão origem às vilas, conjuntos, bairros e mesmo outra cidade, de forma homologa, realidade Mariuara<sup>6</sup>, formada por uma composição de áreas ilegais, antigas ou novas, como Centro e Santa Clara, que tem na precariedade seu laço e nó, materialidade e justaposição do termo ilegal, constitui quase de forma geral um espaço urbano ilegal.

A cidade ilegal (MARICATO, 1995) é um fato real, palpável, materialmente estampada, com código e relações sócias particulares, não obstante, a cidade ilegal apresenta-se virtualmente, ou é ignorada diariamente. A cidade ilegal deve ser também uma representação espacial da ilegalidade de seus criadores, assim este, coliga o espaço ilegal a uma população que age de maneira ilegal.

---

<sup>6</sup> Como se reconhecer o nativo de Marituba.

A ilegalidade social reforça a segregação e reinventa constantemente os mecanismos de desorganização política e social que justificam a manutenção destes espaços seguindo o mesmo princípio: a (des)ordem geral. Isto porque, a desorganização é instrumento de organização e de manifestação do poder, onde a miséria e os problemas sociais sejam causas em si e, não relacionadas à incongruente organização e relação social.

Sua continuidade representa a própria crítica a ineficácia dos projetos de urbanização e ordenamento, quase sempre desconsideram a realidade local, por isso podem contribuir para sua expansão, isso por que:

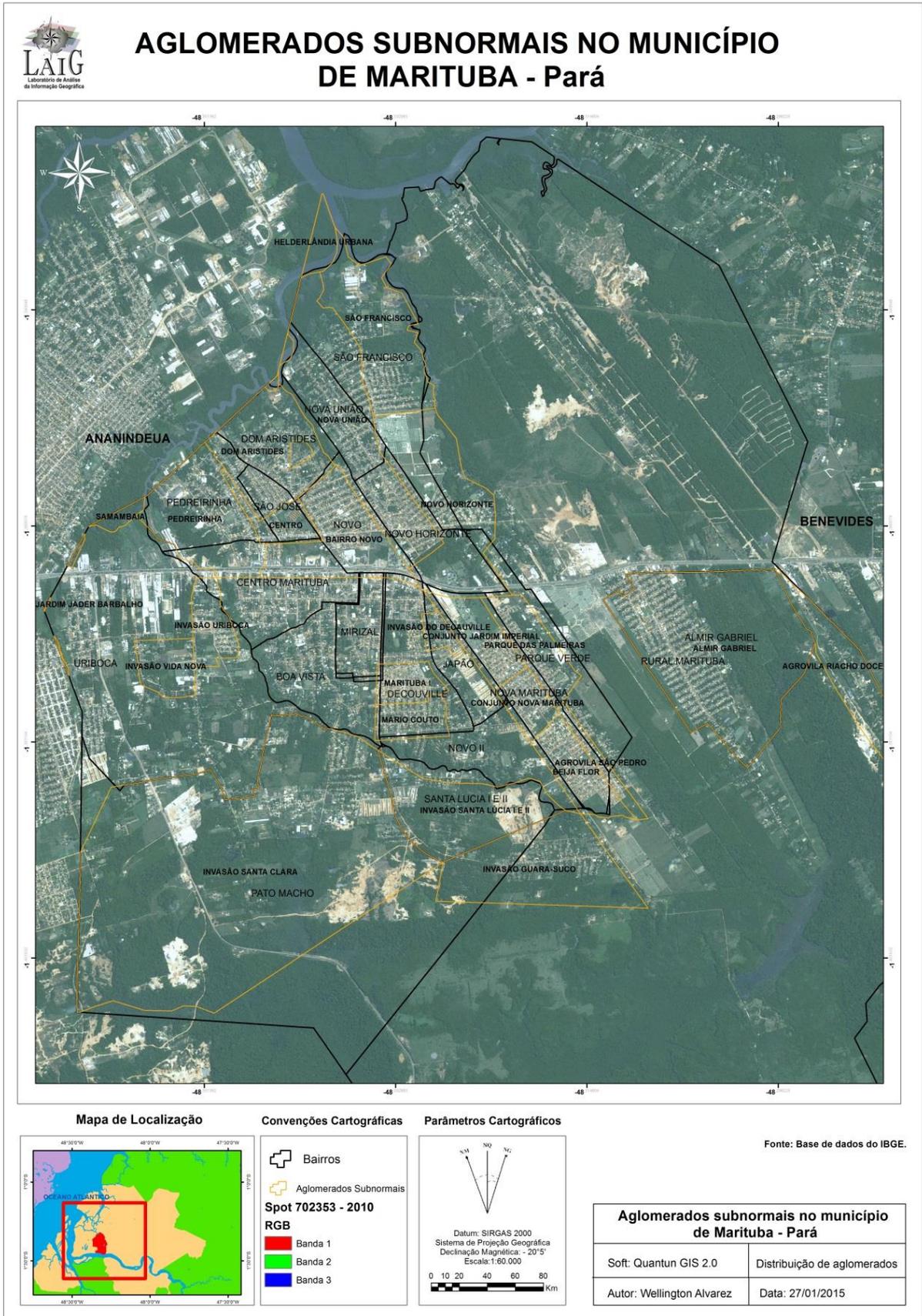
Essa cidade ilegal inexistente, frequentemente, para o planejamento urbano oficial. Embora as grandes cidades brasileiras contem com um respeitável número de profissionais envolvidos com o tema, não raramente estes trabalham com uma realidade virtual através das representações nos gabinetes, longe do território sem lei, sem segurança ambiental, sem saneamento, constituído pelas áreas de moradias pobres. (MARICATO, 1995, p.9)

O respaldo deste argumento é a própria manutenção deste, principalmente no que se referir as intervenções do Estado, pois não se verifica a constituição de uma organização estruturante, e este possa conduzir a um desenvolvimento social com justiça social (SOUZA, 2008), entretanto ocorre que na cidade ilegal:

Enquanto os imóveis não têm valor como mercadoria, ou têm valor irrisório, a ocupação ilegal se desenvolve sem interferências do Estado. A partir do momento em que os imóveis adquirem valor de mercado (hegemônico) por sua localização, as relações passam a ser regidas pela legislação e pelo direito oficial. (MARICATO, 1995, p. 12)

Em geral, cidade ilegal continua viva até a promoção pública de ações de reorganização e estruturação, pois em grande medida estas ações colaboram decisivamente sua valorização, conseqüentemente promoverá a inserção de novos serviços e a contundente valorização do solo, isto compassadamente a justará a realidade ao custo de vida, logo estas torna-se repulsiva aos mais pobres, pois “uma das razões pelos quais os pobres tendem a não se fixar, sendo levados para localizações sempre mais periféricas, vem do custo dos serviços” (SANTOS, 2009, p. 56), o que promoverá a manutenção do ciclo de ocupação irregular, o surgimento de novas invasões e por assim dizer a reinvenção da cidade ilegal. Expandida por todo sitio urbano, a ocupação ilegal, apresentada como aglomerado subnormal (IBGE, 2010), pode ser vista em seu caso particular, como se vê no Mapa 02: Aglomerados subnormais em Marituba.

MAPA 02 - Aglomerados subnormais no município de Marituba - Pará



Grande parte do solo urbano do município de Marituba está em aglomerados subnormais, 77, 4% (IBGE, 2010) das moradias e 77, 2% (IBGE, 2010) de sua população vive nos espaços denominados como aglomerados subnormais, espelha a típica organização do espaço social metropolitano de Belém.

Assim, a figura 01: domicílios e população residentes em aglomerados subnormais, apresenta o município de Marituba como o primeiro coloca proporcionalmente entre os municípios com 20% ou mais de seus domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais. Além disso, a Região Metropolitana de Belém, tem três integrantes entre os municípios com maior concentração de aglomerados subnormais, estes são Marituba (primeiro colocado), Ananindeua (terceira colocada) e Belém (quarta colocada), como é visível, na figura 01, qual explicita a precarização da infraestrutura urbana e a moradia.

Figura 01: Domicílios particulares ocupados total e em aglomerados subnormais e população residente em domicílios particulares ocupados total e em aglomerados subnormais nos municípios com 20% ou mais de domicílios ocupados em aglomerados subnormais – 2010.

Municípios com 20% ou mais de domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais	Domicílios particulares ocupados		Proporção de domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais (%)	População residente em domicílios particulares ocupados		Proporção da população em áreas de aglomerados subnormais (%)	Localização do município
	Total	Em aglomerados subnormais		Total	Em aglomerados subnormais		
Marituba - PA	27 413	21 220	77,4	107 997	83 368	77,2	Metropolitano
Vitória do Jari - AP	2 766	2 109	76,2	12 273	9 044	73,7	Não metropolitano
Ananindeua - PA	125 922	76 770	61,0	471 604	288 611	61,2	Metropolitano
Belém - PA	369 177	193 557	52,4	1 392 332	758 524	54,5	Metropolitano
Cabo de Santo Agostinho - PE	53 435	25 431	47,6	184 392	87 990	47,7	Metropolitano
São José do Ribamar - MA	42 592	18 866	44,3	163 033	72 987	44,8	Metropolitano
Laranjal do Jari - AP	9 865	4 075	41,3	39 870	16 210	40,7	Não metropolitano
Cubatão - SP	36 492	14 841	40,7	118 331	49 134	41,5	Metropolitano
Irlanduba - AM	9 824	3 426	34,9	40 734	14 840	36,4	Metropolitano
Angra dos Reis - RJ	53 575	18 341	34,2	169 247	60 009	35,5	Não metropolitano
Jaboatão dos Guararapes - PE	197 168	67 289	34,1	643 939	225 550	35,0	Metropolitano
Salvador - BA	860 410	275 593	32,0	2 668 078	882 204	33,1	Metropolitano
Guarujá - SP	85 036	26 095	30,7	290 435	95 427	32,9	Metropolitano
Araçoiaba - PE	4 851	1 381	28,5	18 156	5 640	31,1	Metropolitano
Tucuruí - PA	23 612	6 655	28,2	96 989	28 190	29,1	Não metropolitano
Santo Antônio do Itaipava - AM	4 018	1 077	26,8	24 439	6 525	26,7	Não metropolitano
Raposa - MA	6 555	1 618	24,7	26 325	6 411	24,4	Metropolitano
Amaturá - AM	1 662	399	24,0	9 414	2 169	23,0	Não metropolitano
Mangaratiba - RJ	11 797	2 801	23,7	36 344	8 756	24,1	Não metropolitano
São Vicente - SP	101 761	24 067	23,7	330 593	86 684	26,2	Metropolitano
Teresópolis - RJ	53 801	12 588	23,4	163 404	41 809	25,6	Não metropolitano
Arraial do Cabo - RJ	8 968	2 090	23,3	27 652	6 645	24,0	Não metropolitano
Olinda - PE	113 328	25 523	22,5	377 409	88 231	23,4	Metropolitano
São Luís - MA	277 153	61 845	22,3	1 012 856	232 912	23,0	Metropolitano
Recife - PE	471 210	102 392	21,7	1 531 394	349 920	22,8	Metropolitano
Guaiúba - CE	6 408	1 369	21,4	24 091	5 150	21,4	Metropolitano
Diadema - SP	117 379	24 616	21,0	385 613	87 944	22,8	Metropolitano
Ilhéus - BA	56 140	11 689	20,8	193 753	39 072	21,3	Não metropolitano
Cabo Frio - RJ	59 525	12 303	20,7	185 684	41 914	22,6	Não metropolitano
Bertioga - SP	14 581	2 925	20,1	47 487	10 444	22,0	Metropolitano

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, p.45.

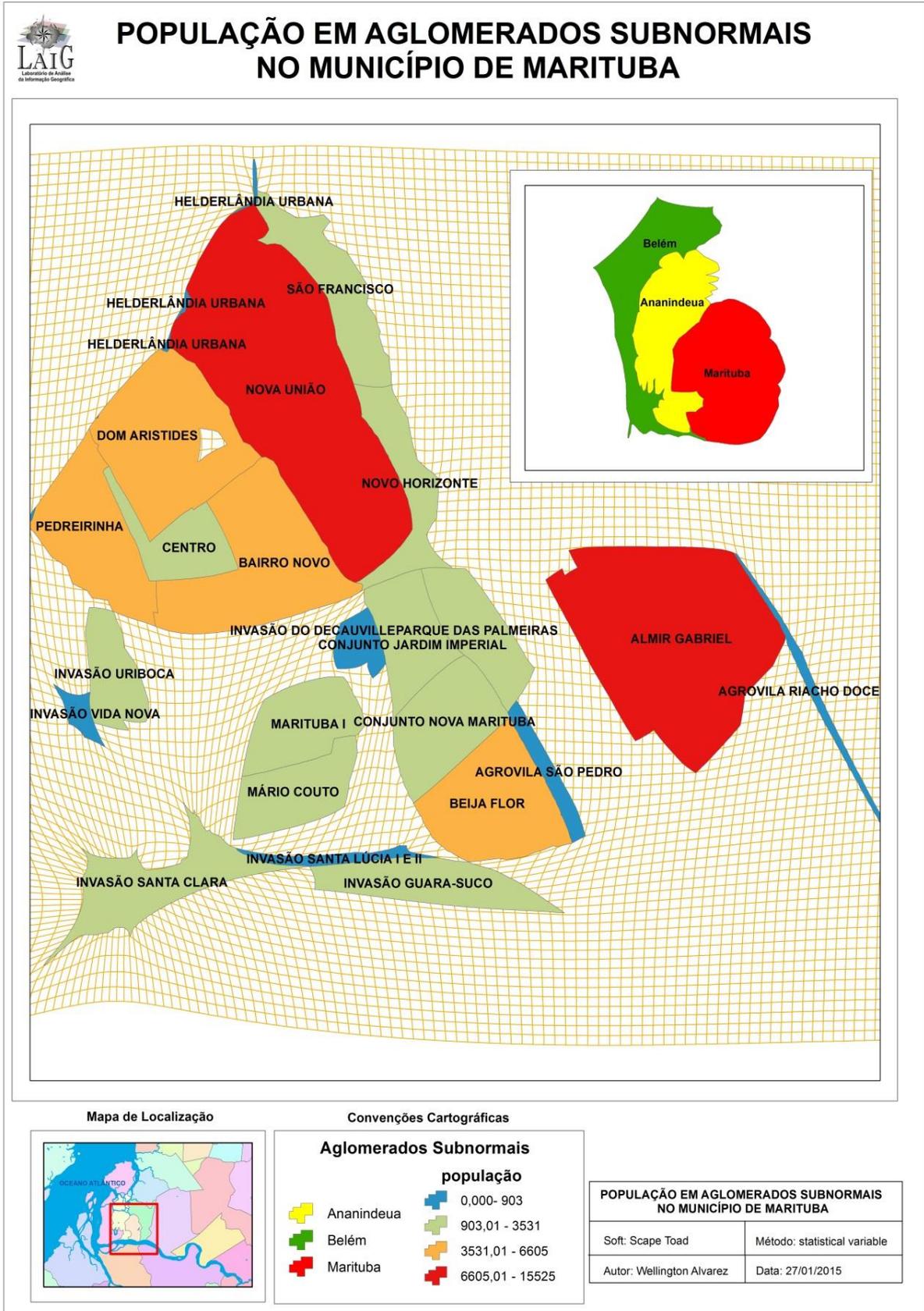
Com total populacional de 107.997 Hab. (IBGE 2010), somente 24.629 não vivem em aglomerados subnormais, isso quer dizer somente 22,8% dos moradores deste município vivem espaços regularizados e com disposição serviços, tal como educação, saneamento, saúde e regulação de organização dos usos do solo urbano. O contra-senso descreve como os outros 77,2% de seus moradores, como habitantes de áreas carentes de serviços essenciais, viventes de sub-moradias, quase sempre em espaços invadidos ou ocupados, são estes os espaços os mais marcados pela violência em suas diversas formas, pois:

A relação entre habitat e a violência é dada pela segregação territorial. Regiões inteiras são ocupadas ilegalmente. Ilegalidade urbanística convive com a ilegalidade na resolução de conflitos: não há lei, não há julgamentos formais, não há Estado. À dificuldade de acesso aos serviços de infra-estrutura urbana (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, difícil acesso aos serviços de saúde, educação, cultura e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desabamentos) somam-se menores oportunidade de emprego, maior exposição à violência (marginal ou policial), difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer, discriminação racial. A exclusão é um todo: social, econômica, ambiental, jurídica e cultural. (MARICATO, 2014, p. 1 – 2)

Desta forma, um aglomerado subnormal e sua manutenção, no que tange a sua desagregação e desorganização caracteriza um tipo de violência que se manifesta na organização e determinação social que lhe deu origem, por isso, a manutenção deste é por assim dizer uma estratégia de desorganização social, qual sem duvida promove diversos tipos de relacionamento social qual ratificaram a ilegalidade e a vida a marginalidade. Entende-se como marginalidade espacial áreas subdesenvolvidas, basicamente ocupadas por populações de baixa renda, tal que as carências deste não sejam elementos representativos na busca por um local de moradia. Os aglomerados subnormais são em linhas gerais espaços marginalizados, criados e mantidos para ocupação dos mais pobres, bem como pela reprodução da força de trabalho e manutenção das atividades econômicos e políticas entre o centro hegemônico e a periferia. Assim, a ratificação do espaço marginal é a própria marginalização social de seus habitantes, pois a degradação humana está intimamente ligada as intempéries que os espaços subdesenvolvidos causam, por efeito, a cidade é feita de “vidas em contraste” (KOWARICK, 2009, p.13).

Não por acaso, as cidades que compõe a Região Metropolitana de Belém, estão em grande maioria sendo alvo de ocupações irregulares, destas o município de Marituba é quase uma totalidade irregular, pois grande parte de seu território urbano tem uso habitacional, principalmente na forma de ocupações irregulares, tal como se vê na anamorfose dos aglomerados subnormais em Marituba:

ANAMORFOSE 01: População em aglomerados subnormais no município de Marituba – Pará



A anamorfose população em aglomerados subnormais em Marituba, expõe a concentração de população nos aglomerados União e Almir Gabriel, estes concentram maior contingente populacional em relação a sua área ocupada. Isto quer dizer, estes aglomerados que também são bairros, abrigam elevada população, logo apresentam maior concentração dos problemas urbanos e sócias.

A materialização de espaços subdesenvolvidos, é marca da ilegalidade, conectados a marginalização, seu principal expoente, em decorrência disso a caracterização do aglomerado e sua subnormalidade, se alinha a anormalidade do comportamento social de seus ocupantes. Por isso, há de se destacar a existência do espaço desagregado como uma materialização da desordem social, qual na logica geral se incutida insalubre realidade a causa e consequência das ações de seus habitantes, reafirmando a anormalidade social, obscurecendo a ordem geral.

### **3.4. A Insalubridade Urbana, condições de vida e bem-estar na RMB.**

Com grandes problemas a periferia urbana, em espacial a área urbana de Marituba se manifesta como ponto alinhado, homologa a todas as principais problemáticas que assolam a periferia da região metropolitana de Belém. De forma agregada as carências no espaço da cidade promovem elevado mal-estar social, conseqüentemente o desconforto. Por conseguinte, a baixa renda se comunica a aceitabilidade desta população em viver em ambientes precários, como os existentes em Marituba onde os serviços sociais não atendem com qualidade a população, de modo que propiciam maior segregação, desestabilidade social e política. Isto é fundamental, o enfoque produzido pelo observatório das metrópoles (2013), permite a conexão do bem-estar que os serviços oferecidos com excelência podem causar a sua população, em contrapartida, suas carências tornam os espaços ainda mais segregados, fomentando ainda mais separação e o subdesenvolvimento, este pode coincidir em atitudes ilegais no que tange a organização espacial, social, política e econômica.

O Índice de Bem-Estar Urbano é ainda mais agudo que os aglomerados subnormais, este vincula questões complexas da vida urbana e os converte em parâmetro para identificação do bem-estar, permitindo a análise e compreensão de conflitos sociais, principalmente a violência na periferia urbana.

Assim, a RMB que já se destaca em concentração de aglomerados subnormais (IBGE, 2010), também é expressão negativa em bem-estar a seus habitantes, pois estudo publicado

pelo Observatório das Metrôpoles, no relatório do IBEU (2013) aponta a RMB, como a região metropolitana como a pior em bem-estar urbano entre todas as pesquisadas no Brasil.

O Índice de bem Estar Urbano<sup>7</sup> (IBEU) é um mecanismo criado para medir quanto às cidades e regiões metropolitanas promovem o bem-estar de seus viventes, principalmente de forma coletiva. Com o IBEU é possível verificar quanto de bem-estar as cidades podem oferecer, isto é matéria fundamental para compreender a complexidade dos problemas locais e metropolitanos, assim o Índice de Bem Estar Urbano “decorre da compreensão daquilo que a cidade deve propiciar às pessoas em termos de condições materiais de vida, a serem providas e utilizadas de forma coletiva” (IBEU, 2013, p. 9).

O índice tem a capacidade de demonstrar de forma clara quanto as cidades promovem o bem-estar de seus moradores, neste indicador quanto mais próximo de 1 (um) melhor a distribuição e a qualidade dos serviços, ou seja, melhor o bem-estar urbano, em contrapartida quanto mais próximo de 0 (zero) pior o bem-estar urbano. Este é fundamental para entender a complexidade local e assim promover desenvolvimento social da comunidade. Isto porque, o aparelhamento e o desenvolvimento organizado e equilibrado das cidades podem promover a ascensão de relações sociais que promovam a empatia geral, podendo reinventar as periferias urbanas, especialmente a metropolitana de Belém.

Essencialmente o espaço metropolitano já anteriormente apresentado como um grande aglomerado subnormal (IBGE, 2010), constitui segundo o IBEU uma grande área desconexa, pois a Região Metropolitana de Belém destaca-se por apresentar municípios com IBEU entre 0 e 0,5. Onde “71,4% (IBEU, 2013) de seus municípios classificados nesse nível; como esta região metropolitana só possui 7 (sete) municípios, significa que destes, cinco estão classificados no nível mais baixo de bem-estar urbano. Estes municípios são: Santa Isabel do Pará, Ananindeua, Benevides, Santa Bárbara do Pará e Marituba” (IBEU, 2013, p 33).

Os atributos da pesquisa revelam a necessidade de reinventar as cidades, ou melhor, promover ações que possam tornar o espaço urbano mais amigável, e por isso mais benigno, tal que seja possível um equilíbrio, uma humanização e requalificação dos serviços “em cinco dimensões: mobilidade urbana, condições ambientais urbanas, condições habitacionais

---

<sup>7</sup> A cidade deve propiciar às pessoas em termos de condições materiais de vida, a serem providas e utilizadas de forma coletiva. Neste aspecto, estamos nos afastando de uma concepção de bem-estar decorrente do consumo individual e mercantil, seja no sentido da busca de maximização de utilidades, centrada na realização do autointeresse, seja no sentido do ótimo de Pareto. Apesar de o bem-estar ser experimentado individualmente, procuramos considerar nessa concepção o bem-estar que se constitui e se realiza no plano coletivo, daí o sentido do urbano na determinação do bem-estar. (IBEU, 2013, p. 9)

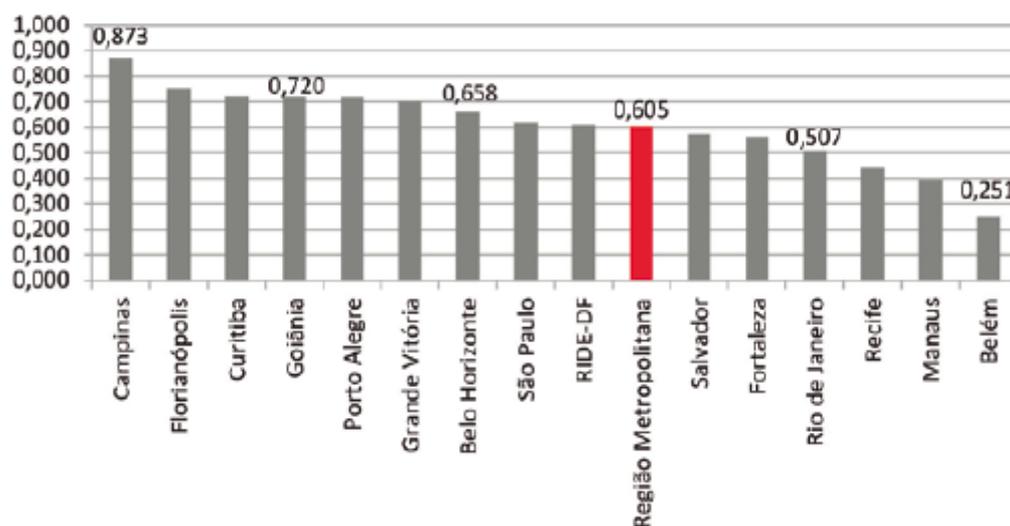
urbanas, atendimento de serviços coletivos urbanos e infraestrutura urbana” (IBEU, 2013, p. 18), além disso:

Vale destacar que todos os municípios da região metropolitana de Belém (total de 7) estão entre os 40 piores em relação ao IBEU. E, portanto, Belém é o único núcleo de região metropolitana classificada entre os últimos 40 municípios no IBEU. Desses municípios, 11 estão no pior nível do IBEU (entre zero e 0,500). (IBEU, 2013, p. 35).

A classificação obtida a partir da metodologia do IBEU, permite-nos ratificar o profundo processo de segregação social visível na periferia da capital, assim como nos municípios que compõe sua região metropolitana, com 0,251 (IBEU, 2013) o pior entre todas as regiões metropolitanas.

Para demonstrar a precariedade do bem-estar urbano na Região Metropolitana de Belém, destacamos a seguir a figura 02: índice de bem-estar urbano nas regiões metropolitanas em 2010, qual destaca a RMB, como a pior em bem-estar urbano entre todas as pesquisadas.

Figura 02: Índice de bem-estar urbano nas regiões metropolitanas – 2010.



Fonte: IBEU, 2013, p. 32

A figura 02: índice de bem-estar urbano nas regiões metropolitanas – 2010, descreve o grave problema na RMB, pois está apresenta-se em último lugar entre todas, deixando claro quadro subdesenvolvimento local, como descreve a figura 03: *Ranking* dos piores índices de bem-estar urbano nas regiões metropolitanas – 2010, identificando os municípios de Belém, Ananindeua, Castanhal, Marituba, Santa Izabel e Santa Barbara do Pará, entre os piores em todas as regiões metropolitanas.

Figura 03: *Ranking* dos piores índices de bem-estar urbano nas regiões metropolitanas – 2010.

Ranking	Código	Município	Região Metropolitana	UF	IBEU
250	3515103	Embu-Guaçu	SÃO PAULO	SP	0,607
251	3154606	Ribeirão das Neves	BELO HORIZONTE	MG	0,604
252	4100400	Almirante Tamandaré	CURITIBA	PR	0,601
253	2607752	Itapissuma	RECIFE	PE	0,591
254	3526209	Juquitiba	SÃO PAULO	SP	0,589
255	4104253	Campo Magro	CURITIBA	PR	0,588
256	5212501	Luziânia	RIDE-DF	GO	0,584
257	1501402	Belém	BELÉM	PA	0,584
258	1502400	Castanhal	BELÉM	PA	0,580
259	2306256	Itaitinga	FORTALEZA	CE	0,574
260	2607901	Jaboatão dos Guararapes	RECIFE	PE	0,574
261	2603454	Camaragibe	RECIFE	PE	0,572
262	4122206	Rio Branco do Sul	CURITIBA	PR	0,567
263	1303205	Novo Airão	MANAUS	AM	0,563
264	2606804	Igarassu	RECIFE	PE	0,562
265	3304144	Queimados	RIO DE JANEIRO	RJ	0,559
266	3522208	Itapecerica da Serra	SÃO PAULO	SP	0,555
267	5215231	Novo Gama	RIDE-DF	GO	0,551
268	1303569	Rio Preto da Eva	MANAUS	AM	0,548
269	5219753	Santo Antônio do Descoberto	RIDE-DF	GO	0,546
270	2609402	Moreno	RECIFE	PE	0,543
271	4217253	São Pedro de Alcântara	FLORIANÓPOLIS	SC	0,538
272	3300456	Belford Roxo	RIO DE JANEIRO	RJ	0,537
273	3301900	Itaboraí	RIO DE JANEIRO	RJ	0,536
274	3124104	Esmeraldas	BELO HORIZONTE	MG	0,534
275	3302700	Maricá	RIO DE JANEIRO	RJ	0,530
276	5217609	Planaltina	RIDE-DF	GO	0,519
277	1301852	Iranduba	MANAUS	AM	0,509
278	2607604	Itamaracá	RECIFE	PE	0,506
279	3516309	Francisco Morato	SÃO PAULO	SP	0,496
280	4111258	Itaperuçu	CURITIBA	PR	0,496
281	1506500	Santa Isabel do Pará	BELÉM	PA	0,487
282	2613701	São Lourenço da Mata	RECIFE	PE	0,487
283	5200258	Águas Lindas de Goiás	RIDE-DF	GO	0,486
284	1500800	Ananindeua	BELÉM	PA	0,479
285	1501501	Benevides	BELÉM	PA	0,449
286	2601052	Araçoiaba	RECIFE	PE	0,445
287	3302270	Japeri	RIO DE JANEIRO	RJ	0,420
288	1506351	Santa Bárbara do Pará	BELÉM	PA	0,413
289	1504422	Marituba	BELÉM	PA	0,382

Fonte: IBEU, 2013, p. 37

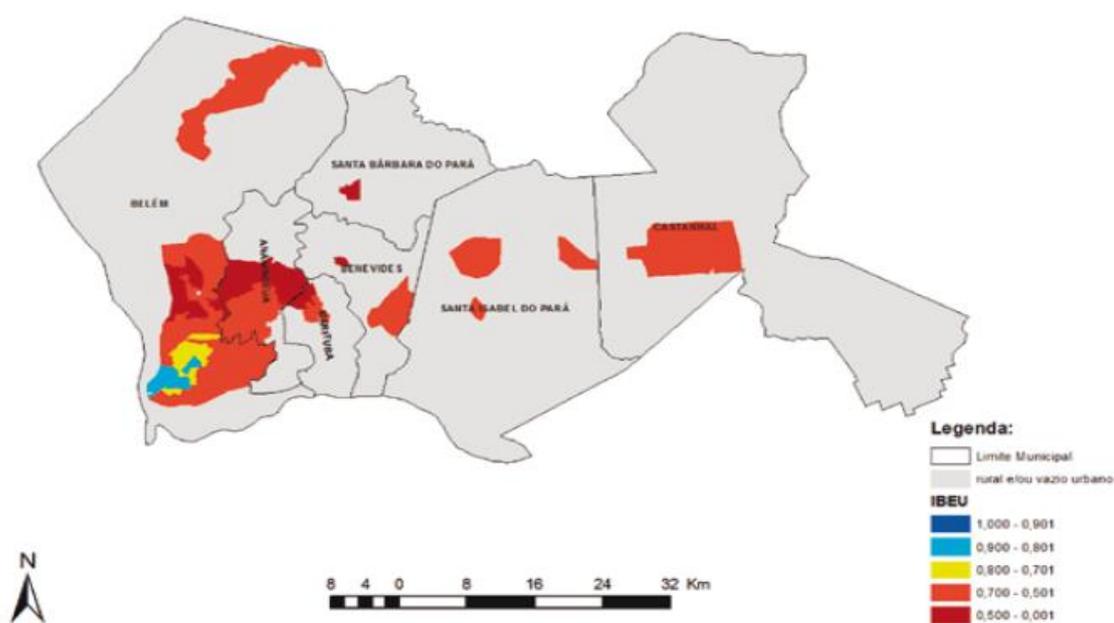
A figura 03: *Ranking* dos piores índices de bem-estar urbano nas regiões metropolitanas – 2010, elaborada pelo Observatório das Metrôpoles, com os 40 (quarenta) municípios brasileiros com os piores índices do referido instituto, dos localizados em nossa região metropolitana somente a capital obteve um resultado mediano, os outros municípios, ficaram a baixo de 0,500 IBEU.

A criação do IBEU com 5 (cinco) variáveis de pesquisa: mobilidade urbana, condições ambientais urbanas, condições habitacionais urbanas, atendimento de serviços coletivos e infraestrutura urbana, possibilitaram maior compreensão da realidade vivida pelos habitantes da RMB e especialmente do Município de Marituba. As 5 (cinco) quando agrupadas indicam o grau de bem-estar urbano intra-metropolitano ou municipal, assim cada variável descreve sua importância para uma vida de menos estresse, saudável e com mais oportunidades, este torna-se fundamental para compreender diversos problemas sociais em especial a violência.

Por isso, os resultados do IBEU para a região metropolitana de Belém e seus municípios, no caso particular de Marituba, serão fundamentais para o entendimento dos conflitos e relações sociais na periferia. Apresentamos a seguir uma sequência de figuras, quais fazem referência ao bem-estar urbano (IBEU) para a RMB e particularizado a Marituba.

De maneira geral, a região metropolitana de Belém não constitui um espaço de bem-estar urbano, outro sim, é um espaço de exclusão, onde em grande maioria de sua população vive e reside em áreas que não oferecem condições de desenvolvimento social, cuja qualidade de vida converte-se em novas oportunidades, de modo a permitir o rearranjo das relações sociais nas diversas comunidades. Não por acaso, a figura 04: Índice de Bem-Estar Urbano – Região metropolitana de Belém – 2010, apresenta a RMB como insalubre.

Figura 04: Índice de Bem-Estar Urbano – Região metropolitana de Belém – 2010.



Fonte: IBEU, 2013, p. 92

Dos municípios metropolitanos, somente Belém em sua região central apresenta IBEU entre 0,801 e 1,000. Por outro lado, as áreas de Belém que não são centrais e os municípios metropolitanos tem IBEU entre 0,001 e 0,700, como é possível observar na figura 04: Índice de Bem-Estar Urbano – Região metropolitana de Belém – 2010. Ainda segundo esta figura, o município de Marituba apresenta áreas com IBEU que varia entre 0,001 e 0,700, notadamente em toda sua área urbana não há espaço que possa gerar bem-estar urbano, ou seja, que possibilite desenvolvimento social.

A partir de então apresentaremos uma desagregação dos resultados do IBEU, fazendo análise dos seguintes indicadores: mobilidade, condições ambientais urbanas, condições habitacionais, atendimento de serviços urbanos e a infraestrutura urbana, de maneira que permita a particularização, principalmente para o município de Marituba.

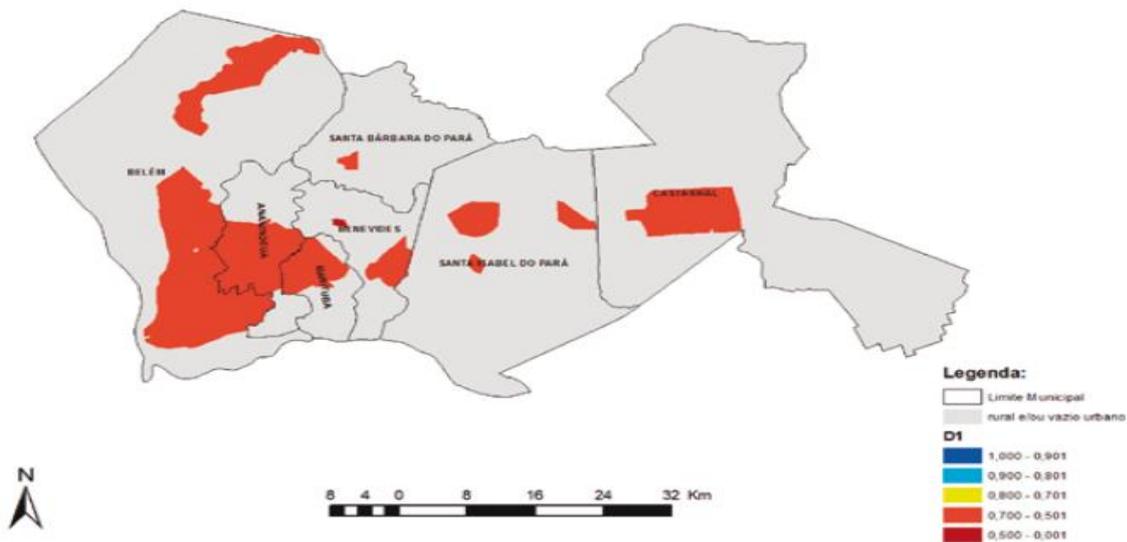
A precarização dos transportes coletivos é uma das piores consequências do trato diferenciado dado por Estado e agentes hegemônicos aos diferentes espaços, o subdesenvolvimento da malha de transportes, bem como o não aparelhamento e renovação de frotas e articulação de novos modais de transportes transforma cada coletivo, em verdadeiros “pau de araras”, visto que neste não há urbanidade, tão pouca qualidade e bem-estar. A precarização dos serviços de transportes torna o deslocamento do trabalho cansativo e oneroso, torna difícil o fluxo de mercadoria e pessoas, isto reflete diretamente na sobre as atividades comerciais e produtivas, na criação de novas oportunidades de trabalho e conquista de renda, quais são fundamentais para elevação social e para qualidade de vida.

Mesmo com um resultado superior a média do IBEU 0,718, a mobilidade urbana aqui analisada, deve ser comparada a um engessamento dos membros, visto porque na RMB existe apenas duas vias de ligação, sendo que somente a BR 316 interliga todos os municípios metropolitanos, logo o dado não revela um bem-estar, mas apenas a disponibilidade de linhas que percorrem a periferia metropolitana em direção ao centro da capital paraense.

A necessidade de mobilidade, ou melhor o desenvolvimento pleno deste é por princípio fundamental para os habitantes das cidades que compõem a RMB, principalmente o município de Marituba, isto porque grande parte de seu pessoal ocupado tem vínculo empregatício na capital, quais descrevem a pendular ação diária em direção ao trabalho e a volta para casa. Não por acaso, a mobilidade urbana é fundamental para consolidação de oportunidades de emprego e ampliação da renda, de forma a possibilitar novos acessos no mercado de trabalho e ampliação das relações sociais.

Aparecendo sempre entre os piores no *ranking* desenvolvido pelo IBEU, o município de Marituba a mobilidade urbana, de forma geral está na posição nº 210, com 0,621 IBEU, sua melhor posição neste índice, entretanto este não reflete a realidade. A mobilidade urbana deste município, ou seja, a possibilidade de deslocamento para o trabalho é realizado em apenas uma via de circulação, somada a precariedade do transporte coletivo urbano, torna o deslocamento para o trabalho uma verdadeira odisseia, por isso este não proporciona bem-estar social, bem como, não fomenta a criação de novas oportunidades. A figura 05: Mobilidade Urbana – Região Metropolitana de Belém – 2010, apresenta o bem-estar social que a mobilidade traz aos habitantes da RMB.

Figura 05: Mobilidade Urbana – Região Metropolitana de Belém – 2010.



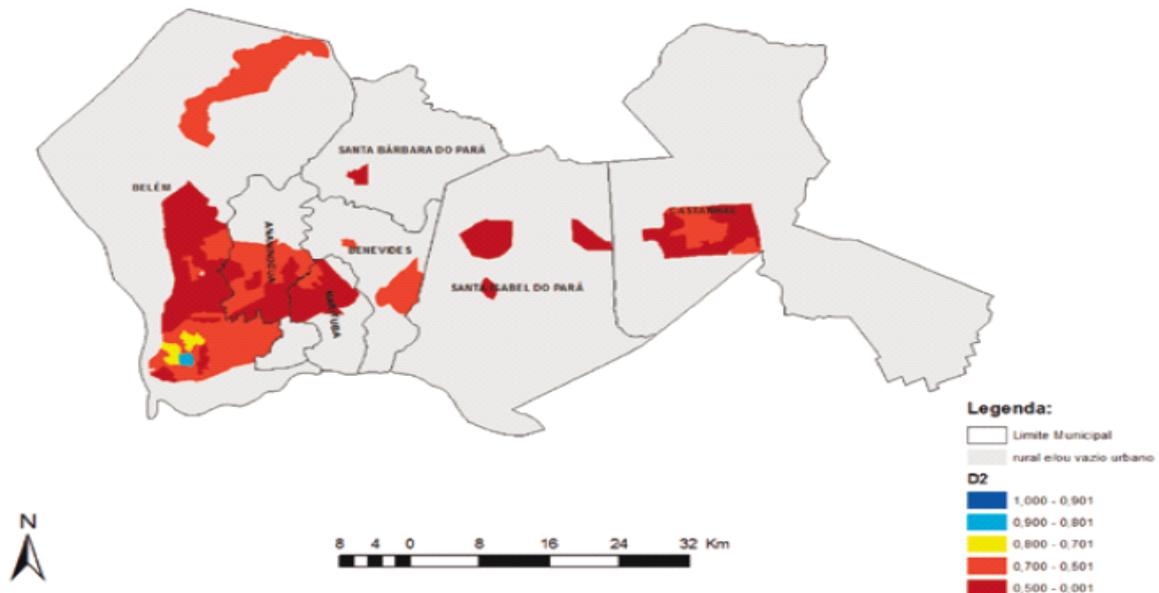
Fonte: IBEU, 2013, p. 109

A figura 05: Mobilidade Urbana, apresenta uma generalização do índice para toda RMB, isto que dizer, que todos os municípios incluindo Marituba obtiveram mesmo IBEU para mobilidade, o que não representa fato positivo, pois na maioria das vezes todos circular pela BR 316 em direção a Belém.

Em seguida, as condições ambientais urbanas fazem referencia a qualidade ambiental e sanitária em ambiente urbano, elaborado “a partir de três indicadores: arborização do entorno dos domicílios, esgoto a céu aberto no entorno dos domicílios e lixo acumulado no entorno dos domicílios.” (IBEU, 2013, p. 47). Estas são fundamentais para compreender a realidade local e suas condições de vida, a figura 06: Condições Ambientais Urbanas - Região

Metropolitana de Belém – 2010, apresenta grande diferenciação das áreas centrais de Belém e seu entorno metropolitano.

Figura 06: Condições Ambientais Urbanas - Região Metropolitana de Belém – 2010.



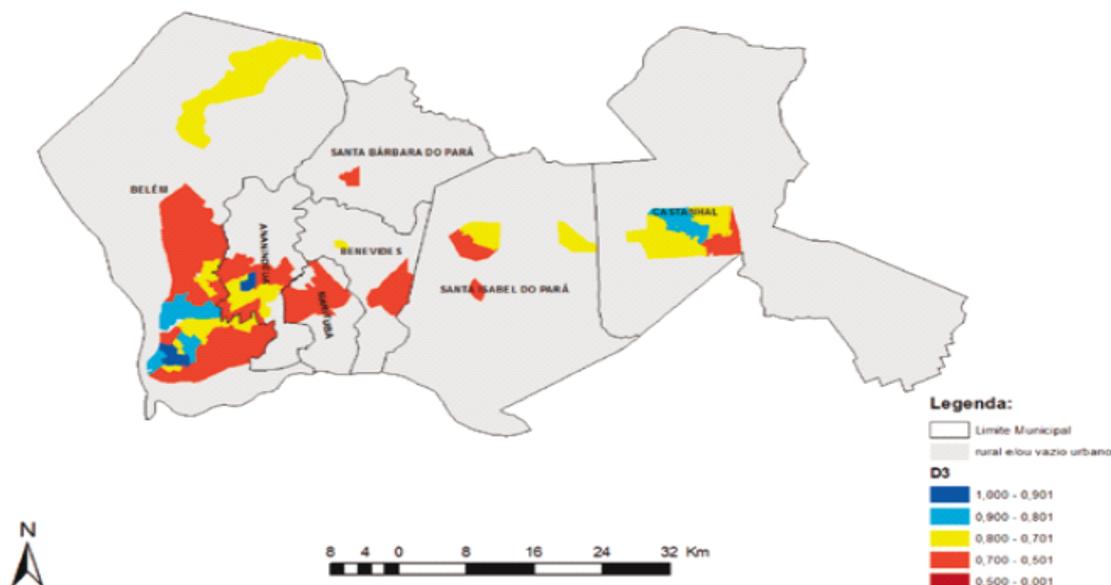
Fonte: IBEU, 2013, p. 126

Como pode ser visto, somente o centro de Belém apresenta áreas com índices entre 0,701 a 0,900, a exceção dessas áreas o índice varia entre 0,001 e 0,700. Quanto ao município de Marituba, este apresenta áreas com péssimo indicador, principalmente sua região mais ocupada, de maneira geral tem índice de 0,408 e está na posição nº 285 somente 4 (quatro) posições a cima da ultima Santa Barbara do Pará. A partir de então constatamos a carência de um ambiente urbano equilibrado, pois é próprio dizer que há coleta de lixo, mas não de forma satisfatória, quanto ao esgoto a céu aberto e a ausência de tratamento é comum na RMB, assim como são poucas áreas arborizadas, bem como a existência de parques.

Assim como as condições ambientais urbanas, as condições de habitação também são precárias, tendo em vista que segundo o senso 2010 do IBGE, existe um total de 21.220 domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais, de um total de 27.413, ou seja, 77,40 % vivem em aglomerados subnormais. Tal informação ratifica a insalubridade dos espaços para habitação, bem como, a precariedade de sua estrutura. “Os indicadores dessa dimensão foram selecionados a partir da compreensão das condições dos domicílios, bem como de suas características, que podem favorecer direta ou indiretamente o bem-estar

urbano” (IBEU, 2013, p. 56). A figura 07: Condições Habitacionais urbanas – Região Metropolitana de Belém – 2010, a variedade de condições de habitação na RMB.

Figura 07: Condições Habitacionais urbanas – Região Metropolitana de Belém – 2010.



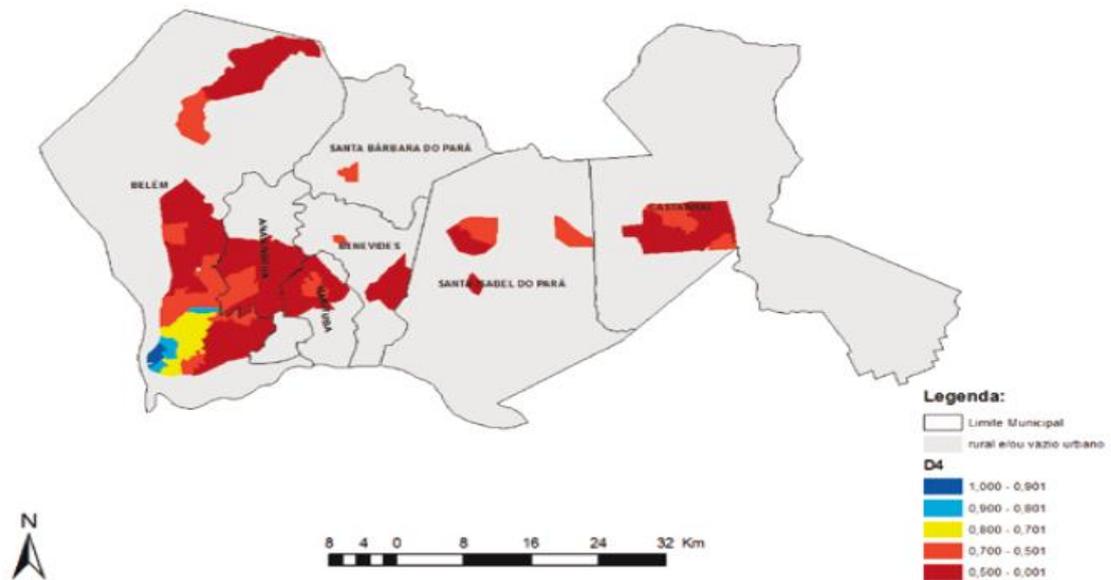
Fonte: IBEU, 2013, p. 143

Na legenda da figura 07: Condições Habitacionais urbanas – Região Metropolitana de Belém – 2010, a RMB, apresenta diversos indicadores, o centro de Belém com os melhores indicadores entre 0,701 e 1,000, partes de Ananindeua e Benevides entre 0,7001 e 0,900, porém Marituba, como anteriormente descrito e um grande aglomerado subnormal, apresenta os piores índices, entre 0,001 e 0,500, especificamente 0,357, (IBEU, 2013, p. 142) penúltima colocada nacional, posição nº 288. Assim, “Municípios com a dimensão de condições habitacionais abaixo de 0,500 encontram-se em apenas três regiões metropolitanas, sendo um em cada. Como esperado, tem-se um município da região metropolitana de Belém – Marituba” (IBEU, 2013, p.57)”. Isto ratifica o denso problema social existente município. Isto porque as habitações de maneira geral são precárias ou estão em locais insalubres, materializando os diversos problemas sociais na particularidade deste município.

O índice de atendimento de serviços coletivos tange a “quatro indicadores: atendimento adequado de água, atendimento adequado de esgoto, atendimento adequado de energia e coleta adequada de lixo” (IBEU, 2013, p. 62), a agregação destes indicadores deixou claro a carência dos serviços essenciais para população, como pode ser visto na figura 08: Atendimento de Serviços Coletivos Urbanos – Região Metropolitana de Belém – 2010, onde

faz-se a representação da falta de investimentos públicos e privados na melhoria ou na criação destes serviços.

Figura 08: Atendimento de Serviços Coletivos Urbanos – Região Metropolitana de Belém – 2010.

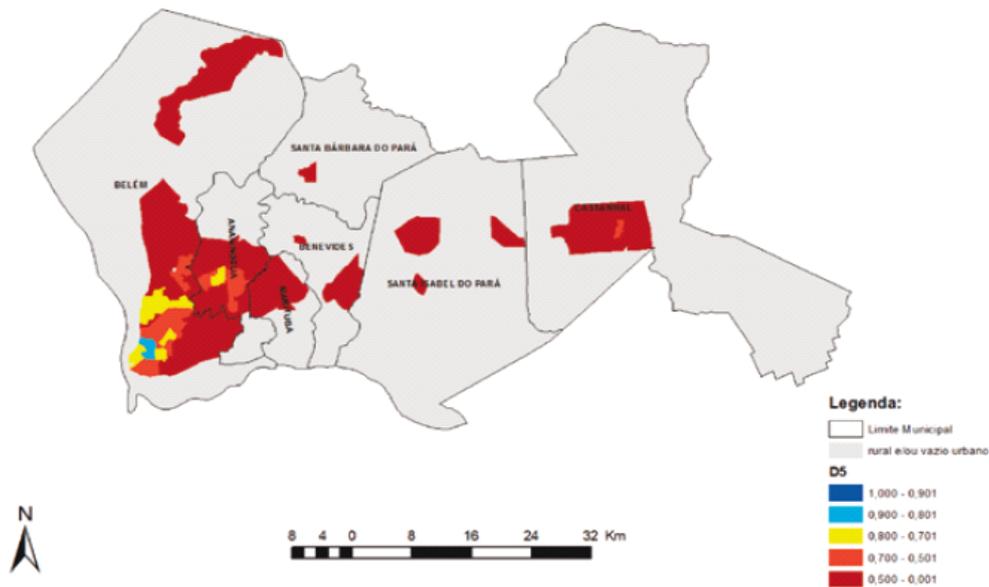


Fonte: IBEU, 2013, p. 160

Na RMB, verifica-se uma variação do atendimento dos serviços essenciais, pois conforme a figura 08: Atendimento de Serviços Coletivos Urbanos – Região Metropolitana de Belém – 2010, não há grande diferenciação entre o centro da cidade e a periferia, no entanto mesmo algumas áreas do centro encontram-se em condições adequadas dos serviços, porém na periferia verifica-se como um todo a ocorrência de serviços ineficientes, ou não existentes, isto principalmente ao que se referir a água tratada e o tratamento do esgoto, como no município de Marituba. Este abriga uma pequena diferenciação dos serviços, variação de inexistente a inoperante, como no caso do esgoto e da água tratada, este entre encontra-se entre os piores municípios ocupando a posição nº 285, com índice de 0,364 (IBEU, 2013, p. 159).

Em sua última parte o IBEU apresenta os resultados quanto à infraestrutura urbana, fundamentalmente é uma junção das condições elementares para boa circulação de pessoas no espaço e objetos em ambiente urbano, assim a figura 09: Infraestrutura Urbana – Região Metropolitana de Belém – 2010, mantém a tendência dos índices anteriores, porém concentra ainda mais a RMB nas piores faixas do IBEU, isso porque, a maioria das áreas tem índice entre 0,001 a 0,500, a mais baixa entre as faixas, descrevendo quase totalmente a RMB com uma região com inexistente ou ineficiente infraestrutura urbana.

Figura 09: Infraestrutura Urbana – Região Metropolitana de Belém – 2010.



Fonte: IBEU, 2013, p. 177

A RMB, assim como Marituba, tem os piores índices do Brasil, não por acaso, os municípios metropolitanos desta região metropolitana de maneira geral situam-se nas últimas linhas do Índice de Bem-estar Urbano, por isso, infraestrutura urbana não destoa das demais, fundamentalmente apresenta uma interconexão com os anteriores, e assim determinar o grau de bem-estar da população. Por efeito, o IBEU do município para a infraestrutura urbana é o pior do Brasil, apresentando índice de 0,166 e ocupando a posição nº 287 a última do *ranking*.

Com o pior IBEU entre todos os municípios metropolitanos e somado ao complexo e problemático contexto local, o município de Marituba apresenta um quadro alarmante de desorganização e de subdesenvolvimento, espaço propício a ações e estratégias sociais que justificam-se em si e nas necessidades, emergem da precariedade, insalubridade, da ordem e principalmente na ordem que desorganiza e fundamentalmente desestrutura. Por isso, a violência urbana, manifesta-se corriqueira e cotidiana, polarizada na periferia, onde as condições sociais e urbanas são degradantes, ela atinge principalmente a periferia, em seguida se deflagra em todas as direções. Na periferia, o surgimento e manutenção de estratégias de sobrevivência legais e ilegais são factíveis, pois controle, vigilância e desenvolvimento são ineficazes, permitindo segregação e principalmente um lento processo de socialização e territorialização onde os elementos da violência são necessários à afirmação e ao relacionamento social.

#### **4. NA ALÇA DE MIRA: SOCIABILIDADE E TERRITORIALIDADE VIOLENTA EM MARITUBA.**

Viver na periferia urbana é complexo, com o agravante de ser morador de algum bairro de Marituba, como, União, Centro, Decouville e Almir Gabriel, isto porque, estes são os bairros onde existem as piores infraestruturas urbanas, em linhas gerais, também são os mais violentos. Por isso, manter-se vivo e íntegro, é complexo, pois pesam contra os habitantes das áreas mais subdesenvolvidas e marcadas pela violência, um lento e progressivo processo de racionalização para violência e da conseqüente criminalidade, um meticuloso processo de identificação, socialização e territorialização se inscrevem nos obscuro das rixas e das reações, posto que promove a constituição de uma territorialidade na subjetividade relacional do crime.

##### **4.1. Violência homicida na periferia.**

A violência é um dos principais adjetivos vinculados à sociedade Mariuara, com tantas mazelas o crime, a criminalidade e a violência merecem destaque, pois são manifestações de um longo e contínuo processo de desvalorização da sociedade local, qual descrevem o processo de produção e organização do espaço. Assim, a ação organizativa que por via de regra precariza os espaços e institucionaliza a periferia como abrigo e produtor de (des)ordem, catalizador social da pobreza, possibilita o surgimento de relações sociais que em primeira ordem problematizam e facilitam diversas estratégias sociais manifestadas na desordem e nas mais diversas formas de violência em múltiplas escalas e instancias sociais.

Como descrevem os jornais e as mídias sociais o município de Marituba desponta entre os metropolitanos com os piores indicadores sociais e urbanos, em seus limites verifica-se o que de pior pode ser posto a sociedade como possibilidade de desenvolvimento, por isso, os dados anteriormente discutidos apresentam a RMB e o município como um grande aglomerado subnormal e sem bem-estar, isto permite compreender a insalubridade geral e sua conseqüência sobre as relações sociais neste incutidas.

Exatamente por isso, não há contradição entre as informações sociais e a realidade apresentada diariamente nos noticiários. Por isso, não destoam das problemáticas da RMB e do município, onde estruturalmente e socialmente articulam-se e agregam os mesmos problemas em suas diversas proporções.

Os diversos problemas sociais, particularmente o que couber aos acessos e a possibilidade de desenvolvimento, acarreta por acréscimo outros problemas, de forma correspondente, da questão social e urbana poder emergir relações sociais qual a violência é o principal meio de articulação e vinculação. Isto porque, há diversas formas de se coligar a violência, pois como um todo complexo esta não pode ser entendida de forma simplista, ligada exclusivamente a um ato que possa ferir um direito alheio.

A agregação de jovens a ordem social local é uma das principais consequências das ações que produziram o espaço periférico e sua marginalidade, neste a juventude é a mais vitimada. Por isso, a violência não um ato desorientado, está emerge da desnorteadora conjuntura social qual a sociedade local está inserida, por efeito, não há espaço reconhecido como periférico na Região Metropolitana de Belém que também não seja marcado pela violência.

Na RMB os bairros centrais, organizados e vigiados também constituem espaço para atos de violência, mesmo em proporção menores, muros, cercas, câmeras e olhos não intimidam a ação violenta, assim quase sem exceção, a RMB como um todo é marcada pela sangrenta batalha social, porém é na periferia, que ela ocorre de forma mais acentuada, sendo palco principal deste teatro sangrento e multifacetado da violência na periferia da cidade.

De maneira geral a periferia e seus habitantes constituem a conjugação de ordem e ação qual transformou a necessidade de moradia em aceitação e replicação da pobreza, entre as principais formas de articulação e organização da vida no espaço periférico, está a conquista diária dos recursos e da reafirmação social com vista a um constante e interrupto processo de organização social, o que couber as diversas estratégia de sobrevivência, pois sobreviver neste espaço é a arte da resistência e adaptação.

Não por acaso, as formas de ocupação profissional na periferia estão ligadas basicamente a um circuito local, propriamente ligado ao circuito inferior da economia (SANTOS, 2004), que por meio deste, conquiste, bem mais que o necessário para sobreviver, pois na miscelânea de necessidades, destarte, é imperioso agregar-se, em fim relaciona-se grupalmente, de forma em que facilite a vida e por ela estabelecer estratégias particulares e coletivas de sobrevivência, fundamental neste complexo contexto de organização e de reconhecimento social.

Assim, o espaço periférico devido a sua peculiar característica organizacional, desenvolvimento e vigilância, apresenta-se como fundamental para o surgimento de diversas formas de relacionamento social e para o surgimento de conflitos qual o mundo das normas e

das ordens quase sempre inexistente, basicamente no espaço periférico as controvérsias sociais, rixas e intolerância convertem-se em atos orientados para o extermínio do opositor, nisso não se verifica contradição, pois as normas e as ordens são exógenas, uma exterioridade que contraria a complexa ordem, (des)ordem local.

Por isso, este espaço é conhecido pela violência que lhe denunciam, não por dia ser diferente, seus conflitos são resolvidos quase sempre da mesma forma, por meio de atos criminosos como execução<sup>8</sup> do contradito, exatamente por isso, o conflito não se extingue com a morte do opositor, mas lhe fomenta novas ações, ou seja, a mais execuções em um ciclo de lágrimas e sangue.

A carência organizativa, apoiada no favorecimento do desenvolvimento social com justiça social em espaços reservados, transforma a RMB em um complexo espaço social quase exclusivamente formado por espaços em sua essência ‘desorganizados’, espaço subnormal, basicamente produzido e organizado de forma “a normal”, qual como IBGE (2010) os reconhece.

Os aglomerados, ou os bairros onde as atividades criminosas são mais intensas, catalisam a organização e a produção de um ambiente social, onde a comunidade local amedrontada fica inerte a reprodução da violência, pois apoia-se, principalmente, na desestruturação econômica e política da mesma.

Deste modo, tem-se a região metropolitana como um grande agregado periférico, onde as desigualdades e a violência são os seus principais elos de ligação, transformando-as em um espaço de contígua violência, neste, os crimes têm basicamente um eixo de ligação, a marginalidade sócio-espacial, como alerta Ribeiro (2004):

As nossas metrópoles, seu tamanho, suas desigualdades, suas favelas e periferias, sua violência, são consequências necessárias da histórica disjunção entre economia, sociedade e território, que caracteriza a nossa expansão periférica na economia-mundo capitalista (RIBEIRO, 2004, p. 13).

Há de se destacar os elementos que ligam um indivíduo a uma comunidade, consequentemente ligadas a sua realidade social e política, já que, as cidades têm em seus limites grande léguas de área ocupados por uma população a margem dos direitos que lhe são assegurados, tal que seu desenvolvimento como comunidade humana é seriamente comprometido.

---

<sup>8</sup> Homicídio praticado a traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido, como descreve o Artigo 121, 2º, IV do Código penal Brasileiro (BRASIL, 1998, p. 29).

A maioria dos crimes, principalmente as execuções noticiadas diariamente ocorrem nas áreas periféricas, exatamente por isso, a conexão entre a violência, principalmente a letal nos espaços marginalizados, pois “Mesmo que não se comprove uma relação linear entre vítimas de mortes violentas e pobres ou locais de concentração de homicídios e moradia irregular e precária, essas representações sociais têm sido significativas” (RIVERO, 2010, p. 120).

Por isso, a ratificação das relações entre a crescente criminalidade letal e o espaço periférico urbano, pois isto está sendo agregado paulatinamente no amago do corpo social. Ambiente favorável devido a anormalidade das relações sociais cunhadas nestes locais, em vista disso, o contínuo acontecimento de crimes proporciona a afirmação de uma racionalidade que degrada ainda mais estas áreas, por ser comumente desenvolvida, agrava o processo de segregação entre os espaços da cidade, conseqüentemente, promove a cada dia um aprofundamento das desigualdades, inflamado principalmente pela precariedade de investimentos públicos e privados nestes locais, Rivero (2010) analisando as cidades brasileiras, contribui com nosso debate, ele:

Parte-se da hipótese de que há áreas na cidade que concentram tanto a vitimização como a criminalidade e que reproduzem de forma constante uma separação social no espaço urbano, por meio de atributos socialmente construídos sobre pessoas e territórios. A localização da violência nesses espaços pode contribuir para o aprofundamento da estigmatização, acentuando os motivos da separação e aumentando a desigualdade entre populações e áreas. (RIVERO, 2010, p. 121)

Tal como descrito, a violência diária somada ao contínuo processo de estigmatização, pode ser promotora de novas estratégias de diferenciação e ainda mais segregação, a torná-los ainda mais factíveis a novas formas de relacionamento social, onde a violência seja o principal articulador e fruto.

Expressão das desigualdades social, ações e conflitos diversos, manifesta na vida diária o problema do subdesenvolvimento, o destoante desrespeito aos direitos fundamentais, este comunica-se a uma vertiginosa e complexa gama de conflitos, onde a degradação humana é seu maior efeito, por isso:

A condição de subcidadania urbana é importante para fundamentar uma forma de controle social pela história da vida privada das pessoas: o mundo da desordem, potencialmente delinquente, é jovem (...) de preferência não porta ou não tem carteira de trabalho e mora em cortiços das áreas centrais ou nas favelas das periferias. Sobre esta modalidade de moradia, o imaginário social constrói um discurso que esquadrinha a mistura de sexos e idades, desorganização familiar, a moralidade duvidosa, os hábitos perniciosos, olhando estes locais como focos que

fermentam os germes para criminalidade. Ou seja: a condição de subcidadão como morador das cidades constitui forte matriz que serve para construir o diagnóstico da periculosidade”. (KOWARICK, 2009 apud ESCRITOS URBANOS, 2003; p. 54-55)

Não se verifica casualidade no que se refere ao assombroso processo de vitimização das populações dos bairros periféricos, a continuidade da violência, acompanha a desorganização institucional, que submete estas a perniciosas formas de sobreviver, e lhes compelir a vida ilegal, tem por assim dizer, escopo e incitação destas comunidades a vida na ilegalidade, ou pior no crime.

De forma contundente, às cidades na RMB, são formadas de ocupações ilegais e sem infraestrutura, um grande aglomerado subdesenvolvido, onde os crimes de homicídios geralmente acontecem, entretanto, estes não podem ser explicados somente pela localização da vítima, pois a violência não se explica em si. Tal como a precarização e a ilegalidade, que caracterizam as comunidades no espaço periférico metropolitano, a violência letal não pode ser explicada exclusivamente por sua ocorrência em determinada forma espacial ou ainda pela situação sócio-política dos habitantes destes espaços, por este motivo, a violência letal não é própria da periferia, entretanto, é nesta que as ações para letalidade são mais factíveis.

Em razão disso tanto se denigre e se dilacera os espaços marcados pela desorganização e habitados pelos mais humildes, reconhecidos e diferenciados de forma negativa, é a periferia resumida pela precarização e violência, em fim um grandioso aglomerado de problemas e necessidades sociais, relacionado a isso:

Estas aglomerações são os lugares aonde não se vai jamais, a não ser quando se mora lá ou quando há razões imperiosas (...). A violência volta-se contra aqueles que dividem o mesmo habitat, a mesma comunidade de destino. E, forçosamente, ela transborda para o exterior de maneira errática, não política, ela faz as famílias implodirem. (KOWARICK, 2009 apud MURAD, 1995, p. 217).

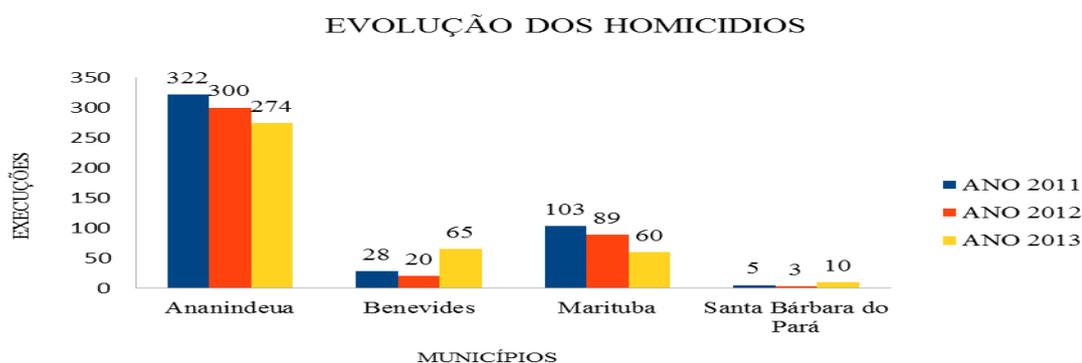
De forma quase exclusiva a violência letal é um ato feito de habitante para habitante dos bairros marginalizados, esta atinge diretamente os menos favorecidos, trabalhadores com ocupações simples, legais ou ilegais, destarte, as execuções geram neste espaço marcas de insegurança e principalmente pontos de acesso restrito. É este medo que se espraiara para além da periferia e que fomenta especulações.

Os crimes com características de execução, em geral os homicídios assim descritos são os principais alvos das ações operacionais do Sistema de Segurança Pública Paraense (SSPP), pois a fim de que novos crimes não aconteçam as periferias sofrem diariamente pressões, saturações diversas e incursões a título de operações policias com diversos focos, mais

principalmente retirar menores das ruas, fechamento de bares, abordagens para apreensão de armas e drogas.

Para fazer um panorama sobre a violência homicida, ou seja, aquela que é praticada com o intuito de retirar a vida de outrem, analisar-se-á os dados de homicídios, sua evolução e espacialização. Estes apresentados no gráfico 01, destacará a evolução dos homicídios segundo o levantamento de crimes pela Polícia Militar (PM), quais destacam regressões e expansões nos municípios da RMB, com exceção de Belém.

Gráfico 01: Evolução dos Homicídios na RMB - 2011 a 2013.



Fonte: Boletim de Ocorrências Policial Militar (BOPM), CPRM, 2014.

Mesmo apresentado resultados diferentes, no aumento e diminuição de casos registrados, os municípios que concentram a maioria dos casos, tiveram neste comparativo uma regressão do numero de casos, os mais populosos, Ananindeua e Marituba, concentram maioria dos casos, no entanto verifica-se um ligeira aumento para os municípios de Benevides e Santa Barbara do Pará, como fica exposto na tabela 02: Distribuição dos homicídios por município de 2011 a 2013, na circunscrição do Comando de Policiamento da Região Metropolitana (CPRM), retratando a regressão e aumento da violência letal.

Tabela 02: Distribuição dos homicídios por município de 2011 a 2013, na circunscrição do CPRM.

Circunscrição Do CPRM	2011	2012	2013	TOTAL
Ananindeua	322	300	274	896
Benevides	28	20	65	113
Marituba	103	89	60	252
Santa Bárbara Do Pará	5	3	10	18
Total Geral	458	412	409	1279

Fonte: Boletim de Ocorrências Policial Militar (BOPM), CPRM, 2014.

Esta série de dados apresenta a regressão dos homicídios em Ananindeua e Marituba, com diminuição de em 48 (quarenta e oito) vítimas no acumulado 2011 – 2013 para Ananindeua e 43 (quarenta e três) em Marituba, números que mostram os resultados de uma política de vigilância e controle no espaço periférico. Além disso, vale destacar que o município de Marituba tem aproximadamente  $\frac{1}{4}$  (um quarto) da população de Ananindeua, a primeira tem população de 108.246 Hab. e segunda 471.980 Hab. IBGE (2010).

Observando a tabela 02, os Municípios de Benevides e Santa Barbara são os únicos a apresentarem elevação de vítimas, triplicando o número de registros no triênio de pesquisa, que de forma contundente apresenta constrangedor aumento de execuções se comparados com Ananindeua e Marituba, municípios bem mais populosos. Vale destacar que o modelo de fiscalização e saturação pode refletir em mudança de ações e organizações por parte de criminosos na RMB. Além disso, estes municípios são reconhecidos como novas áreas de ocupação frente a dificuldade de aquisição de moradia devido ao preço do solo na região central da RMB, de forma que estes são novos destinos de moradia, factíveis a ocupação irregular, e por isso, pode reproduzir os conflitos já vividos em outras áreas da RMB.

Por outro lado, Marituba desponta como a 8º (oitava) cidade mais violenta do Estado do Pará, ocupando nacionalmente a posição 84º (oitenta e quatro) segundo o *ranking* apresentado no ano de 2014 (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2014). É tangente afirma que o Município de Marituba tem em sua área urbana extensos conflitos sociais. A regressão dos casos violência letal, não apontam a paz social, mesmo em queda, o numero de execuções ainda proporciona temor, e implica em surgimento de novos conflitos sociais. A violência letal está espacialmente concentrada nas áreas onde verifica-se uma menor distribuição de investimentos para o desenvolvimento, qual culminará em um vertiginoso processo de formação de aglomerados de execuções, o município de Marituba.

#### **4.2. Aglomerados de Execuções e as vítimas Marituba.**

Por está inserida dentro do complexo contexto de subdesenvolvimento urbano, o município de Marituba o qual tange a violência e a vitimização de sua população apresenta contundente quadro, a continuidade da violência letal, ocorrendo principalmente nas áreas menos desenvolvidas, ou seja, nos bairros com precárias infraestruturas, como descrito anteriormente.

Alinhando a compreensão sobre a violência homicida no município, destacamos a seguir, informações da realidade criminológica, mais precisamente, a violência letal, para isso, destacaremos principalmente, os dados oriundos do Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP) em uma compilação de informações de 2011 a 2013, possibilitando apresentar de maneira clara, objetiva e qualificada a violência letal.

Ainda sim, o município de Marituba integra 2ª Região Integrada de Segurança Pública (RISP), qual faz parte da 22ª Área Integrada de Segurança Pública (AISP), qual anteriormente compreendia a 18ª zona de policiamento (18ª ZPOL), a circunscrição deve efetivamente ser policiada e fiscalizada pelo sistema de segurança, afim de que possa haver maior segurança. A reorganização territorial das áreas de circunscrição de policiamento no município de Marituba revela a continua preocupação do poder público em gerar maior segurança e também vigilância tanto de forma ostensiva como intensiva as áreas com maior concentração de ocorrências de crimes como roubo e o homicídio.

Como descrito anteriormente, a evolução da forma de gestão territorial no âmbito da segurança pública favoreceu a intensificação do patrulhamento diário, principalmente pelo incremento de novos policiais e veículos, tal que, o município seja policiado de forma contínua, ou melhor, que o sistema de vigilância e “prevenção” possa está mais visível, presente e continuamente circulando e abordando a todos que se tenha fundada suspeita. Mesmo assim, o município continua sendo um dos mais violentos do Brasil, estando entre os primeiros no *ranking* estadual (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2014), pois verifica-se uma continuidade da violência letal, ocorrendo em todo espaço do municipal, porém, adensado nos bairros mais insalubres, ocorrendo de maneira contínua nos anos de pesquisa, por isso são chamados de aglomerados de execuções<sup>9</sup>.

Como é visível no mapa dos Aglomerados Subnormais no município de Marituba, sua área urbana apresenta forma e características de ocupação cujo IBGE (2010) denomina de aglomerados subnormais, ou seja, as áreas com uso habitacional foram ocupadas de forma irregular, bem como, não foram dadas melhor infraestrutura urbana, isto que dizer, os bairros em raras exceções apresentam péssimas condições urbanas e possibilidades de desenvolvimento e bem-estar como descreve o IBEU (2013), por isso, a existência de uma homogeneidade em termos das carências e as necessidades gerais entre os bairros, por efeito,

---

<sup>9</sup> Áreas em que a violência letal é contigua no espaço e continua no tempo.

esta similaridade também descreve uma homogeneidade de ocorrências de violência letal, a exceção dos bairros ainda mais violentos.

Tão logo se estabelece o relacionamento entre os bairros, em geral são os mesmos aglomerados subnormais, é possível identificar os atos de violência especializado no município, de forma em que todos os bairros apresentam ao menos 1(uma) execução entre os anos de 2011 a 2013, isto quer dizer, que não há área desta cidade imune a violência letal.

Por isso, os casos de violência não são particularidades de uma área, as similitudes entre os espaços relegam certa homogeneidade no medo e na intolerância presente nas relações sociais estabelecidas, de maneira em que, a espacialidade da violência seja a manifestação mais aguda da complexa organização e relacionamento social. O número de vítimas de execuções no município é apresentado na tabela 03: registro de vítimas de homicídio por bairro no município de Marituba de 2011 a 2013, está contém os registros de homicídios ocorridos de forma violenta, ou seja, as vítimas de execução.

Tabela 03: Registro de vítimas de homicídio por bairro no município de Marituba de 2011 a 2013.

Bairro	2011	2012	2013	Total Geral
Almir Gabriel	12	7	2	21
Bairro Novo	5	6	3	14
Centro de Marituba	20	12	12	44
Comunidade Japão	1	0	1	2
Comunidade Santa Lucia I	0	2	1	3
Comunidade Santa Lucia II	5	0	2	7
Comunidade São Pedro	1	1	0	2
Decouville	17	27	29	73
Dom Aristides	4	2	7	13
Mirizal	2	2	3	7
Nova União	10	13	5	28
Novo Horizonte	6	7	3	16
Parque Verde	2	0	1	3
Pato Macho	0	0	2	2
Pedreirinha	2	1	3	6
Santa Clara	1	0	1	2
São Francisco	20	9	11	40
São João	1	1	2	4
Uriboca	0	1	1	2
<b>Total</b>	<b>109</b>	<b>91</b>	<b>89</b>	<b>289</b>

Fonte: Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP) – Pará, 2014.

Modificado por: ALVAREZ, W.P, 2014.

Um singelo comparativo entre tabela 03 de fonte SISP (2014) e a tabela 02 de fonte BOPM (2014) demonstra um desnível entre os dados, pois apresenta número diferentes para o

mesmo crime, isto porque, o Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP) que integra todos os registros e é fonte oficial, destoa do descrito como Boletim de Informações Policial Militar (BOPM) porque este é uma captura de dados cujo relato é o acontecimento consumado, por isso, um numero menor nesta base, pois as tentativas de homicídios cuja vitima é socorrida para hospital e depois vem a óbito, não podem ser descritos no BOPM. Logo há diferença entre as bases, porém a conjunção das duas é fundamental, para descrição da violência no contexto de circunscrição da RMB, depois particularizado para Marituba.

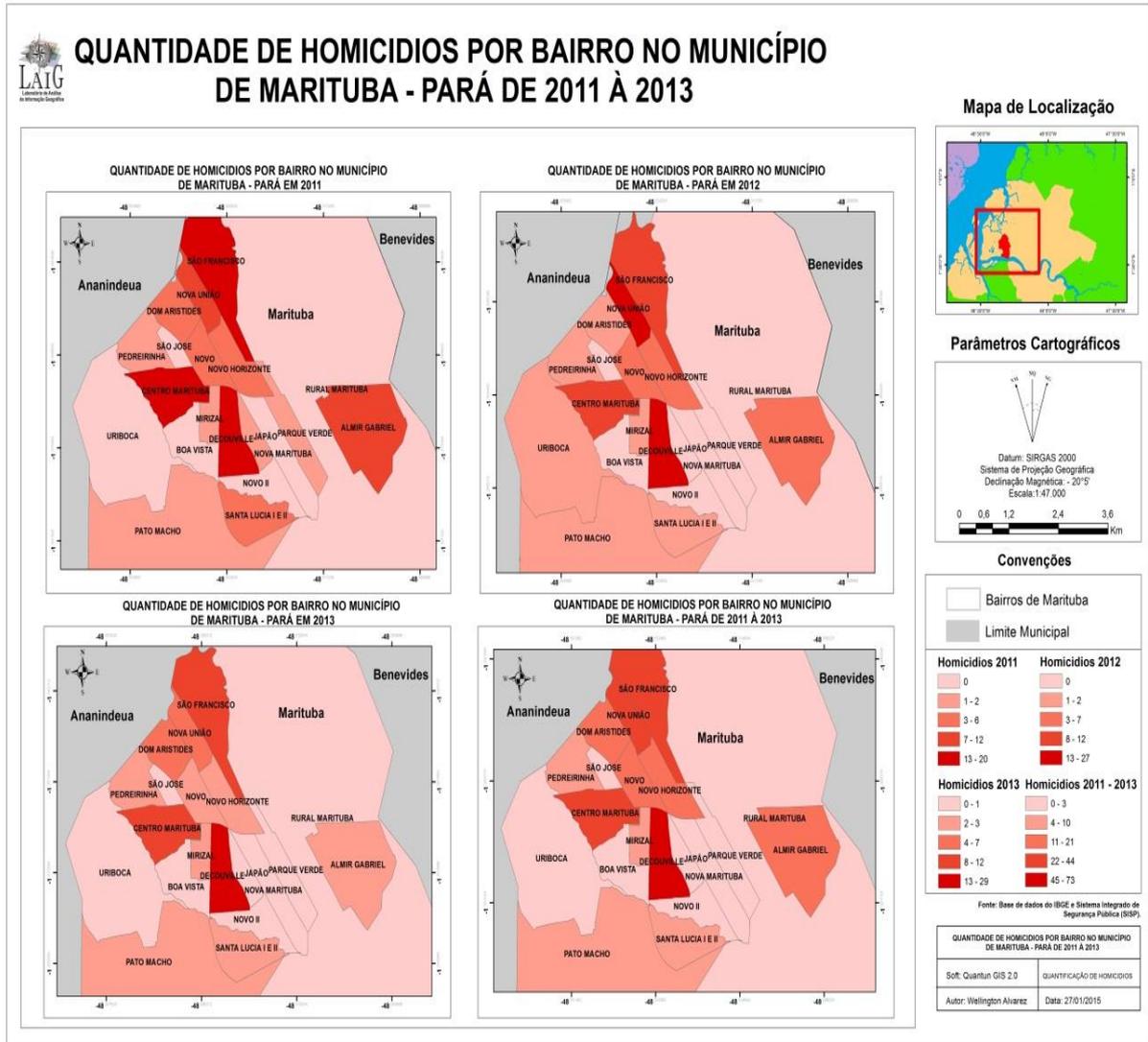
Destarte, verifica-se que há bairros que apresentam baixa incidência de ocorrências se comparado a outros com elevada concentração em todos os anos de coleta, a principio os bairros onde ocorreram menor numero de ocorrências foram os bairros do Japão, Uriboca, São Pedro e São João todos com 2 (dois) registros, em contrapartida os bairros mais violentos são: Decouville, Centro, São Francisco, Almir Gabriel, Bairro Novo, Novo Horizonte e Dom Aristides, todos apresentam mais de 10 (Dez) execuções no somatório entre os anos de 2011 à 2013.

De forma vertiginosa, os bairros: Decouville 77 (setenta e sete), Centro 44 (quarenta e quatro), União 28 (vinte e oito) e Almir Gabriel 21(vinte e um) todos apresentam mais de 20 (vinte) registros de homicídios com características de execução. Despontando como os bairros onde as relações e os conflitos sociais são resolvidos em atos de violência letal, tanto que concentraram mais da metade dos registros de homicídios no município, que representa 58,82 % dos casos homicídio no município.

Estes bairros: Decouville, Centro, União e Almir Gabriel, são reconhecidos localmente como áreas impróprias, basicamente são estes espaços onde” a lei do silêncio reina sobre os atos cometidos, não obstante, a vingança privada nestas áreas suplanta a sanção pública” (KOWARICK, 2009 apud MURAD, 1995, p. 217). Por isso, são marcados pela opinião geral como inadequados, região violenta, abrigo de marginais que em suas atitudes ilegais cometem novos atos violentos. Também por isso, estas são áreas segregadas, relegadas ao abandono e a desorganização politica e social, pois as marcas de sangue incutidas no espaço social revela a fragilidade social de seus habitantes, bem como descreve a impossibilidade da comunidade local no estabelecimento de ações que culminem com o fim da violência letal.

Para uma melhor compreensão desta concentração de execuções, o Mapa 03: Quantidade de homicídios por bairro em Marituba, contribui para visualização da concentração de homicídios, assim como, permite saber quais os bairros mais violentos do Município.

MAPA 03: Quantidade de homicídios por bairro em Marituba – Pará de 2011 a 2013



Dos cinco bairros que apresentam aglomerações com registros de execução somente os Bairros de São Francisco e o Bairro União são próximos, existem vias de circulação os interligando intensamente, por isso, as execuções ocorram em um espaço contíguo, logo as motivações destes crimes devem estar interligadas a questões sociais próprias destes bairros. Assim também, os Bairros Decouville e Centro são contíguos, particularmente, somente o Bairro Almir Gabriel é parcialmente isolado em relação aos outros bairros, como é visível no mapa dos aglomerados subnormais em Marituba, como é possível desprender no referido mapa a única forma de acesso ao bairro ocorre é com uso da BR 316 que cortar o município.

O grande contraste vivível no mapa quantidade de execuções por bairro no município de Marituba de 2011 a 2013 existente entre o numero de execuções ocorridas nos bairros que compõe Marituba, pois mesmo havendo bairros com poucas ocorrências e outros com grande número como descrito anteriormente, há de se destacar que mesmo entre os bairros de maior concentração de execuções, o Bairro Centro chama atenção, este abriga a maioria das instituições públicas do governo, seja ele Municipal, Estadual ou mesmo Federal, bem como a maioria das grandes casas comerciais, não obstante concentra grande quantidade de ocorrências de homicídios.

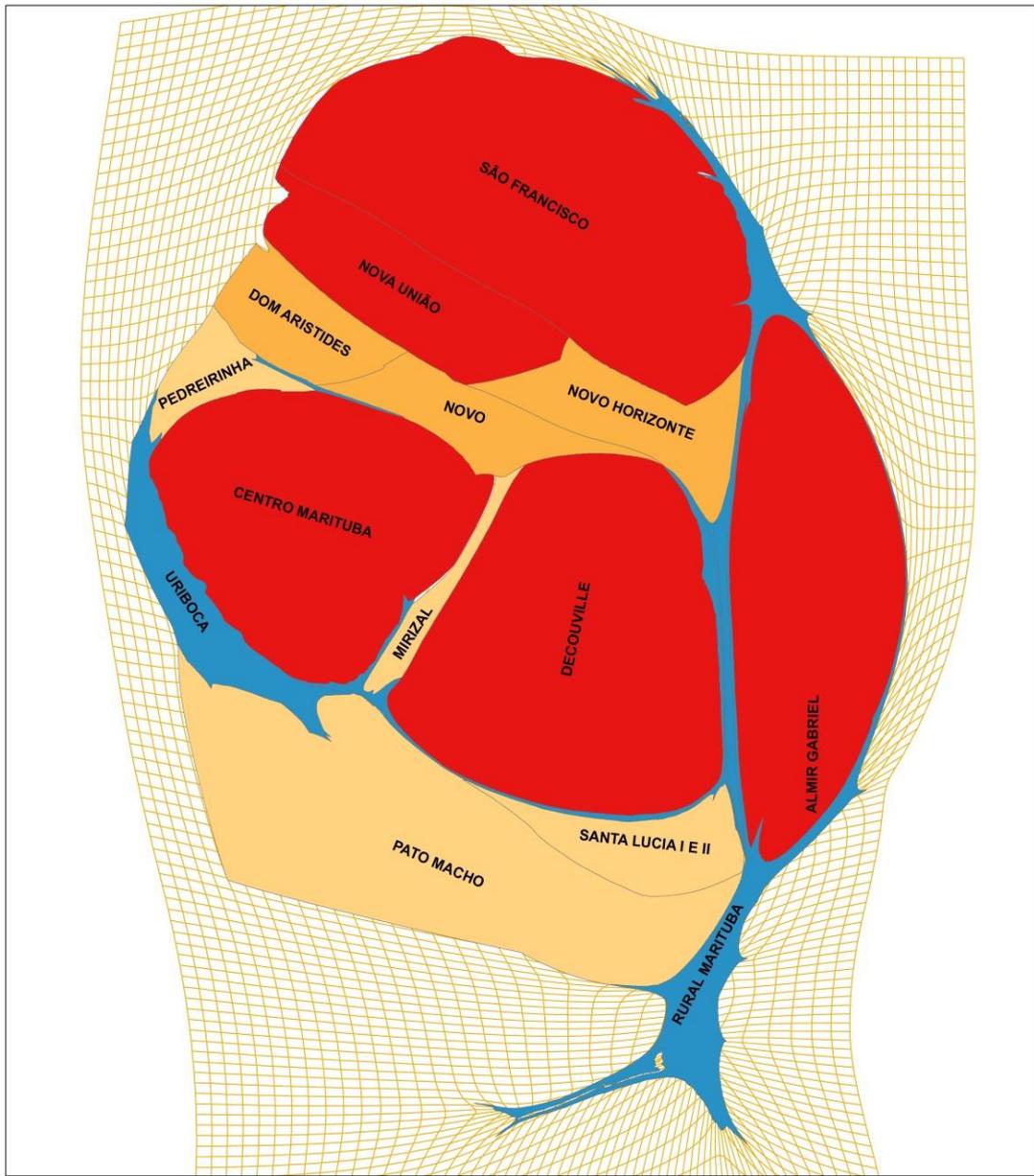
Sem acasos, o Bairro Centro de tem o único ponto de lazer para os habitantes de Marituba, por isso, a maioria dos eventos festivos do município ocorre na área do centro, basicamente na praça de Marituba. Recebe diariamente grande contingente populacional de visitantes e trabalhadores, mesmo de outros municípios, além disso, o espaço da praça e seus arredores abrigam bares, casas de festa, restaurantes, academia, igreja, etc. Quais são atrativos a inúmeras pessoas.

Na sequência lógica de análise, o bairro centro deveria abrigar a menor quantidade de casos, entretanto, como sua área é referencia para encontros e lazer, faz com que, seja área de grande trânsito de pessoas, quais podem devido aos grandes conflitos sociais no município, transforma-lo em verdadeiro campo de guerra, principalmente após os eventos festivos.

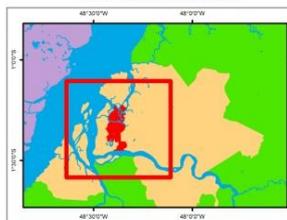
Além dele, o bairro Decouville apresenta uma assustadora aglomeração de execuções, uma concentração de 73 (setenta e três), constituindo-se no bairro com a maior quantidade de homicídios. Dando mais destaque, a anamorfose de homicídios apresenta a concentração e a deformação dos bairros com maior número de vítimas de homicídio, qual demonstra a contiguidade da violência letal no Município.

ANAMORFOSE 02: Homicídios por bairro no município de Marituba – Pará, de 2011 a 2013

# Anamorfose de homicídios por bairro no município de Marituba 2011 - 2013



Mapa de Localização



Legenda

— Deformação

**Anamorfose de homicídios 2011 - 2013**

**Varição**

- 0 - 3
- 4 - 10
- 11 - 20
- 21 - 73

Fonte: Base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP).

Anamorfose de homicídios por bairro no município de Marituba 2011 - 2013	
Soft: Scape Toad	Método: statistical variable
Autor: Wellington Alvarez	Data: 27/01/2015

A anamorfose de homicídios nos bairros do município de Marituba destaca a concentração de execuções, formando uma grande área com elevada concentração do crime de homicídios, por conseguinte, os Bairros União, Novo, Centro, União e Almir Gabriel ganham em suas áreas maior representatividade, formando um centro de continuo de ocorrências e vitimização.

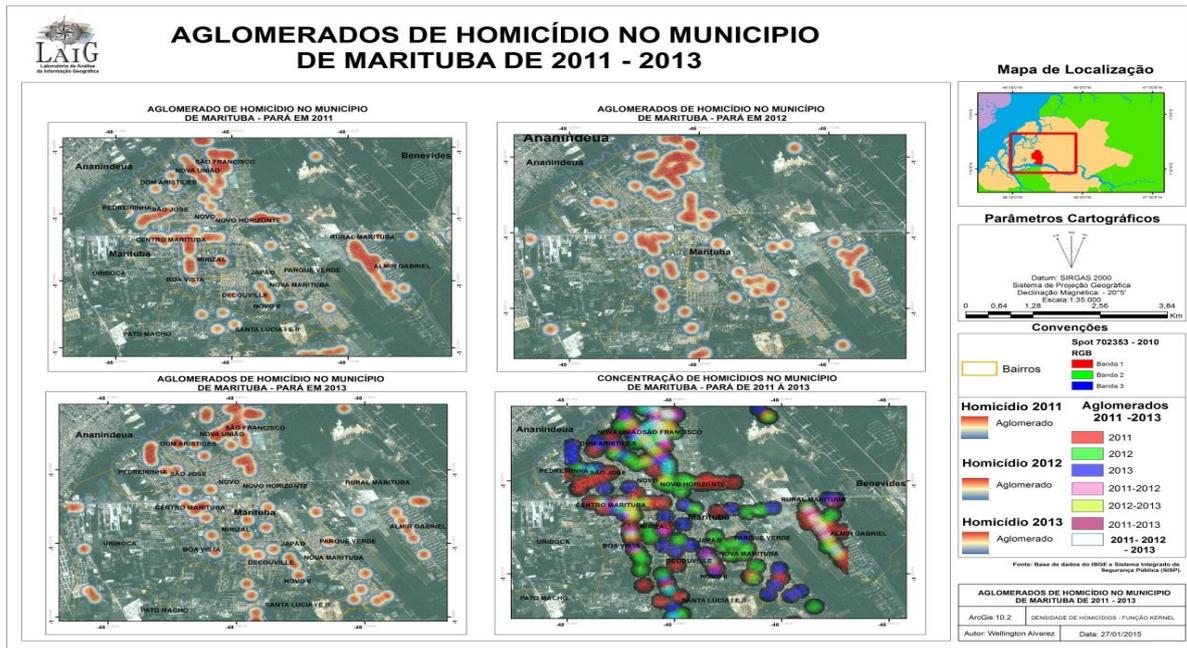
Com efeito, a crescente violência letal faz com as áreas com maior densidade de homicídios tornem-se ainda mais concentradoras, pois uma execução geralmente é motivação para outra execução, consecutivamente elevam-se conflitos e rixas. Por conseguinte, a expansão da violência letal provoca a formação de um espaço contiguo de ocorrências e elevada vitimização.

Os aglomerados de execução representam a concentração de homicídios, não obstante, estas ações letais elevam ainda mais a possibilidade de novas ocorrências, tanto que, os bairros, ou mesmo os aglomerados subnormais de maior concentração não se modificam drasticamente, pois verifica-se a manutenção da quantidade de ocorrências nos bairros mais afetados.

A continuidade de homicídios nos bairros visíveis na anamorfose 02, porém está, não possibilita a visualização dos principais locais de execução, pois uma representação que conceba os locais de execução, afim de proporcionar a agregação dos casos de violência letal em um grande e continuo espaço de vitimização, ou seja, os aglomerados de execução.

Para uma visualização dos aglomerados de execução nos anos de pesquisas, 2011, 2012 e 2013, bem como a constatação da existência de espaços marcados continua e contiguamente pela violência letal, destacamos, o Mapa 04: Aglomerados de execuções no município de Marituba de 2011 à 2013, qual permitirá a análise da espacialização e concentração dos homicídios na cidade em questão.

MAPA 04: Aglomerados de execução no município de Marituba - Pará, 2011 a 2013



A concentração de homicídios ocorre em todo espaço urbana do município, entretanto nos Bairros Centro, São Francisco, União e Almir a violência letal é mais intensa, tanto que nestes locais, as ocorrências praticamente não se modificam, isto ratifica a manutenção do crime e proporciona a renovação dos conflitos, proporcionando a manutenção do ciclo de execuções.

Os maiores aglomerados em 2011, são manifestados nos Bairros Centro, União, São Francisco e Almir Gabriel, formado um grande aglomerado de homicídios, onde os bairros São Francisco e União se destacam pela contiguidade de ocorrências, formando um grande aglomerado de homicídios.

Em 2012, novamente as maiores concentrações continuam aglomeradas nos Bairros União, São Francisco, Centro, Almir Gabriel e Novo Horizonte, este último se destaca quanto ao tamanho do aglomerado e sua área, isto porque, o Bairro Novo Horizonte não tem grandes proporções, mas apresenta grande concentração de homicídios em envolvendo toda sua área administrativa.

Quanto a 2013, verifica-se uma dispersão das ocorrências, a isso relaciona-se a diminuição do número de homicídios, porém, os Bairros São Francisco e União continuam contíguos nos casos de homicídio, somado a estes, o Bairro Almir Gabriel também apresenta concentração de homicídios, ambos demonstram a continuidade da violência.

De forma agregada, a concentração de homicídios de 2011 à 2013, clarifica a concentração de vítimas de homicídios em Marituba, tanto que existem espaços onde persistem os casos de violência letal, isso quer dizer, nestes espaços inúmeras vítimas foram assassinadas, o que particulariza é que nas mesmas áreas outras pessoas já foram assassinadas. A composição dos aglomerados de 2011, 2012 e 2013, revela continuidade e contiguidade deste crime, isto porque, as manchas em coloração vermelho são homicídios em 2011, as em verde são homicídios em 2012, os de cor azul são homicídios em 2013, a partir de então, a combinação das manchas, permite a visualização do rosa para áreas onde ocorreram homicídios em 2011 e 2012, o amarelo para os casos em 2012 e 2013, lilás para ocorrências em 2011 e 2013, principalmente o branco para a concentração de homicídios nos anos de pesquisa, isto quer dizer, nestes espaços várias pessoas foram perderam suas vidas, são os principias aglomerados de homicídios em Marituba.

Deve-se destacar que os crimes possuem elementos facilitadores, dentre eles a arma de fogo generalizada e principalmente comercializada com facilidade, tanto que é o principal meio para o cometimento dos crimes.

A arma de fogo, despontando ligeiramente sobre qualquer outro artefato, isto porque, seu uso geralmente é letal, além desse, outros meios também foram empregados. Para uma melhor representação dos instrumentos utilizados para realizar execuções, a tabela 04: meio empregado para cometimento de homicídios em Marituba, 2011 – 2013 contém os principais instrumentos utilizados para o cometimento dos homicídios:

Tabela 04: Meio empregado para o cometimento de homicídios em Marituba, 2011-2013.

Meio Empregado	2011	2012	2013	Geral	Valor em %
Arma De Fogo	89	66	70	225	77,85
Arma Cortante Ou Perfurante	9	17	12	38	13,15
Arma Contundente	6	5	2	13	4,50
Outros Meios	2	3	2	7	2,43
Sem Instrumento	3	0	3	6	2,07
Total Geral	109	91	89	289	100,00

Fonte: Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP) – Pará, 2014.  
Modificado por: ALVAREZ, W.P, 2014.

Como em destaque a tabela 04, a maioria das execuções ocorridas na série pesquisada ocorreram com uso de arma de fogo, isto deve-se basicamente pela possibilidade de desferir projeteis e causa grave lesão a vítima a um mínimo de distancia, qual exatamente impede na maioria dos casos qualquer tipo de reação, inclusive a fuga, não obstante as armas de fogo, permitem também o sequenciamento do disparo de projeteis pela simples ação mecânica sobre o gatilho.

O uso de arma de fogo permite o raciocínio de que as ocorrências não aconteceram de forma esporádica, relegado por acasos, pois as armas de fogo, são usadas para ações rápidas e dirigidas, onde basicamente a vítima deve ser pega desprevenida e, por isso, a reação seja mínima. As armas de fogo, além disso, permitem que o atirador cometa o crime mesmo distante, dependendo exclusivamente de sua pericia no uso da arma, além disso, geralmente nas periferias as execuções são feitas próximo da vítima, quase a “queima roupa”, quase sempre a distancias próximas a 5 (cinco) metros da vítima, quase sempre torna a vítima mais factível a ser alvejada pelo disparo. O emprego de arma de fogo no cometimento de crimes de homicídio é recorrente por sua portabilidade, permitindo o uso mesmo em estando no interior veículos em circulação, por isso, na periferia quase sempre os executores cometem seus crimes com apoio de carros e na maioria das vezes motocicletas, onde o garupeiro é o executor.

Segundo os dados disponibilizados pelo SISP, 77,85% dos crimes foram cometidos com uso de arma de fogo, bem como 80,62% (no acumulado de 2011 a 2013) das execuções são realizadas em áreas de livre circulação, ou seja, em via pública, isto corrobora para que o entendimento de que as execuções são realizadas sem o temor da vigilância institucional e da denúncia da comunidade. Em geral, são atos praticados contra inimigos em diversas situações de conflito, por isso, na maioria das vezes a violência letal é executada contra um indivíduo, este em grande maioria é executado nas proximidades de seu local de moradia ou de continua circulação, neste raciocínio, compreende-se que o executor ou os executores conhecem a rotina da vítima.

Para uma maior compreensão dos principais locais de ocorrência, apresentamos a seguir a tabela 05: local de ocorrência dos homicídios no município de Marituba em 2011 - 2013, esta apresenta os principais pontos de execução em Marituba, 2011 a 2013, nesta é possível constatar o número de ocorrência, bem como sua totalização.

Tabela 05: Local de ocorrência dos homicídios no município de Marituba em 2011 – 2013.

Local De Ocorrência	2011	2012	2013	Total Geral
Via Pública	93	70	70	233
Residência Particular	11	10	12	33
Outros	5	11	7	23
Total Geral	109	91	89	289

Fonte: Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP) – Pará, 2014.

Modificado por: ALVAREZ, W.P, 2014.

A tabela 05 apresenta o sequenciamento de homicídios em espaço público, praticados geralmente em áreas de livre circulação, principalmente nas ruas, estas se transformaram em locais inseguros, marcadas pelo contínuo derramamento de sangue. Ocorrem também homicídios em residências, estas em linhas gerais ocorrem pela dificuldade de encontrar as vítimas em espaços públicos, pois o custo de adentrar uma casa para cometer um crime se dá pela dificuldade da fuga e a possibilidade de reação. Em fim, a tabela 04 à ponta para uma violência praticamente sem limites, onde a rua é o principal local para cometimento de crimes, também demonstra o perigo e a insegurança mesmo quando em domicílio.

Como já destacado, há uma maior concentração de homicídios em espaços públicos, as vítimas na grande maioria dos casos são homens, quais em geral são jovens e com baixa escolaridade, por efeito, estes compõem o grupo mais suscetível de sofrer violência letal no município. Por isso, torna-se fundamental para uma análise profícua da violência homicida,

para isto, é preciso detalhar análise para fundamentar a abordagem e assim nos aproximar de um dos centros do problema social mais dilacerante e desorganizador da sociedade, é a violência.

Desta forma, apresentamos uma qualificação das vítimas de homicídio no presente município e proporcionar a análise das principais características das vítimas. A tabela 06: registro de vítimas de homicídios por sexo no município de Marituba, 2011 – 2013, onde é possível realizar um comparativo das vítimas por sexo nos anos de pesquisa.

Tabela 06: Registro de vítimas de homicídios por sexo no município de Marituba, 2011 – 2013.

Sexo	2011	2012	2013	Total Geral
Masculino	107	86	79	272
Feminino	2	5	10	17
Total Geral	109	91	89	289

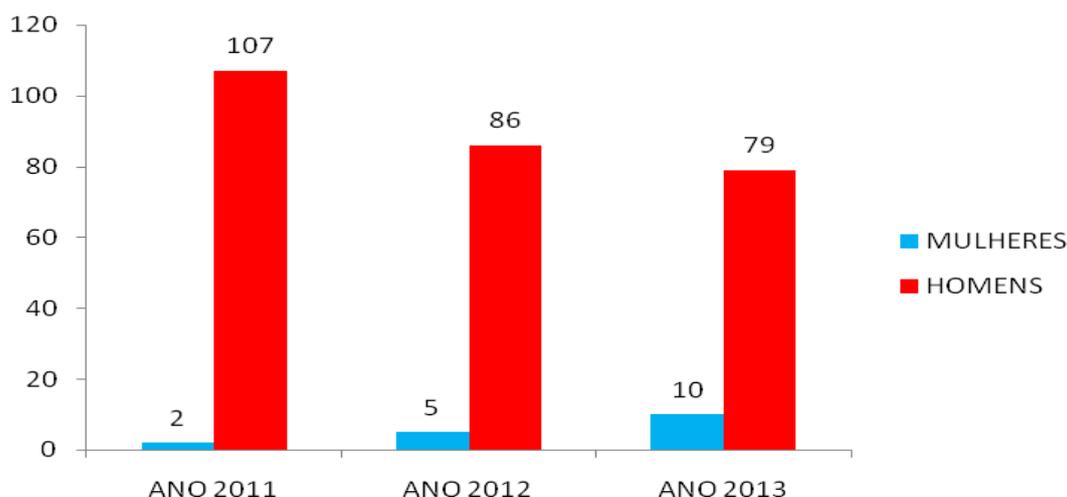
Fonte: Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP) – Pará, 2014.  
Modificado por: ALVAREZ, W.P, 2014.

A tabela 06 aponta de forma clara o grande número de pessoas do sexo masculino executadas no triênio de pesquisa, não obstante, os homens de maneira geral ano a após ano são as maiores vítimas de homicídio na periferia da cidade, porém a mesma tabela destaca o aumento do número de ocorrências onde mulheres são vítimas, pois o número de casos dobra a cada ano.

Mesmo acumulando um total de 272 execuções de pessoas do sexo masculino, acumulando 94,11% das vítimas nos três anos de pesquisa, estes de forma simplificada envolvem-se em maior número de conflitos, principalmente na periferia, onde milhares de conflitos ocorrem diariamente.

A tabela 06 apresenta um ligeiro crescimento do número de execuções sobre as mulheres, no comparativo entre 2011 e 2012, o número de execuções contra mulheres cresceu aproximadamente 150%, já em 2012 para 2013, com incremento de 10 vítimas de violência letal, houve um aumento significativo em relação a 2012, com 100% de crescimento e um acumulado no triênio de 250%, crescimento vertiginoso e que descreve a construção de novas relações sociais, onde as mulheres também estão inseridas. Para realçar o comparativo entre as vítimas de homicídio por sexo no município de Marituba, o gráfico 02, destaca a concentração de vítimas do sexo masculino, bem como indica o aumento da violência letal sobre as mulheres.

Gráfico 02: Execuções por sexo no município de Marituba, 2011 a 2013.



Fonte: Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP) – Pará, 2014.

É notável que a uma concentração de vítimas do sexo masculino, entretanto como deixa claro o gráfico 02 a continuidade e o aumento vertiginoso de homicídios de mulheres no município, revela o alinhamento das mulheres a conflitos e estratégias de sobrevivência quais deflagram toda sorte de rivalidades e rixas, por isso, o aumento de mulheres ligadas a atividades ilícitas se coaduna ao aumento de sua vitimização, porém os homens são maioria.

Sabe-se que os homens são as principais vítimas, porém é fundamental conhecer a idade das vítimas e sua condição educacional, isto é necessário para aprofundar o quadro geral de violência letal no município. Faz-se, por isso, imprescindível a descrição detalhada da idade das vítimas, para que seja possível compreender em que qual faixa etária está a maior quantidade de vítimas. O quadro 01: Vítimas por faixa etária no município de Marituba, 2011 a 2013; esta faz uma caracterização detalhada das vítimas quanto a sua faixa etária, bem como, torna possível a análise evolutiva destas ocorrências no triênio de pesquisa.

Quadro 01: Vítimas por faixa etária no município de Marituba, 2011 a 2013.

Ano	Criança	Adolescente	Adulto I	Adulto II, III, IV	Idoso	Não Informado
	0 a 11 anos	12 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 64 anos	65 anos ou mais	//
2011	0	14	43	48	1	3
2012	0	21	35	33	1	1
2013	1	16	32	38	2	0
<b>Total Geral</b>	<b>1</b>	<b>51</b>	<b>110</b>	<b>119</b>	<b>4</b>	<b>4</b>

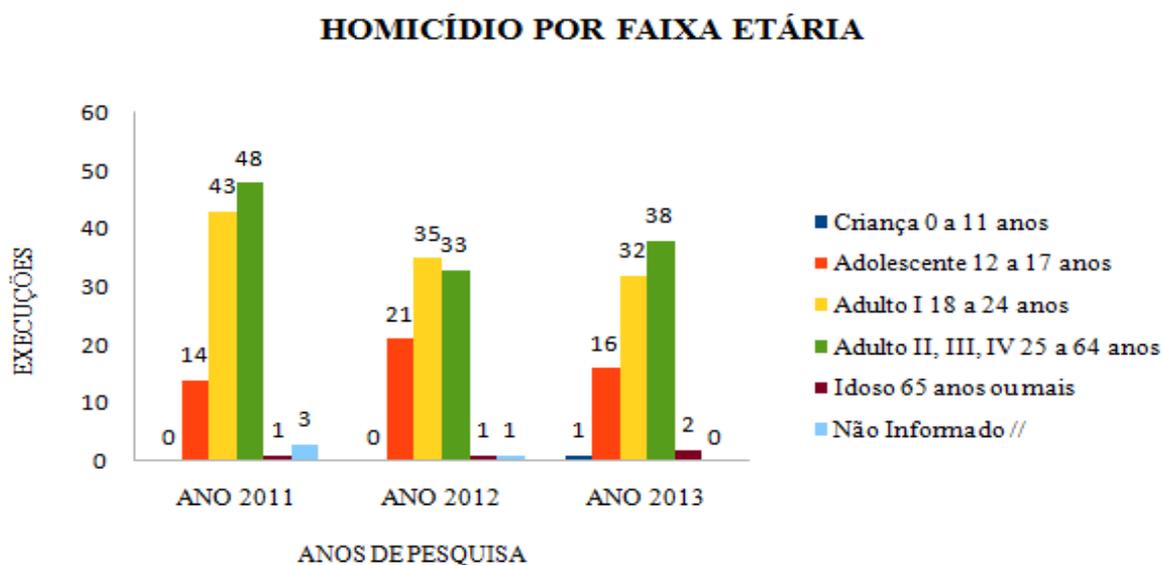
Fonte: Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP) – Pará, 2014.  
Modificado por: ALVAREZ, W.P, 2014.

O quadro 01 destaca a grande concentração de adolescente e adultos assinadas anualmente no município, sendo 51 (cinquenta e um) praticados contra adolescentes, correspondendo a 17,89% dos registros de homicídio e 110 (cento e dez) praticados contra adultos I, correspondendo a 38,06% até 2013. Verifica-se também uma elevada concentração de homicídios nas faixas agregadas: adulto II, III e IV, estas somadas apresentaram a maior concentração em relação a adolescentes e adulto I, entretanto é válido ratificar que a classe agregada é formada por indivíduos adultos que pela idade já tem experiência de vida, quais já viveram a necessidade de integração e afirmação, bem acredita-se que tenha conhecimento e racionalidade quanto as perspectivas, necessidades, obrigatoriedades e receios dos conflitos da vida social.

Mesmo havendo um maior número de execuções entre adultos II, chama atenção homicídios praticados contra crianças e idosos, mesmo em numero reduzido, se comparado com outras faixas etárias, pois nem mesmo a inocência dos mais novos e a experiência e fragilidade dos mais velhos é capaz de frear o ato ilegal e letal, pois a existência de vitimas de homicídios nestas faixas onde a possibilidade de defesa e reação é mínima, descreve o grande problema das periferias violentas, a inexistência de limites, isto parece submerso no estrondoso e complexo conflito social descrito diariamente nesta cidade.

Para clarear um pouco mais analise sobre as vitimas e suas faixas etárias, o gráfico 03: Vítimas de homicídio por faixa etária em Marituba, 2011 a 2013, dimensiona e ratifica a violência letal, permitindo em fim, a visualização da concentração dos homicídios.

Gráfico 03: Vítimas de homicídio por faixa etária em Marituba, 2011 a 2013.



Fonte: Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP) – Pará, 2014.

Assim como descreve o quadro 01, o gráfico 03 aponta a redução dos homicídios de maneira geral, porém ganha destaque a concentração de execuções na faixa adulta, principalmente na faixa que vai de 18 a 24 anos, com indivíduos recém-saídos da adolescência, estes fazem parte de um grupo que carece de referência, estão em fase de organização política e social, basicamente são emergentes no mercado de trabalho, estão em geral buscando algum tipo de afirmação.

Mesmo a faixa agregada adultos II, III, IV, que apresenta maior quantidade de ocorrências sua concentração se relaciona na soma das faixas que lhe estão agrupadas, outro sim, representa um grupo de indivíduos já vividos e com experiência, de maneira simplificada, essa grande elevação de homicídios ratifica a existência de conflitos e rixas diversas, relacionadas aos problemas e os intensos atritos com outros indivíduos em estratégias de sobrevivências homologas, ligadas diretamente ao circuito das atividades ilegais.

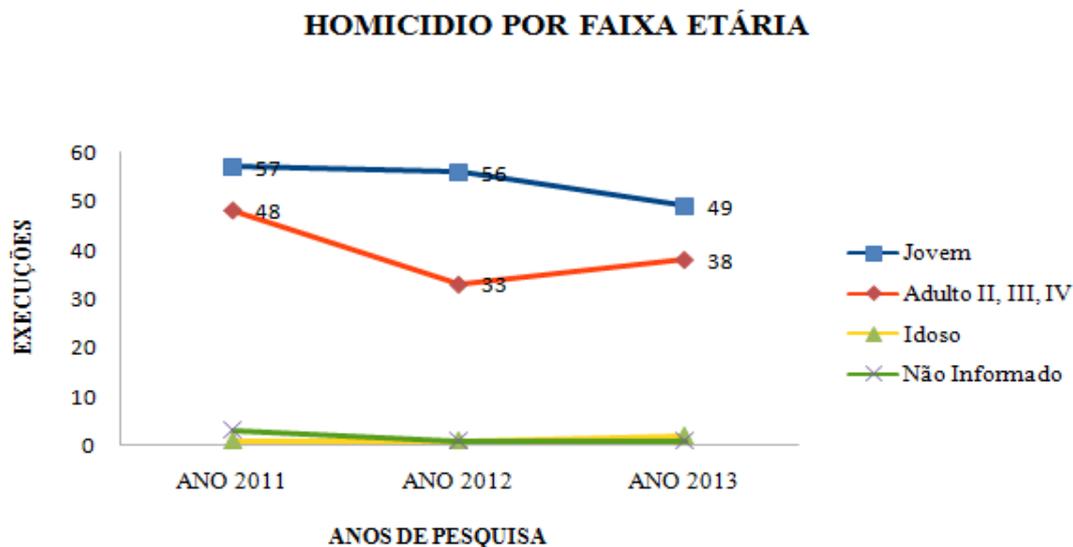
De forma singular as execuções descrevem um quadro de aterrador e medo que se adensa no dia a dia, principalmente na periferia Marituba, mesmo que os números apontem uma contínua redução do número de homicídios no município, a continuidade da violência letal mesmo que em menor número, promove o espaço periférico e seus habitantes a demonização, segregação política e social, o que conduz de maneira contundente a novos processos de retaliação e a novas formas de organização social, reconhecimento e socialização, estas podem de forma paulatina, apoiada na invisibilidade dos espaços em converter-se tensões e conflitos onde a manutenção da vida se delineia na mais básica estratégia de sobrevivência, a adaptação.

Vemos uma compilação da violência homicida como interligada a reprodução de da vida social na periferia, onde a violência é o grande norte, uma referência que interliga os diversos grupos sociais principalmente os mais vulneráveis, crianças, adolescentes e adultos até 24 (vinte e quatro) anos, quais mesmo inconscientemente reproduzem as insígnias da violência.

Por isso, verifica-se uma contínua vitimização de indivíduos ainda muito novos, em geral crianças, adolescentes e os adultos I, formando um agregado de indivíduos muito jovens, compondo um grupo frágil, basicamente em formação cognitiva e social, neste agregado, ou seja os mais jovens a maioria vítimas em Marituba. Para apresentação de dados agregados, unimos as faixas de crianças, adolescentes e adultos I, formando um agregado jovem, bem como, mante-se as outras faixas, a partir de então o gráfico 04: agregação de faixa

etária para vítimas de homicídio em Marituba, 2011 a 2013, este possibilita um comparativo particular entre as faixas, bem clarifica a concentração de ocorrência.

Gráfico 04: Agregação de faixa etária para vítimas de homicídio em Marituba, 2011 a 2013.



Fonte: Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP) – Pará, 2014.

O gráfico 04, destaca o numero elevado de execuções principalmente no agregado jovem: Criança, Adolescente e adulto I, este grupo concentra das 162 (cento e sessenta e dois) ocorrências, das 289 (duzentos e oitenta e nove), ou seja, uma concentração de 56,05% dos crimes de homicídio, vítimas que morreram antes de alcançar os 30 (trinta) anos de idade.

Os jovens vivenciam uma transição para vida adulta, por isso, apresentam-se inseguros e em certa medida agressivos, usam a violência e as características que a criminalidade imprime na periferia, como contato verbal, vestimenta, desenvoltura e malandragem (aqui entende-se como racionalidade com fim de manter-se congruente, participante e vivo, em fim adaptado) como caráter positivo, afim de habilitá-los ocupar um lugar no corpo social. Por isso, nos mais novos existem “transformações, além daquelas na anatomia e fisiologia corporal, também de natureza psicológica, muito especialmente o da busca de uma identidade individual, grupal e social” (SANTOS, 2007, p. 13). Os de homicídios registrados em Marituba ocorreram contra as populações mais jovens, este grupo mais do que os outros é mais suscetível a violência e, estão imersos em um complexo processo social de desorganização e desestabilização, são vítimas, e principais agressores.

Assim, mesmo que com uma considerável queda de casos de homicídios, destacada no decréscimo de 118(cento e dezoito) casos em 2011 para 89 (oitenta e nove) em 2013

representando uma conquista, vitória incomensurável, pois toda vida tem sua importância e é única, logo a redução dos casos de execução em 19(dezenove), revela o intenso labor do povo e do sistema de segurança em reforçar o patrulhamento e a vigilância nas ruas. Porém a redução, ainda não se verifica em segurança e mudança dos modos de vida na periferia da cidade, pois constata-se principalmente entre os carentes e mais jovens o poder aglutinador e sedutor da criminalidade e da violência, no que a sociabilidade, por isso, os 162 (cento e sessenta e dois) casos registrados no acumulado de 2011 a 2013 representam a inserção dos jovens em tensões e conflitos diuturnamente, configurando seu alinhamento degradante.

Ratificando, a regressão dos homicídios descritos anualmente, principalmente no grupo que concentra crianças, adolescentes e adultos I, representa uma conquista expressiva, regressão em 1 (um) caso de 2011 para 2012, e de 7 (sete) casos de 2012 a 2013, valor considerável e importante, por outro lado verifica-se o acréscimo de casos no aglomerado que abriga adultos II, II e IV, contraditoriamente, esta classe apresentou elevada regressão de 2011 a 2012 com queda em 15 (quinze) casos e um perigoso aumento de 5 (cinco) ocorrências de 2012 para 2013.

A Descrição dos dados revela uma concentração de vítimas com idades não superiores a 25 (vinte e cinco) anos, vitimização maior entre os mais jovens torna-se ainda mais contundente quando agrega-se a isto o grau de instrução, qual revela a vitimização dos menos instruídos. Como apresenta o quadro 02: vítimas de execução por sexo e grau de instrução no município de Marituba de 2011 – 2013, onde é possível verificar e analisar o grau de instrução e o sexo das vítimas.

Quadro 02: Vítimas de homicídios por sexo e grau de instrução no município de Marituba de 2011 a 2013.

Instrução	Fem	Masc	2011	Fem	Masc	2012	Fem	Masc	2013	Geral
Não Alfabetizado	0	2	2	0	0	0	0	0	0	2
Fundamental Incompleto	1	38	39	1	40	41	4	32	36	116
Fundamental Completo	0	11	11	0	5	5	0	8	8	24
Médio Incompleto	0	2	2	0	2	2	0	3	3	7
Médio Completo	0	3	3	0	7	7	2	5	7	17
Superior Incompleto	0	1	1	0	0	0	0	1	1	2
Superior Completo	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1
Não Informado	0	51	51	4	31	35	4	30	34	120
<b>Total Geral</b>	<b>1</b>	<b>108</b>	<b>109</b>	<b>5</b>	<b>86</b>	<b>91</b>	<b>10</b>	<b>79</b>	<b>89</b>	<b>289</b>

Fonte: Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP) – Pará, 2014.  
Modificado por: ALVAREZ, W.P, 2014.

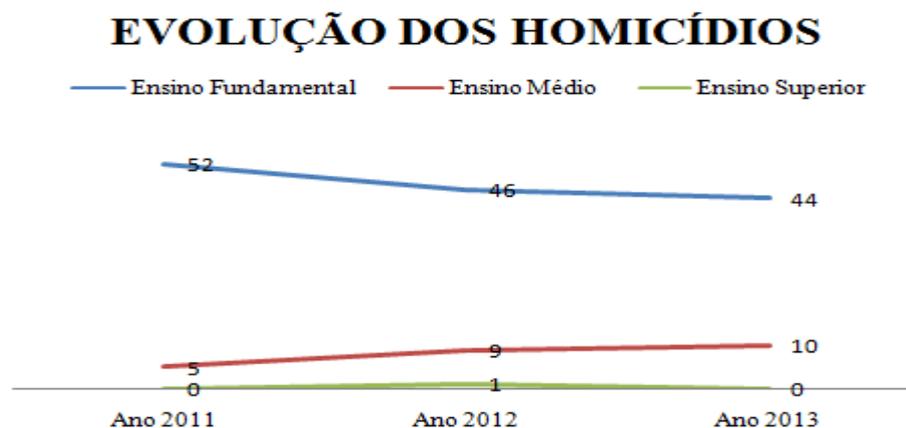
O quadro 02 apresenta novamente uma concentração de vítimas do sexo masculino, porém o maior chamado se dá no grau de instrução da maioria das vítimas, basicamente concentradas nos níveis mais elementares da educação. Estas vítimas basicamente são homens e pouco letrados, ou melhor, são pessoas do sexo masculino, com idade inferior a 25 (vinte cinco anos) e que tinham cursado somente o nível básico de educação.

Não por acaso a maioria das vítimas ainda não tinha concluído o ensino fundamental, em um total de 116 (cento e dezesseis) vítimas, em um universo de 169 vítimas com grau de instrução informado, as vítimas com nível fundamental incompleto corresponde a 68, 63% dos casos, ou seja, a maioria das vítimas de homicídios com grau de instrução informado tem baixa escolaridade.

Há também vítimas em outros graus de instrução, os não alfabetizados, os com ensino fundamental completo, ensino médio completo e incompleto, bem como, com nível superior completo e incompleto, entretanto, a maioria dos casos são descritos nos anos iniciais de formação, novamente no fundamental completo e no nível médio completo, por outro lado, pouquíssimas são as vítimas com grau superior, neste há um total de 3 (três), correspondendo um total de 1,77% das ocorrências com grau de instrução informado. A vitimização de pessoas com menores graus de instrução não descreve o acaso, isto, porque, são pessoas que não puderam desenvolver-se plenamente e que pela necessidade de sobreviver, vivem estratégias de sobrevivência que lhes coloca em proximidade com atividades ilegais e perigosas, geralmente em choque, de tal modo que, sua vivência tange a sobrevivência e isto replica a manutenção de diversas atividades e sociabilidades ligadas a atividades econômicas, e a vícios ligados diretamente a criminalidade e a violência.

Para aumentar a contundência torna-se necessário a agregação das diversas escolaridades, daí a junção do nível fundamental e a este agregar também os não alfabetizados, para em seguida fazer um comparativo entre os níveis médio e superior, para então criar o gráfico 05: evolução dos homicídios por grau de instrução em Marituba, 2011 a 2013, para que permita uma maior descrição das vítimas segundo a escolaridade.

Gráfico 05: Evolução dos homicídios por grau de instrução em Marituba, 2011 a 2013.



Fonte: Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP) – Pará, 2014.

O gráfico 05, nos apresenta uma regressão dos homicídios, entretanto apresenta uma concentração das vítimas no ensino fundamental completo, incompleto, bem como aqueles não alfabetizados. O perfil descrito se alinha a todos os anteriormente revelados, isto porque, em geral as vítimas são pessoas que habitam nos espaços menos desenvolvidos perímetro urbano da cidade, quais não oferecem bem-estar urbano IBEU (2013), além de possibilitar o desenvolvimento pleno de seus habitantes, basicamente estas áreas são reconhecidas como aglomerados subnormais IBGE (2010), não por acaso apresentam a maior concentração de vítimas, pois seu subdesenvolvimento afeta diretamente relações sociais, sociabilidade e a territorialidade.

Estas vítimas em geral são homens, cuja maioria dos casos encontra-se no limite dos 25 (vinte e cinco) anos, em geral estudaram somente o nível fundamental em 84,02% dos casos registrados com grau de instrução e foram vítimas de ações realizadas em espaços públicos, geralmente cometidos com uso de arma de fogo.

#### **4.3. Sociabilidade e Territorialidade no bairro Almir Gabriel.**

O relacionamento social em princípio é o elo primeiro organização e alinhamento com a comunidade que lhe absorve, compassadamente está lhe inculcará valores, necessidades e ações fundamentais para que possa ser integrado. Não obstante, este processo de integração e socialização se dá maneira lenta, basicamente ocorrendo no cotidiano, o grupo social se identifica e se territorializa em múltiplas formas, tornando o espaço do grupo ambiente contíguo, este, pois, se faz necessário para a ratificação das relações sociais que a priori

descrevem e ajudam a dar sentido a vida e os acontecimentos e as relações sociais presentes no conjunto vivo da sociedade.

Assim, as problemáticas apresentadas por determinadas comunidades se inserem por influencia na vida nos grupos, pois as questões gerais vividas no bairro como a desorganização familiar, o subdesenvolvimento educacional, a precarização do trabalho e renda fazem com que estes espaços qualifiquem a vida pela particularidade de seus problemas e desenvolvimento social, logo as problemáticas descritas fomentam o aparecimento de estratégias de sobrevivência congruentes com a realidade, possibilitando por isso, a racionalidade em sentido pleno, seja para sobrevivência ou para afirmação do individuo na trama social.

Isto é uma agregação, ratificação que aponta para as diversas realidades sociais no interior dos espaços urbanos, em especial nas comunidades periféricas marcadas pela criminalidade e pela violência letal como o bairro Almir Gabriel, tal que, a materialização e a continua depredação da vida social faça com estabeleçam a conjunção necessária para viabilização dos atos criminosos e violentos pelo medo e pela ausência do poder em escala de organização pessoal e grupal.

O contexto da vida social no bairro enlaça a comunidade e os indivíduos, pois, “A realidade da vida cotidiana é partilhada com outros” (BERGER; LUCKMANN, 1976, p 46), não por acaso, os espaços sociais como o bairro Almir Gabriel em Marituba, promove um coalizão de estratégias sociais, quais relacionam-se a similaridade das condições de vida, ai destacadas: família, trabalho, renda, lazer e educação, quais são fundam no complexo processo de identificação, relacionamento e sociabilidade , alinhados a realidade vivida na comunidade que lhe abriga.

Todo indivíduo nasce em uma estrutura social objetiva, dentro da qual encontra os outros significativos que se encarregam de sua socialização como a descrita por Machado (2004). Estes outros significativos são-lhe impostos. As definições dadas por estes à situação dele apresentam-se como a realidade objetiva. Desta maneira nasceu somente em uma estrutura social objetiva mas também em um mundo social objetivo. Os outros significados que estabelecem a mediação deste mundo para ele modificam o mundo no curso da mediação. Escolhem aspectos do mundo de acordo com sua própria localização na estrutura social e também em virtude de suas idiosincrasias individuais, cujo fundamento se encontra na biografia de cada um” (BERGER; LUCKMANN, 1976, p 176).

Mesmo na particularidade da vida de cada ser, sua conectividade a realidade social de sua comunidade, ou melhor, da sociedade, que de forma aguda alinha as práticas sociais às questões sociais também locais, daí suas experiências ser uma compilação das principais questões que particularizam a comunidade e o espaço social. Em desalinho, a combinação das relações espaço-sociais irradiam sobre a grande maioria a continuidade de suas principais características sociais, logo o grupo é uma combinação de indivíduos e que partilham realidade similares, esta sociabilidade é compartilhada, não por acaso “A realidade da vida cotidiana é partilhada com outros” (BERGER; LUCKMANN, 1976, p. 46).

Este compartilhamento é mais visível quando apresentado de maneira particular, destacando as características da sociedade local, que permita o entendimento das relações sociais e suas problemáticas, essencialmente o que couber a violência urbana, particularizada na violência letal, homicida.

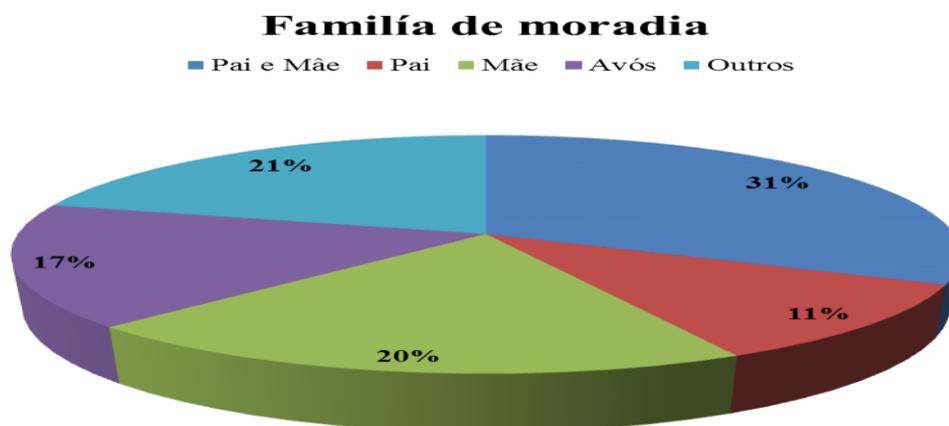
Deste modo, expomos alguns dados referentes a 110 (cento e dez) questionários aplicados com jovens de 12 a 26 anos, no bairro Almir Gabriel de 2013 a 2014, qual tem aproximadamente população de 12.512 habitantes (IBGE, 2010), todos vivendo em aglomerados subnormais, demonstrando de maneira singular algumas problemáticas sociais ligadas a educação, família e a sociabilidade.

Nos questionários, constatamos que 60,95% dos jovens vão a escola normalmente, em contrapartida, 39,05% não vão ou vão esporadicamente, não por acaso, a porcentagem de jovens que convivem com a família o tempo que não estão na escola sofre uma redução, em torno de 32,5% ficam em casa com a família, outros 10% fazem outra atividade educacional, 22,5% estão na rua, trabalham 24,16%, 10,83% estão em momento de lazer. Certo que 67,5% quando fora da escola não estão em casa em companhia de seus familiares, ou seja, estão na rua, trabalho local ou atividades de lazer, são nestes momentos, incluídos o tempo na escola que ocorrem os principais processos de identificação, relacionamento e sociabilidade, próprios da sociedade local.

A partir dos questionários, percebemos a fragmentação do núcleo familiar no bairro, cada vez mais dividida na quantidade de indivíduos, famílias com pai e mãe juntos, corresponderam 38 afirmações, que vivem com seus pais, ou seja, 31,66%. Não raro, muitas crianças, adolescentes e indivíduos adultos até 26 anos vivem somente com um dos pais, ou avós ou são agregados por tios, vizinhos, etc. Assim, o número percentual de indivíduos que vivem somente com a mãe 20%, com pai 10,83%, avós 16,66% e com outras pessoas é 20,83%, sem mais 68,34% vivem e tem sua formação social e moral sem os pais em sentido

pleno. Para uma melhor representação o gráfico 06: núcleo familiar no bairro Almir Gabriel, 2011 a 2013, descreve a dispersão da família.

Gráfico 06 - Núcleo familiar no bairro Almir Gabriel, 2011 a 2013.



Fonte: Pesquisa de campo, 2013-2014.

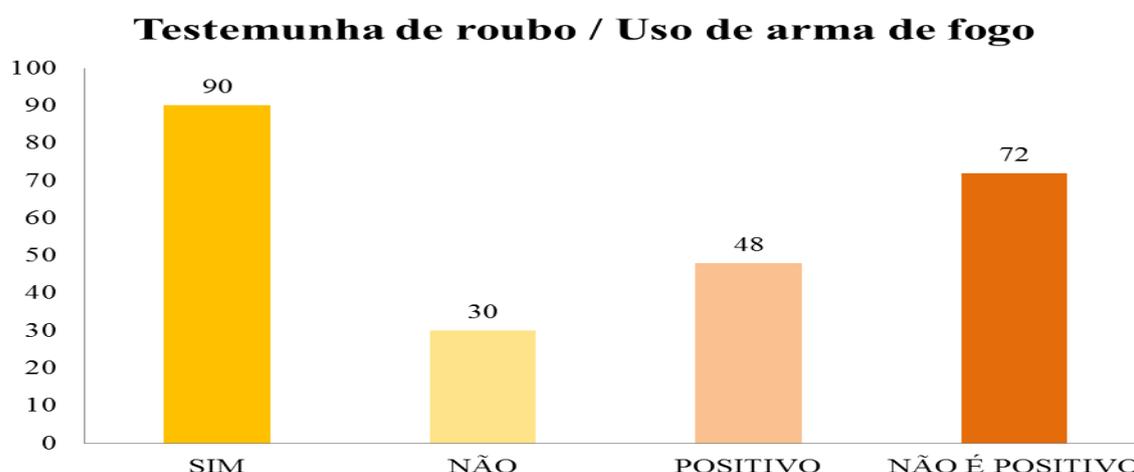
Elaboração: ALVAREZ, W. P. 2015.

Sabe-se quanto é importante a presença ativa da família, desta forma a descobrimos que 55% dos indivíduos gosta de ficar com seus familiares, não obstante 45% afirmam gosta de ficar na rua com seus colegas, contra a maioria gosta de ficar em casa, isto é de suma importância, o contato com a família é condição fundamental para a organização da vida, a percepção das diferenças sociais, bem como a descoberto de sua posição na sociedade que lhe abriga. Isto porque, a rua é sinal de medo e problema, ela converteu-se de espaço para convivência, socialização e identificação, para espaço do medo, das ações criminosas, local típico do cometimento de crimes, especialmente roubos e homicídios.

Como é essencialmente frequentar os diversos espaços do bairro, bem como reconhecendo que a violência assola o bairro, 75% dos indivíduos já presenciaram alguém sendo vítima de roubo no Bairro, crime gera muito temor, pois em geral é cometido com uso de arma de fogo ou grave ameaça, intimidando qualquer tipo de reação por parte da vítima, assim em geral não é possível correr, olhar o criminoso ou mesmo reagir, pois a arma, atemoriza e justifica o silêncio da vítima e de possíveis testemunhas. Isto justificaria o temor pela arma de fogo e sua possível ojeriza, pois a violência não vitimiza somente os que sofrem o ato criminoso, mas toda comunidade é afetada, isto geralmente modifica a rotina e as relações sociais.

Porém 72 (setenta e dois) indivíduos acreditam que andar com uma arma de fogo é terrível e perigoso, correspondendo a 60%, que não andaria armados mesmo que pudessem, em contrapartida, 48 (quarenta e oito) afirmaram ser legal e se pudessem andariam armados, totalizando 40%, que andariam armados mesmo que isso signifique perigo, isso quer dizer, mesmo que pudessem ser confundidos com bandidos de seu bairro por parte da polícia, ou então que os criminosos de seu bairro o confundissem com policiais. O gráfico 07: testemunhas de roubo e uso de arma de fogo no bairro Almir Gabriel, 2013 a 2014, apresenta quantificação e comparação das perguntas de número 7 (sete) e 8 (oito) do questionário, bem como seu relacionamento.

Gráfico 07: Testemunhas de roubo e uso de arma de fogo no bairro Almir Gabriel, 2013 a 2014.



Fonte: Pesquisa de campo, 2013-2014.

Elaboração: ALVAREZ, W. P. 2015.

O que se desprende do gráfico 07, que a grande maioria já presenciara um roubo, este ato ilícito e agravado pela ameaça causa repugnância e aversão a qualquer atitude similar, por isso, é compreensível que também a grande maioria não considere positivo o uso de arma de fogo.

Na contramão da indignação, da revolta e do medo que modificam as relações sociais nos espaços onde a violência atinge todos os indivíduos não importando classe social e gênero, o questionário testificou que a maioria dos jovens não vê estranhamento em manusear arma de fogo, experiência possível na particularidade de sua comunidade, neste caso o bairro Almir Gabriel, sua singularidade promoveu aos jovens o contato direto e também indireto com armas de fogo.

Os jovens não estranham a operação e uso de uma arma de fogo, isto porque ela é mencionada em todos os cantos deste espaço, por isso, 70% dos jovens já obtiverem algum

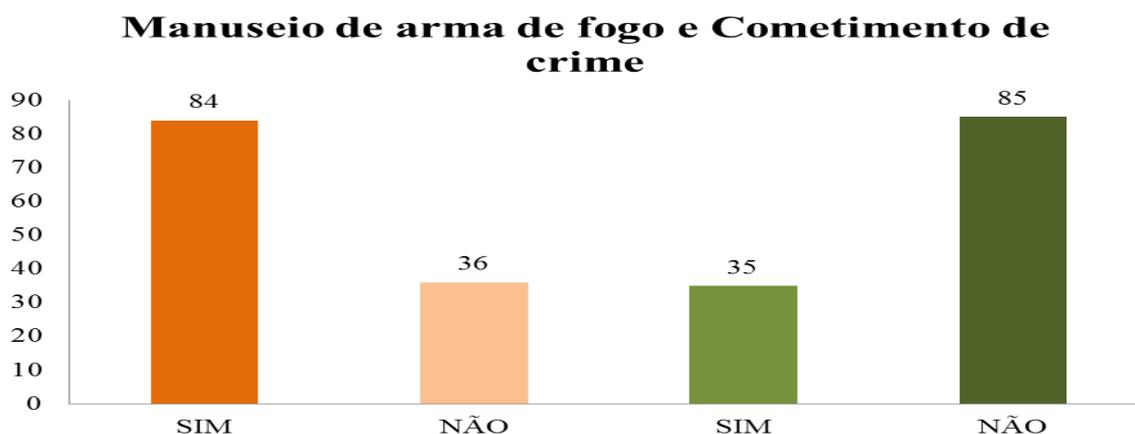
tipo de contato de arma de fogo, o que é contraditório e sem paralelo, isto resplandece a confusão de sentimentos, relacionado a desagregação da racionalidade frente as consequências que as relações sociais notadamente degradadas pela insalubridade deste espaço e pela manifestação da criminalidade e da violência.

Verifica-se a complexidade das relações sociais cunhadas nos espaços onde o crime e a violência letal são comuns e que perturbam a racionalidade e, que ativa nos integrantes deste bairro um contínuo processo de reorganização da vida e de estratégia de sobrevivência, um necessário reajustamento das estratégias de organização sociais, relacionamento, identificação, sociabilidade e conseqüentemente e, conseqüentemente, uma reengulação das ações com vista a territorialização e a hegemonização na coletividade.

Tal complexidade se manifesta na não aceitação de amigos que praticam atividades criminosas, isto é, não aceitam e não acreditam que seja de alguma forma positivo uma ação delituosa, pois 70,83% não concordam com atitudes de seus amigos, o que mais uma vez demonstra a complexidade da vida social no bairro.

Mais uma vez, destaca-se a contradição existente, isto porque, a grande maioria já manuseou algum tipo de arma de fogo, ou seja, já sentiu o peso da arma, percebeu as características da munição, assim como é possível que possa ter atirado a esmo. Complexo, pois os mesmos não cometeriam crime, bem como não aceitam as atitudes de seus colegas que praticam o ato ilícito de roubar. Para apresentar um comparativo entre estas afirmações o gráfico 08: manuseio de arma de fogo e cometimento de crime no bairro Almir Gabriel, 2013 – 2014, dimensionando a contradição e a complexidade da sociabilidade no bairro em questão.

Gráfico 08: Manuseio de arma de fogo e cometimento de crime no bairro Almir Gabriel, 2013 – 2014.



Fonte: Pesquisa de campo, 2013-2014.

Elaboração: ALVAREZ, W. P. 2015.

Contraditoriamente a maioria já manuseou arma de fogo, mesmo não concordando com ações criminosas, isto pode ocorrer devido à aproximação destes com indivíduos que comentem este tipo de prática ilegal.

A verificação a seguir descreve a crença de que amigos que praticam algum tipo de atividade de delituosa, principalmente o crime de roubo, geralmente com uso de arma de fogo ou com grave ameaça, pois 54,16%, creem que estes indivíduos são respeitados, conhecidos e temidos, ou mais, são referencia de valentia e que por isso, são destemidos.

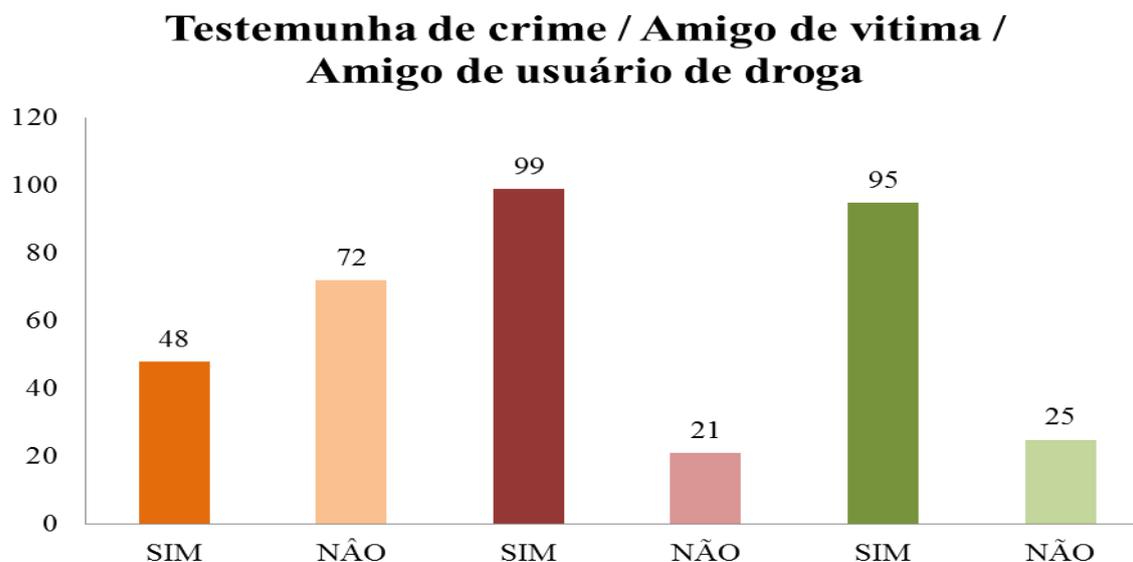
Muitos indivíduos não aceitem de forma alguma a pratica delituosa de seus colegas, e por isso, não acreditam que isto possa de alguma forma fazer com que eles fiquem temidos, respeitados ou que se tornem referencia social, em seu ponto de vista, eles geralmente atraem para si desconfiança, por isso, são geralmente as principais vitimas de ações criminosas e violentas, bem como estão sempre passíveis de alguma ação policial.

Ainda segundo o questionário, 67,5% dos indivíduos responderam não roubariam mesmo que tivessem oportunidade, outrossim, 32,5% com certeza roubariam caso tivessem oportunidade, ou melhor, praticariam sim o crime de roubo, mesmo sabendo das consequências desastrosas desse ato. Isto em alinham gerais demonstra as diversas formas de socialização, identificação e territorialização existentes no bairro Almir Gabriel.

Uma das ocorrências mais comuns no bairro Almir Gabriel é a realização de algum tipo de atividade ilegal, assim como ser vitima ou conhecer alguém que foi de violência, principalmente a cometida com vista à extinção da vida, não é exceção, e sim fato de acerto comum, já que ao longo dos anos vários foram os casos de homicídio, tanto que 40% destes responderam que já presenciaram alguém sendo assassinado, isto quer dizer, que este cidadão presenciou o momento em que uma vida era tirada, fundamentalmente descreve a banalidade da violência homicida no bairro.

Tal problemática é ampliada quando 82,5% afirmam que já perderam algum amigo ou conhecido vitima de violência letal no bairro, a isto soma-se os 79,81% que conhecem alguém que faz uso de algum tipo droga ilícita como a maconha, a cocaína ou o crack. Dado terrível, que demonstra a livre circulação e comercialização de drogas no bairro, qual também é fator de organização e desorganização da sociedade local. O gráfico 09: Testemunha de crime, amigo de vitima e amigo de usuário de drogas respectivamente, permite mensurar e estabelecer comparativo entre eles, afim de permitir melhor compreensão.

Gráfico 09: Testemunha de crime, amigo de vítima e amigo de usuário de drogas.



Fonte: Pesquisa de campo, 2013-2014.

Elaboração: ALVAREZ, W. P. 2015.

O gráfico 09, aponta o considerável número de pessoas que já presenciaram um ato de violência letal, 48 (quarenta e oito) são testemunhas de crime, da mesma forma 99 (noventa e nove) afirmam que já tiveram amigos ou conhecidos que foram vítimas de homicídios e finalmente, 95 (noventa e cinco) têm amigos ou conhecidos que fazem uso contínuo de drogas ilegais. Os dados demonstram a complexidade das relações estabelecidas no Bairro Almir Gabriel, seus habitantes vivem a necessidade de se adaptarem a realidade violenta e a ações criminosas, quais são marcas de uma ordem social de intolerância e desrespeito as normas legais, fruto de um processo de sociabilidade que conduz de forma gradativa a inserção na complexa malha signos e significados da criminalidade e da violência

Mesmo verificando grande intolerância a violência e a criminalidade, percebemos também que o contato diário e o contínuo de sociabilidade, pode fazer com que haja retificação de opiniões e sentimentos, isto porque é preciso sociabilizar-se para fazer parte do grupo e principalmente se territorializar para tornar-se hegemônico de sua própria vida.

#### **4.4. O Poder e a Territorialidade Violenta.**

Diz-se que um ato de violência é uma descrição fiel da ação de um poder qual não se pode fugir ou reagir sem graves consequências, por isso, muitos fazem relação do cometimento de um crime, realizado com grave ameaça, com uma ação de poder,

relacionando a prática da violência com a posse de um instrumento de persuasão, o que na maioria das vezes é uma arma de fogo.

A crença de que a violência é um ato de poder, confunde e complica ainda mais qualquer apreensão sobre a violência, bem como lhe encobre e faz de sua análise ainda mais complexa, deixando ainda mais confuso sua irracionalidade operativa e reativa, sobre Ianni (2004) argumenta que:

Sob vários aspectos, os atos de violência revelam aspectos recônditos, insuspeitados e fundamentais de como se formam e transformam os jogos de forças sociais, as tramas das formas de sociabilidade, levando indivíduos e coletividades como um vendaval em fúria. (IANNI, 2004, p. 169)

Não é o acaso que faz com a que vivencia no bairro Almir Gabriel seja baseada em uma incessante luta pela sobrevivência ligada a necessária acomodação das relações sociais, quais devem ser compreendidas por meio das práticas cotidianas, em paralelo, o uso da violência para resolução de problemas e conflitos, representa a precarização do sistema de valores e normativas sociais, pois a fúria e a reação são as principais formas de ação frente a grande violência instalada que diariamente mostra uma nova face, nas vítimas e executores. Logo sua contínua manifestação altera as formas de identificação e organização espacial, uma vez que:

Um dos aspectos mais perversos desse processo é a corrosão da capacidade das pessoas para conviver, devido ao medo, à desconfiança, à restrição da mobilidade em certos locais do espaço urbano, comprometendo assim a institucionalização de mecanismos de autocontrole e de controle externo. (FILHO; MARINHO, 2007, p. 177)

Os problemas de infraestrutura, segregação e o subdesenvolvimento, somados a violência em geral eclodem em protestos e insurreições populares, por efeito, proporcionam a interferência e a consequente reação das forças públicas de Estado, principalmente segurança pública, no sentido de devolver a paz e a ordem social anteriormente perdida, destarte, o aparato policial em sua geral é uma externalidade que tenta se territorializar, de forma a ordenar e fiscalizar as relações sociais.

O espaço social é dividido, com territórios em múltiplas escalas de ação e organização, então “(...) vive-se concomitantemente uma multiplicidade de escalas, numa simultaneidade atroz de eventos, vivenciam-se também, ao mesmo tempo, múltiplos territórios”

(HAESBAERT, 1996, p. 35). Por isso a ação policial é delicada, podendo proporcionar ainda mais acirramento e segregação, fomentando a particularização do grupo.

Cria-se a possibilidade da retomada e principalmente da reinvenção da segurança em todos os níveis, de modo que pareça um grande sistema de vigilância onde todos são elementos de proteção e desconfiança, onde “Tudo está protegido, vigiado e aprisionado, de tal modo, que todos têm a certeza e a ilusão da segurança e da insegurança” (IANNI, 2004, p. 196).

A cotidianidade expressa da violência, a notificação de casos sem fim, põe ao chão toda estratégia que se preze organizadora e prestadora de ordem e segurança, mesmo com o labor diuturno de policiais e um serviço sem fim. Por isso, a violência denigre e é promotora de racionalidade, perigosa também, pois imprime, nos espaços marcados pela violência como o bairro Almir Gabriel, onde a ação relacionada é com a reconquista da ordem perdida, um equivoco de preço incalculável, por efeito:

A violência está presente e evidente, escondida e latente, em muitos lugares, nos mais diversos setores da vida social, envolvendo indivíduos e coletividades, objetividades e subjetividades. É um fenômeno eminentemente histórico, no sentido de que se constitui no curso dos modos de organização social e técnica do trabalho e da produção, das formas de sociabilidade e dos jogos de forças sociais. Pode atingir um indivíduo isolado ou uma coletividade inteira, selecionar uns e esquecer outros. (IANNI, 2004, p. 174)

O sufrágio deste problema é a aparição de uma ordem por meio de um longo processo de integração da criminalidade e da violência nas praticas diárias, transformou estas em forma de sociabilidade, reconhecimento e identidade, tal como apontam os questionários, na contradição e negação da violência, margeada pelo contato com armas de fogo, drogas e a violência homicida.

A aproximação dos mais jovens da criminalidade no bairro, se dá pela necessidade de se socializar com os que lhe envolvem, assim este bairro não se verifica um recrutamento de indivíduos por grupos criminosos para interliga-los ao circuito da droga, há sim um paulatino processo de introdução e socialização de elementos que fazem parte do mundo do crime, tal que:

Ao se apresentar ai, no entanto, cada grupo o faz segundo seus signos de referência, que são, ao mesmo tempo, excludentes dos demais, de modo que seria impossível imaginar o estabelecimento de matrizes interconectadas que associassem códigos sociais a determinados territórios urbanos. Nem só em guetos, portanto, cria-se segmentação. Mesmo que dispersos em uma área geográfica e sem a conotação explícita da segregação, podem-se formar grupos como o vestuário, o código verbal,

as aspirações sociais etc., são em geral, grupos que detêm algum tipo de privilégio social e, portanto, não necessariamente restringem seu confinamento a determinados sítios espaciais. Seus atributos permitem não só uma controlada e relativa dispersão espacial, como também indicam que esta dispersão constitui a própria afirmação de seu prestígio. (HAESBAERT, 2012, p. 94 -95)

A violência e sua respectiva ampliação relaciona-se a grande problemáticas sociais, onde principalmente os mais jovens, indivíduos entre 12 e 26 anos são os mais vitimados, sua vulnerabilidade em termos gerais se apresenta por sua indisponibilidade de desenvolvimento, promoção de suas necessidades fundamentais, bem como sua formação ética e moral, por isso a violência que desta é uma ação de fraqueza, logo “essa violência por si mesma resulta em impotência” (ARENDRT, 2009, p. 72). Isso corrobora para a afirmação de que o jovem age com violência pela carência geral, isto lhe distancia das práticas diretivas que o poder possibilita não que se verifique sua ausência, pois seria impossível, em alguma escala este age utilizando a coordenação, liderança e influência que o poder permite.

Correlacionado a isso, o poder relaciona-se a questões de influência, regulação e organização, não estabelece conectivo a violência, tal oposição descreve um problema conceitual e prático, visto que a violência se delinea pela ausência ou extinção do poder, logo seria plausível que a violência não proporciona a formação de identidades territoriais. Entretanto, o ato violento é fruto de uma longa deflagração de desvalorização e desrespeito a cidadania, é uma manifestação temporária, ocorrida de forma tempestiva, esta não constitui ideologia, tão pouco proporciona formação de lideranças territorial no bairro.

Logo o território, em sua perspectiva múltipla e relacional, não se amarra na formação de um território zonal, cujos limites são bem definidos, outro sim, a identidade construída no relacionamento complexo do crime, violência, medo e a necessidade de resistir, constitui o laço que une elevado numero de indivíduos que se relacionam no bairro desenvolvendo suas estratégias sobrevivência, tal que a territorialidade seja a forma particular de relacionamento e identificação com a comunidade, ratificando em ciclos as vivencias e as praticas. Por isso, um individuo socializa-se em diversos termos, educacionais, esportivos e culturais, porém, neste espaço, a necessidade de territorialização faz que haja o já descrito paulatino incutimento da criminalidade e da violência.

Destarte, o processo de territorialização onde a violência é um dos principais elos, ocorre após longo processo de organização social e espacial da criminalidade e da violência no bairro, proporcionando neste inúmeras territorialidades, pois não é em si o território que causa violência, mas é pela necessidade de se territorializa que um individuo aproxima-se dos

signos do crime e da conseqüente violência, isto contribui para compreensão da violência reinante no bairro como conseqüência social de um longo processo de desconstrução e ausência de poder, na escala de Estado e indivíduo.

A violência se realiza pela ação de seus instrumentos de persuasão, logo poder e violência são opostos, da complexidade humana, deste jeito, “Nem a violência nem o poder são fenômenos naturais, isto é, uma manifestação de um processo vital; eles pertencem ao âmbito político dos negócios humanos, cuja qualidade essencialmente humana é garantida pela faculdade do homem para agir, a habilidade para começar de novo” (ARENDR, 2009, p. 103).

Se a violência está dia a pós dia desorganizando a vida social em sentido pleno, ela é fruto da desarticulação do poder em suas diversas esferas sociais, tal que a depredação do pilar saúde, educação e segurança se traduzem em desestabilização sociais, qual conduz ao desalinhamento das normais gerais, daí o poder perde seu sentido e conexão com as diversas instância sociais, isto posto para a firmar que “A violência aparece onde o poder está em risco, mas, deixada a seu próprio curso, conduz à desapropriação do poder” (ARENDR, 2009, p. 74).

Assim, a violência é uma manifestação social da desagregação, da ineficácia aplicativa do sistema organizacional, no que tange a organização e o pleno desenvolvimento dos espaços no sentido de dar maior qualidade de vida e possibilitar que seus habitantes se desenvolvam a medida de suas possibilidades.

A territorialidade violenta é a forma de integração sócio-espacial, onde os indivíduos por meio de uma complexa rede de sociabilidade, identificação e empatia, fazem de determinados espaços seus núcleos de vida e organização, de modo que, agem de forma coincidente as relações sociais particulares a este espaço, por efeito, a violência é produto desta territorialidade, que por meio desta, é inserido em relações e conflitos, tais são resolvidos pela eliminação do opositor. Por isso o território, a necessidade de integração e reconhecimento sócio-espacial, faz deste, o emblemático nascedouro da violência no bairro.

O insucesso e a voracidade das lutas sociais fazem do bairro um amontoado de sobreviventes, agregação de indivíduos que partilham as carências e a resistência. Por isso, a territorialidade violenta é a integração, o passaporte, para uma vida curta, criminosa e violenta.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na grande maioria das abordagens sobre a violência, principalmente a sua bifurcação a ações de grave ameaça ou a letalidade, vincula-se a violência e suas ações a ligações diretas com algum tipo de atividade criminosa, na maioria das vezes, ligadas de forma direta ao comércio das drogas ilegais ou em consequência dela.

A droga na maioria das abordagens sobre a violência é apresentada como fator preponderante para que ações ilegais sejam realizadas em determinado espaço, cotidianamente, esta relação é apresentada para justificar a elevação dos crimes de roubo e furto como e principalmente aos crimes de homicídio, que por sua característica peculiar deflagra o drama, o medo e a comoção social, isto, pois, é cometido de forma a inibir qualquer reação, são as típicas execuções, ou o popular acerto de contas.

A força das afirmações que reproduzem a relação direta do conflito pela hegemonização do comércio de drogas ilícitas, e de suas articulações ao mundo das armas de fogo, sabe-se que, o grande número de pontos de comercialização e o conflito existente entre os comerciantes tem por consequência a ocorrência de violência letal, isto porque, verifica-se a constância do uso da violência para resolução de conflitos, esta é o cerne para questão da violência no território municipal, porém, a aproximação e o entendimento de que esta seja uma consequência do conflito entre traficantes, obscurece a complexidade da violência, bem como, inviabiliza o entendimento da particularidade de sua realização e espacialização.

Por isso, tem-se a necessidade de divergir e concorrer a um novo entendimento, para isso, as relações sociais são fundamentais para compreender a complexidade da violência, de maneira em estabelecer um paralelo entre a prática delitiva e a particularidade dos espaços e de suas conflitantes, e peculiaridades nas relações sociais.

A singularidade das relações sociais é por consequência reverberações da ordem que gerou os espaços, a periferia e sua particularidade, apresentam-se como manifestação de um longo processo de organização da vida social com intuito de proporcionar a manutenção do sistema de produção e organização social. A constituição da periferia deve por correspondência, promover a revitalização e retificação da ordem social geral, tal que, politicamente e economicamente revigore e reproduza as relações de produção e a manutenção da ordem.

No espaço periférico, a constituição das relações sociais e suas prováveis reflexões na vida tem grande destaque na construção estratégias de organização, sociabilidade e

sobrevivência, por efeito, o Bairro Almir Gabriel, constitui de forma contundente exemplo de ordenação que promoveu a origem e insalubridade, por consequência, o Bairro Almir Gabriel, contraditoriamente é manifestação do clamor social por espaço, principalmente pela necessidade de moradia, onde nem mesmo a insalubridade da vida, ou seja a falta de infraestrutura e possibilidade de desenvolvimento é força capaz de inviabilizar a construção social do espaço e da vida.

A vida social e sua representação em forma de espaço manifesta no bairro, bem como no município de Marituba os conflitos e contradições inerentes a forma de gestão do espaço, seu uso e reprodução, tal que, principalmente a periferia, materializada em aglomerados anormais: favelas, periferias, invasões ou baixadas, são marcas da gestão da diferença.

A diferença, organização, e a necessidade de sobrevivência produzem formas de relacionamento social que conectadas as ordens que fomentaram a formação do espaço periférico, impulsionam o poderoso processo de organização e alicerçamento de estratégias sociais de sobrevivência, onde agir de forma ilegal para a conquista diária da sobrevivência é mais importantes e tem maior valor social que o respaldo legal de respeito e zelo pela ordem estabelecida, de certo, fortemente ideológica e classista.

Pois se se vive um progressivo processo adaptativo, pela visível estratificação e seleção de punidos e culpados no âmbito das regulações gerais, ainda sim, é palpável compreender a gama de indivíduos agindo e reproduzindo vidas e relações tidas como ilegais, por isso, na periferia as relações sociais tendem para flexibilidade e compreensão das necessidades, conectadas a isso, compreende-se as determinações e ilegalidades invisíveis na ordem que levou milhares de pessoas a aglomerar-se pela necessidade e insalubridade dos espaços. Isto propicia a formação de estratégia de organização, identificação e empatia nos ambientes criados na legalidade, sem a equidade das ordens e dos direitos, neste sentido, toda a complexa rede relações e suas manifestações em formas de problemas sociais, políticos, econômicos e ambientais são antes reflexos da gestão desumana e racional de organização da produção e desorganização social, isto quer dizer, a manutenção e a readequação do aparato político e econômico determinaram a forma e as relações sociais na vida periférica, por isso, o que transborda a periferia certamente inundará o centro.

Neste sentido, os acasos se limitam, forma que não se justifica a compreensão dos problemas sociais que afetam as cidades, bairros ou vilas, se a violência em curso petrifica a razão social, certamente, sua concretude e rigidez constata a o endurecimento do subdesenvolvimento, a sobreposição dos poderes e a invasão estrangulam-te do espaço por

ação do Estado, que diariamente incute ações re-organização e manutenção da ordem, bem como se afasta, constrangedoramente de ações para justiça social e equidade mínima.

Na periferia, não há espaço para fraqueza e desinteresse, mesmo para um cidadão de praticas ilegais, é necessário longo curso de adaptação, relacionamento, hegemonização e territorialidade, para produção de ações legais ou ilegais. Para construção do crime, seja ele assassinato, roubo ou venda de produtos piratas, faz-se preciso aceitação, reconhecimento e necessidade e ou intimidação, fundamentalmente é imperioso que o indivíduo por meio de seus nortes, reconheça em um estilo de vida sua própria vida, após ocorre integração e a ilegalidade, feito isso não haverá retorno, pois perdão e recondução da vida nos espaços marcados por ações ilegais, criminosas, mesmo sangrentas é quase inviável.

Por isso, as ações descritas culminam com a formação de um ambiente de disputas, de conflitos e de processos de hegemonização, pois a verificação de agitações e sua materialização em crimes, demonstra a efervescência de disputas, de organizações e principalmente de conflitos de hegemonização e por consequência territorialidade, por isso, os crimes descritos como feitos contra o patrimônio, especialmente o roubo compreender um estágio menor e adaptativo a nova gama de ações ilegais ainda vindouras. Neste sentido, as manchas e o sangue derramado diariamente na periferia não são em si fatos construídos dentro dos ciclos de hegemonização do trafico ou de outra ordem criminosa, os aglomerados de execução são representações da ultima instancia dos processos de hegemonização, sociabilidade e principalmente territorialidade.

Os aglomerados de execução são representações espaciais da violência continua, desorganizada, porém conflitiva, alinhavada nas desconstruções dos valores sociais, na desorganização da família, no contato intimo com a violência e seu estabelecimento na organização da vida diária como ocorre no Bairro Almir Gabriel, e que faz desse um exemplo comum das insalubridades locais, da desordem sócio-espacial e da violência letal.

Por isso, a vida na periferia é insalubre, as relações sociais em geral estão em franco processo de transformação, passando das manifestações comuns de reconhecimento, empatia e vizinhança, para o distanciamento e intolerância. A violência que assola a periferia, e particularmente o bairro Almir Gabriel é manifestação da própria degradação da comunidade e do espaço, pois, as atitudes violentas, mais especificamente, os homicídios são acontecimentos derivados da desestabilidade social e do subdesenvolvimento da comunidade em geral.

A territorialidade violenta é então um processo de integração sócio-espacial, devendo ser combatida, a partir de ações de desenvolvimento social com justiça e equidade, estas devem possibilitar a reconstrução das relações sociais e o desenvolvimento econômico que permita elevações sociais. Por outro lado, as ações objetivas, de saturação e repressão devem ser repensadas e convertida a uma aproximação contínua de atividades e relacionamento com a comunidade, a partir de ações não somente operacionais mais fundamentalmente sociais e intersetoriais, pois não basta combater a violência ocorrida ou prestes a acontecer. Em fim, um homicídio não encerra um ciclo de conflitos, ele geralmente expande a ilegalidade e dá novo impulso ao ciclo de violência letal, por isso, a necessidade de combater a territorialidade violenta.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMIN, S. **O desenvolvimento desigual: ensaios sobre as formações sociais do capitalismo periférico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1973.

ARENDT, H. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BERGER, P.; LUCKMANN T. **A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE**. Petrópolis: Editora Vozes, 1976.

BRASIL. **Código Penal** (1998). Disponível em [http://www.oas.org/juridico/mla/pt/bra/pt\\_bra-int-text-cp.pdf](http://www.oas.org/juridico/mla/pt/bra/pt_bra-int-text-cp.pdf). Acesso em: 11/01/2015.

\_\_\_\_\_. **Mapa da violência 2014: os jovens do Brasil**. Disponível em: [http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014\\_JovensBrasil.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil.pdf). Acesso em 16/01/2015.

BRUM, M. S. I. **Cidade Alta: história, memórias e o estigma num conjunto habitacional do rio de janeiro**. 2011. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. 361 f. ; il. Disponível em: <[http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-11\\_Mario\\_sergio\\_brum.pdf](http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-11_Mario_sergio_brum.pdf)> Acesso em: 05/01/2014.

CANO, I.; RIBEIRO, E. Homicídios no Rio de Janeiro e no Brasil: dados, políticas públicas e perspectivas. In: CRUZ, M. V. G.; BATUCCI, E. C. (Org.). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro. FGC, 2007.

CASTRO, I. E. **Geografia e política: território, escala de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CASTRO, L. **Desigualdade e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise**. Rio de Janeiro, Revan/observatorio de Políticas Urbanas e Gestão Municipal, 2000.

CHALHOUB, S. **Cidade Febril: Cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COMANDO DE POLICIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA. **Relatório comparativo de crimes 2011, 2012, 2013**. Marituba, Pa. 2013.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

FERREIRA, I. C. B.; PENNA, N. A. **Território da Violência: Um olhar geográfico sobre a violência urbana**. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 18, PP. 155 – 168, 2005.

FILHO, C. C. B; MARINHO, F. C: Padrões regionais de homicídios no Brasil. In: CRUZ, M. V. G; BATITUCCI, E. C. (Org.). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2007.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade: curso no college de France (1975 – 1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

\_\_\_\_\_. **Micro Física do Poder**. São Paulo: Graal, 2012 a.

\_\_\_\_\_. **Segurança, Penalidade e Prisão**. São Paulo. 1º Ed. Editora Forense Universitária, 2012 b.

GRAMSCI, A. **Concepção Dialética da Histórica**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2a. ed, 1978.

GRAUS, E. R.: **Análise, crítica e implementação da legislação metropolitana**. In: Revista Brasileira de Estudos Políticos: Regiões Metropolitanas. Belo Horizonte, 25-48. 1975.

HAESBAERT, R. O binômio território-rede e seu significado político cultural. In: **A Geografia e as transformações globais: conceitos e temas para o ensino (Anais do Encontro “O ensino da Geografia de 1o e 2o Graus frente às transformações globais”)**. UFRJ. Rio de Janeiro, 1996.

\_\_\_\_\_. **DOS MÚLTIPLOS TERRITÓRIOS Á MULTITERRITORIALIDADE**. Porto Alegre, 2004. Disponível em: [http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE\\_Rogério\\_HAESBAERT.pdf](http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE_Rogério_HAESBAERT.pdf). Acesso em 12/11/2013.

\_\_\_\_\_. **O Mito da Desterritorialização: Do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2012.

IANNI, O. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo 2010: Aglomerados subnormais – informações territoriais**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000015164811202013480105748802.pdf>. Acesso em: 20/01/2014.

IGNEZ, C. B. F; PENNA, N. A. **Territorio da Violência: um olhar geográfico sobre a violência**. *Geosp - espaço e tempo*, 155-168, 2005. Disponível em: [http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geosp/Geosp18/Artigo11\\_Ignez%20e%20Elba.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geosp/Geosp18/Artigo11_Ignez%20e%20Elba.pdf). Acesso em: 11/09/2014.

OBSERVATÓRIO DAS METROPOLES. **ÍNDICE DE BEM-ESTAR URBANO - IBEU**. In: RIBEIRO, L. C Q; RIBEIRO, M. G. Org.)1º ed. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: [http://www.observatoriodasmetroles.net/images/abook\\_file/ibeu\\_livro.pdf](http://www.observatoriodasmetroles.net/images/abook_file/ibeu_livro.pdf). Acesso em: 01/11/2014.

KOWARICK, L. **Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil**. São Paulo: Editora 34, 2009.

LEFEBVRE, H. **A Produção do Espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4 e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000).

Primeira versão: início - fev.2006 Disponível em: [http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq\\_interface/1a\\_aula/A\\_producao\\_do\\_espaco.pdf](http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf). Acesso em 18/06/2013.

\_\_\_\_\_. **Revolução Urbana**. Minas Gerais: Ed. UFMG, 2004.

\_\_\_\_\_. **Marxismo**. Porto Alegre - RS: L&PM, 2011.

\_\_\_\_\_. **El Materialismo Dialéctico**. (2009). Disponível em: [http://www.infoamerica.org/documentos\\_pdf/el\\_materialismo\\_dialectico.pdf](http://www.infoamerica.org/documentos_pdf/el_materialismo_dialectico.pdf). Acesso em: 23/01/2014.

MACHADO DA SILVA, L.A. **SOCIABILIDADE VIOLENTA: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano**. Sociedade e Estado, Brasília, v.19, n.1, p. 53-84. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v19n1/v19n1a04.pdf>. Acesso em 05 out. 2013.

MARICATO, E. **Metrópole na Periferia do Capitalismo: Ilegalidade Desigualdade e Violência**. São Paulo: julho de 1995. Disponível em [http://www.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato\\_metrperif.pdf](http://www.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_metrperif.pdf). Acesso em 25/04/2013.

\_\_\_\_\_. **Conhecer para resolver**. Disponível em: [http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato\\_conhecercidadeilegal.pdf](http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_conhecercidadeilegal.pdf). Acesso em: 04/12/2014.

MARX, K. **O capital**. Resumo dos três volumes por Julian Borchardt. Trad. Ronaldo Alves Schmidt. Rio de Janeiro: LTC, 1980.

MENEGAT, E. **A periferia é o Limite**: Notas sobre a crise do modelo ocidental de urbanização. Cadernos Metrôpole, N. 13, pp. 107-132, 1º sem. 2005. Disponível em: <file:///C:/Users/TerraClass06/Downloads/8801-21356-1-SM.pdf>. Acesso em: 22 agost. 2014.

MOUFFE, C. **Hegemonía e ideología en Gramsci.. NET**, Belém, fev. 2015. Disponível em: <http://www.ram-wan.net/restrepo/poder/hegemonia%20e%20ideologia%20en%20gramsci-mouffe.pdf>. Acesso em: 26/02/2015.

PENTEADO, A. R. **BELÉM - Estudo de geografia urbana**. Belém: Universidade Federal do Pará. (1968). Disponível: [http://issuu.com/ufpadoisponzero/docs/bel\\_\\_m.\\_estudo\\_de\\_geografia\\_urbana.?workerAddress=ec2-54-234-92-20.compute-1.amazonaws.com](http://issuu.com/ufpadoisponzero/docs/bel__m._estudo_de_geografia_urbana.?workerAddress=ec2-54-234-92-20.compute-1.amazonaws.com). Acesso em: 21/01/2015.

RABINOW, P.; DREYFYS, H. **Foucault, uma trajetória filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica)**. São Paulo: Forense Universitária. 1995.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Àtica, 1993.

RIBEIRO, L. C. Q. (Org.). **Metrópoles: Entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. São Paulo e Rio de Janeiro. Fundação Perseu Abramo/ Fase/Observatório das Metrôpoles. (2004). Disponível em: <http://www.lcquireiro.pro.br/wp->

content/uploads/2011/04/A-METR%C3%93POLE-entre-a-coes%C3%A4o-e-a-fragmenta%C3%A7%C3%A3o-a-coopera%C3%A7%C3%A3o-e-o-conflito.pdf. Acesso em: 04/01/2015.

RIVERO, P. S. **Segregação urbana e distribuição da violência: Homicídios georreferenciados no município do Rio de Janeiro**. 2010. Disponível em: <http://revistadil.dominiotemporario.com/doc/Dilemas9Art5.pdf>. Acesso em: 11/12/2014.

SACK, R. **Territorialidade Humana: sua teoria e história**. Cambridge University Press. 1986. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/122070781/Sack-Robert-David-Territorialidade-Humana-sua-teoria-e-historia>. Acesso em: 09/08/2013.

SANTOS, J. V. T. A agonia da vida: mortes violentas entre a juventude do país do futuro. In: CRUZ, M. V. G; BATITUCCI, E. C. (Org.). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2007.

SANTOS, M. **A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos**. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

\_\_\_\_\_. **O espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2º Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2009.

\_\_\_\_\_. **Geografia, marxismo e subdesenvolvimento**. In. Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). Reflexões sobre a Geografia. p. 81-98, 1980. Disponível em: <http://www.miltonsantos.com.br/site/wp-content/uploads/2012/04/reflexoes%20sobre%20geografia.pdf>. Acesso em 11 nov. 2014.

SECRETÁRIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO PARÁ – SEGUP. **Relatório descritivo de homicídios no município de Marituba: 2011 – 2013**. Belém, 2014. 10p.

SOARES, L. E. **Segurança Pública: Presente e futuro**. Estudos Avançados. PP 91 – 106, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n56/28629.pdf>. Acesso em 06 set. 2013.

SOUZA, M. L. (2008). **Mudar a cidade: Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

SOJA, E. W. **Geografias Pós-Modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Tradução da 2ª Ed. Inglesa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

SPOSITO, E. S. **Redes e Cidades**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

**APÊNDICE**

## ROTERIO DE QUESTIONÁRIO



Universidade Federal do Pará  
 Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
 Programa de Pós-Graduação em Geografia  
 Grupo Acadêmico Produção do Território e Meio Ambiente na Amazônia

Msc. Wellington de Pinho Alvarez  
 Orientador: Prof. Dr. João Márcio Palheta da Silva

### QUESTIONÁRIO PARA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

1 – Quantos anos você tem?

R: \_\_\_\_\_

2 – Você frequenta a escola? O que você faz quando não está na escola?

Sim ( ) Não ( ) As vezes ( )

Rua ( ) Casa ( ) Trabalho ( ) Lazer ( ) Outra atividade educacional ( )

3 – Você pratica outra atividade educacional, ou trabalha? Qual?

Sim ( ) Não ( )

R: \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

4 – Com quem você mora?

Pai e Mãe ( ) Pai ( ) Mãe ( ) Avós ( ) Outros ( )

5 – Você costuma ficar com seus familiares em casa? Por quê?

Sim ( ) Não ( )

R: \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

6 – Você fica constantemente com colegas na rua? Por quê?

Sim ( ) Não ( )

R: \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

7 – Você já viu alguém sendo roubado?

Sim ( ) Não ( )

8 – O que você acha de andar com uma arma de fogo? Por quê?

Firme ( ) Não é firme ( )

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

9 – Você já pegou em uma arma de fogo ou já viu um amigo com uma arma de fogo?

Sim ( ) Não ( )

10 – Se um amigo faz viração “rouba”, o que você acha? Por quê?

Firme ( ) Não é firme ( )

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

11 – Você acredita que o amigo que faz viração fica conhecido, respeitado ou temido pelos outros? Você acha isso legal? Por quê?

Sim ( ) Não ( )

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

12 – Se você tivesse a oportunidade também faria viração? Por quê?

Sim ( ) Não ( )

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

13 – Você já viu alguém que fora assassinado?

Sim ( ) Não ( )

14 – Você já teve algum amigo ou conhecido que fora assassinado?

Sim ( ) Não ( )

15 - Você conhece alguém que usa droga, maconha, cocaína ou crack?

Sim ( ) Não ( )

16 – Se você tivesse oportunidade usaria algum tipo de droga? Por quê?

Sim ( ) Não ( )

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_